

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE  
VENDAS NOVAS**



**SESSÃO ORDINÁRIA  
DE NOVEMBRO**

**ATA N.º 7/2019**

d.  
4**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS****Ata n.º 7/2019**

1. Aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezanove, no Fórum Cultural “A Praça”, teve lugar uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Vendas Novas, com início às 21 horas e 03 minutos.
2. Foi posta a circular uma folha de presenças para recolha de assinaturas dos Membros presentes na sessão.
3. Estiveram presentes os seguintes Membros: **Hermínia Maria Viegas Henriques** (Presidente da Assembleia Municipal), **Hugo Miguel Serôdio Mendes** (1.º Secretário), **Cátia Alexandra de Sousa Silva** (2.ª Secretária), **Valentino Salgado Cunha**, **Ana Rita de Oliveira Lança**, **Vera Maria Carvalho de Sousa Garcia**, **João Diogo Penha Marmeleira**, **João Pedro Jorge Martins**, **Sophie Veiga Fontes**, **Gonçalo Nuno Balão Cegonha**, **Catarina de Jesus Mendes Serrudo**, **Rúben Alexandre dos Anjos Alves**, **Maria Clara Cardoso Pereira**, **Vítor Dias Serrano**, **Paula Maria S. Guerreiro Rocharte Valentim** (PS), **José Filipe Godinho Barradas**, **Tiago André Hortelão Aldeias**, **Maria João Teresa Ribeiro**, **Maria João Abrantes B. de Almeida e Silva Luz**, **José Manuel Batista Leitão**, **Paulo Alexandre Valentim Caçoilas** (CDU); **João Carlos de Carvalho Branco Perdigão Marquês**, **Ricardo Manuel Coelho Videira** (PSD).
4. Em representação da Câmara Municipal estiveram presentes: o Presidente da Câmara Municipal, **Luís Dias**, a Vice-Presidente, **Elsa Caeiro**, os Vereadores **Ana Barros**, **Bruno Gomes**, **Susana Gonçalves**, **Teresa Ribeiro** e **Emília Paulino**.

|                                      |
|--------------------------------------|
| <b>PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA</b> |
|--------------------------------------|

5. **A Presidente da Assembleia Municipal, Hermínia Maria Viegas Henriques**, saúda todos os presentes. Informa sobre a correspondência que se encontra nas pastas sobre os Julgados de Paz e sobre a Conservatória do Registo Civil local.
6. Dando início ao Período Antes da Ordem do Dia refere que em relação à ata n.º 5, além das alterações que foram solicitadas, verificaram algo que não estava correto nas presenças. Tinham em como o Membro **Vítor Serrano** estava presente e na verdade quem havia estado presente era a Membro **Sandra Grilo**, tendo sido o mesmo retificado.
7. Informa que não veio na documentação a proposta da ata n.º 6, referindo que até ao momento não conseguiram transcrever a proposta da ata. São quatro horas de duração da Assembleia, tendo de passar palavra a palavra, não conseguiram ainda transcrever a ata toda. Depois da sua transcrição ainda têm de a ler e voltar a ler, pelo que pede desculpa, mas não foi possível constar da documentação.
8. O **Membro João Perdigão**, saúda todos os presentes. Relativamente ao assunto abordado pela Presidente da Assembleia Municipal, lamenta uma vez mais, em nome da Bancada do PSD, que a mesa não esteja a conseguir responder àquilo que é a sua competência que é o entregar a ata o mais rapidamente possível. Exemplo disso é o que está a acontecer hoje. Na última Assembleia pediu que fosse substituído por motivos pessoais e hoje está presente sabendo o que se passou na Assembleia apenas de forma oficiosa, uma vez que não tem nenhum documento sobre a Assembleia anterior.

9. **A Presidente da Assembleia Municipal** refere, pelo que sabe, que foram várias as tentativas de entrar em contato com o Membro João Perdigão, pela pessoa responsável, questionando se recebeu os documentos.
10. **O Membro João Perdigão**, menciona que talvez a sua intervenção não tenha sido suficientemente explícita. O que pretendeu foi reforçar a necessidade das atas serem o quanto antes disponibilizadas para a sua leitura, para que na Assembleia seguinte que ser votadas e deu o exemplo do que aconteceu com a sua pessoa na última Assembleia, em como não esteve presente e, por essa razão tudo o que se passou sabe por terceiros, porque não tem disponível o documento para hoje ser votado, reportando o que foi a última Assembleia e entende que, como eleito local, deveria ter esse documento presente. Pensa que agora foi explícito.
11. **A Presidente da Assembleia Municipal**, pede desculpa que não tinha percebido a pretensão, reafirmando que não foi possível, não foi por incompetência da mesa, nem por sua incompetência. Não foi possível transcrever a ata, uma vez que é feita palavra a palavra. Ela própria não pode ir além do seu poder. Convocou uma reunião com quem de direito e o caso está a tentar ser resolvido. Tendo várias hipóteses, vão tentar resolver isso o mais rápido possível, porque não é bom para os membros, nem é bom para a sua pessoa, porque não gosta de vir a uma Assembleia e dizer que não tem uma ata. Não fala de ânimo leve, sabe bem que a ata deveria estar presente, não podendo fazer mais do que lhe é possível fazer.
12. **O Membro Ricardo Videira**, agradecendo a palavra, começa por saudar todos os presentes. Pede perdão pela franqueza, mas o problema não é de hoje. Aceitaria o argumentário da Presidente da Assembleia se fosse a primeira vez que a ata não viesse à Assembleia Municipal seguinte. A questão é que estão a meio de um mandato autárquico e sucessivamente as atas da reunião demoram mais de seis meses a serem entregues a esta casa e a sua indignação é a indignação da bancada que representa.
13. Questiona quem é a pessoa ou a entidade de direito que acabou de referir com quem marcou uma reunião, para que a Bancada a apoie nessas diligências e se consiga que as atas comecem a vir a tempo e a horas à Assembleia.
14. **A Presidente da Assembleia Municipal**, refere que já teve uma reunião com o Sr. Presidente da Câmara, estando neste momento a tentar arranjar uma solução para resolver o problema.
15. **O Membro Ricardo Videira**, refere como anteriormente, que o problema não é novo. Entendem que é inadmissível essa questão suceder-se. Vão votar hoje o orçamento em que existem verbas atribuídas à Assembleia Municipal precisamente para o apoio ao respetivo funcionamento.
16. Questiona se a Senhora Presidente tem consciência que votará também hoje o orçamento. Tenha presente isso quando o fizer.
17. **O Membro Ruben Alves**, saúda todos os presentes. Refere que a Bancada do Partido Socialista gostaria de apresentar uma recomendação à Câmara Municipal de Vendas Novas, sobre a **Melhoria dos Serviços Públicos em Vendas Novas – Conservatória (Anexo 16/19)**.
18. **O Membro José Leitão**, refere que a Bancada da CDU não disse nada sobre a questão da ata, porque é óbvio o desacordo da Bancada sobre a inexistência da ata. Se a Assembleia não tem recursos para dar resposta às necessidades da Assembleia, nessa altura tem de reclamar com quem de direito, à imagem da recomendação que está a fazer ao Governo. O princípio é o mesmo, ou seja, eles estão a recomendar que a Câmara reclame junto do Governo e nós também consideramos que deveremos ser tratados da mesma forma. Ou seja, se um funcionário a meio tempo não é necessário, que haja um funcionário a tempo inteiro. Temos um orçamento, por isso parece-lhe que é de se aceitar.
19. Em relação à recomendação apresentada pela Bancada do PS, a Bancada da CDU não tem nada a opôr em relação à mesma. No entanto, consideram que o problema não é só ao nível do serviço público que se falou. O problema é que hoje, não só no Concelho de Vendas Novas, como pelo país fora, as respostas da Administração Central às suas obrigações e competências têm sido perfeitamente

- escamoteadas e muitas vezes transferidas para outras entidades que não tem a competência, sendo de lamentar, que todos os dias se assista a serviços de saúde cada vez mais degradados, a escolas sem funcionários e por aí adiante e não há resposta, sendo esse o grande problema. Seja pelo atual novo executivo ou pelo executivo que lá estava anteriormente, não há resposta.
20. Ouve-se falar em cabimentações do orçamento de estado, ou seja, a verba existe, mas não se pode gastar e isso é uma situação insustentável, a não ser que faça parte de uma estratégia por parte do Partido Socialista que é quanto pior, melhor, para que os privados passem a fazer, que infelizmente é o que temos assistido na área da saúde: uma proliferação de serviços de saúde privados a abrirem todos os dias, para onde há dinheiro depois para apoiar via serviço nacional de saúde, em vez de darem as condições para haver um serviço nacional de saúde, cuidado.
  21. Sendo esse o problema de hoje, o que diz é que não são suficientes as recomendações. Os eleitos pelo Partido Socialista têm uma responsabilidade nisso e não podem escamotear por serem eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Vendas Novas, referido que são tão membros do Partido Socialista no Concelho de Vendas Novas como qualquer deputado na Assembleia da República, como qualquer Ministro ou Secretário de Estado, membro do Partido Socialista e tendo um papel a fazer é “dar um murro na mesa” e dizer que essa situação é insustentável.
  22. Por isso, a Bancada da CDU apoiará a recomendação da Bancada do Partido Socialista, mas distancia-se na mesma, no sentido de que não pensem que é por fazerem uma recomendação que sacodem a “água do capote”, porque ao seguirem as políticas que têm vindo a seguir, essa situação só tem tendência para piorar e não para melhorar.
  23. O **Membro Ricardo Videira** agradece a palavra. Refere que é circunstância rara, mas acaba por estar de acordo com as duas intervenções que acabaram de ser feitas, Regozijam-se com os argumentos que foram apresentados, mas também gostariam de relembrar as duas bancadas que durante os últimos quatro anos foram esses dois partidos que sustentaram o governo que fez com que houvesse essa degradação acentuada dos serviços públicos incluindo em Vendas Novas. Portanto, naturalmente irão votar favoravelmente, mas gostava de relembrar o passado recente da Bancada do Partido Socialista.
  24. A **Presidente da Assembleia Municipal** informa que a recomendação não é para votar, porque não diz “deliberado pela Assembleia Municipal”. Diz apenas que é apresentado pela Bancada.
  25. O **Membro Valentino Cunha** saúda todos os presentes. Em primeiro lugar, pedem desculpa pelo lapso de não terem impresso mais exemplares para distribuir pelas Bancadas, que hoje lhes “escapou” ocasionalmente.
  26. Em segundo lugar, agradece ao Membro José Leitão pela tentativa de se candidatar a “escritor” da nova carta de direitos e deveres do militante do Partido Socialista. No dia que saiba que existe essa vaga a esse lugar, certamente, o convidará para participar.
  27. Voltando ao ponto mais sério, obviamente que ninguém acha que os serviços públicos estão totalmente no ponto ótimo que deveriam estar. Poder-se-ia tentar perceber se o problema é o montante de financiamento para os serviços públicos ou é a sua alocação que não está a ser totalmente eficiente, podendo haver as duas perspetivas.
  28. Certamente que o Partido Socialista não é o único que tem o dever de zelar pelos bons serviços públicos. Não são, de longe, o partido que tem a única responsabilidade nessa situação e nessa evolução ao longo dos vários anos, desde que, felizmente existem serviços públicos universais para toda a gente.
  29. Também é verdade que, nos últimos anos têm tentado fazer um esforço de melhorar e investir mais em vários serviços públicos, embora também reconheçam, que o esforço, possivelmente, muitas vezes, não é suficiente para fazer face àquilo que foram os cortes dramáticos que durante alguns anos e por imposição, muitas vezes, de um programa de assistência financeira, renegociado várias vezes

por partidos de direita, levaram a um subfinanciamento traumático de vários serviços públicos em Portugal, qualquer que seja o seu sector de atividade.

30. Muito menos quer o Partido Socialista subfinanciar para privatizar, não sendo algo que os deixe tranquilos, porque privatizar é o contrário do que defendem para os serviços públicos que devem de ser garantidos e que são constitucionalmente protegidos em Portugal. Se quisermos perceber de onde vem esse subfinanciamento, se o Membro José Leitão quiser perceber melhor, poderá olhar também para o seu lado direito, saívo seja.
31. O **Membro José Leitão** menciona que hoje se está muito no caminho da unanimidade. Ainda bem que não se vota isso, se não acabava-se já a Sessão da Assembleia.
32. Em relação à intervenção da Bancada do Partido Socialista, concorda em substância com a mesma. No entanto, existem pormenores e, é evidentemente que não vai discutir ali ao pormenor essas questões. Além do mais a questão do subfinanciamento dos serviços públicos e da eficiência dos mesmos é uma realidade que hoje é estudada e que não se percebe que com os níveis de financiamento existentes, existam práticas como existem, sendo essa outra discussão que não é para o momento.
33. Por exemplo, no último programa “Tudo é Economia”, passa a expressão, na RTP3, sobre a área da saúde foi avaliada essa situação com alguma profundidade.
34. Em relação ao Membro Ricardo Videira tenta aqui “empurrar” a esquerda para as culpas de todo o processo, sendo bom lembrar que antes do Governo da presente legislatura e anterior, tiveram lá um Governo de má memória de um Senhor chamado Passos Coelho que transformou o país num país pobre. Se não houvessem prestações sociais a darem resposta às necessidades da população, Portugal em 2016, tinha 45% da sua população pobre e nós não podemos escamotear essas situações. Também não podem escamotear o salário mínimo nos últimos quatro anos, que teve uma progressão de 20%, que é significativo, tendo em atenção as taxas de inflação desses quatro anos e por isso “mandar isso para a frente” a ver se “cola”, é um bocado não usar o grau dito como deve de ser e usar outra qualquer daquelas que vai passar pouco tempo.
35. Por isso, como não gosta de deixar passar as coisas em branco, porque além do mais ficam escritas, não quer de deixar assinalar esta situação que não se pode confundir as coisas.
36. O **Membro João Perdigão** faz uma chamada de atenção, em que a maioria das bancadas está esquecida do porquê dessa degradação dos serviços públicos. Não esquecer e, é importante salientar e já foi afirmado pelo seu companheiro de Bancada que, nos últimos quatro anos tivemos um Governo da “geringonça”. Segundo, não esquecer, que há oito anos o Passos Coelho, como já foi focado pelo Membro José Leitão, chega ao governo da nação, nas condições que bem sabemos quem foi responsável por elas, nomeadamente, o Partido Socialista e a questão de ter de vir pôr em prática um plano desenhado pelo PS e pela Troika. É só para chamar a atenção das condições do que estamos aqui a falar e de quem é verdadeiramente responsável por elas.
37. O **Membro José Leitão** vai insistir na mesma “tecla”, que já em duas ou três Assembleias atrás falou. Menciona que não é professor de economia. O professor de economia está ali na Bancada Socialista e ele sabe certamente porque é que se teve a necessidade de uma Troika e não foi pelo desgoverno do país, foi sim pela especulação do capital financeiro e do setor financeiro que levou à situação em que nos encontramos e, quando se diz na presente Assembleia que foi derivado ao descalabro do anterior Governo, no caso do Governo do Sócrates, seja ele de boa ou má memória, não interessa, está-se aqui a tentar aldrabar o fato histórico que é a questão do suprime, que é andar a “despejar” dinheiro a rodos e depois a seguir o Estado teve de vir e salvar os bancos, porque eles eram demasiadamente grandes para falir e isto foi a razão, porque depois a seguir teve de se andar a “despejar” dinheiro no setor financeiro. Por isso, não se pode dizer isso que se disse.
38. Porque se a dívida nacional hoje roça para cima dos 120%, na altura andava nos 50% a 70%, que é uma coisa completamente diferente, por isso não é honesto por parte do Membro João Perdigão vir



com esse argumento para a Assembleia. Já tinha frisado isso anteriormente na Assembleia e há-de se falar sempre sobre isso, porque não corresponde à verdade, assim como não corresponde à verdade dizer que houve um Governo de Geringonça. Não houve. Houve um Governo do Partido Socialista na anterior legislatura. Depois o que havia era uma situação na Assembleia da República, que levou a evitar que o PSD conseguisse ser Governo, através de um acordo de princípios entre os partidos à esquerda e que depois é evidente, apareceu o Paulo Portas a dizer que éramos uma “geringonça”, mas que funcionou para bem dos portugueses, porque os portugueses, passados quatro anos, estavam bem melhor do que estavam no tempo de Passos Coelho e aí é indiscutível e basta analisar pelas taxas de desemprego que se tem atualmente. Se o desemprego diminuiu é porque as pessoas têm emprego e se têm emprego é sinal que a economia cresceu independentemente de desenvolver ou não. Não é a questão que está presente, mas cresceu e isso é positivo.

39. Por isso é bom que não sejamos demagógicos, passa a expressão, utilizando a expressão do economista que muito preza, que no confronto de ideias, ele diz logo “é bom que sejamos aqui sérios, não sejamos demagógicos”.
40. O **Membro Ricardo Videira** agradece a palavra. Refere que à parte das “tricas políticas”, até porque julgam que existem assuntos com mais substância para se tratar ao longo da Assembleia, gostaria apenas de fazer uma sugestão à Bancada do Partido Socialista. Obviamente, para além da distribuição no futuro desse tipo de documentação impressa para a consulta das Bancadas para acompanhamento, parece-lhes que esse tipo de recomendação ganha mais força quando votada por todos os partidos e acredita convictamente que a Moção ou Recomendação que aqui trouxeram em nome próprio do Partido Socialista teria a concordância e teria a unanimidade da presente Assembleia e com isso teria mais força a favor de Vendas Novas, que é isso que, no fundo, todos pretendem. O repto que deixa é que quando são Moções ou Recomendações construtivas que as tragam para votar, porque se encontram disponíveis para as votar com o Partido Socialista.
41. O **Membro Valentino Cunha** agradece, relativamente à intervenção do Membro José Leitão refere que a subscreve com algumas nuances particulares que poderão ter face a um ou outro tema e que o podem explorar em outro dia ou noutras circunstâncias também.
42. Relativamente à intervenção da Bancada do PSD dizer que já o referiu que a falta de distribuição da Recomendação foi única e excepcionalmente em todo o mandato e no mandato passado. Portanto, a referência foi um pouco infeliz, mas relativamente à votação ou não das recomendações da Bancada do Partido Socialista, de livre vontade tomam as decisões que acham adequadas.
43. A **Membro Maria João Teresa Ribeiro** apresenta, em nome da Bancada da CDU, a **Moção dos Eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Vendas Novas “Recomendar ao Governo e à Assembleia da República a inclusão de projetos, ações e medidas no Orçamento de Estado para 2020 para melhorar a vida dos Portugueses e o desenvolvimento em Portugal”**. (Anexo 17/19)
44. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia** colocou à votação o referido documento, tendo sido **rejeitada**, por **maioria**, com 17 votos contra (15 do PS e 2 do PSD) e 6 votos a favor (CDU), a **Moção dos Eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Vendas Novas “Recomendar ao Governo e à Assembleia da República a inclusão de projetos, ações e medidas no Orçamento de Estado para 2020 para melhorar a vida dos Portugueses e o desenvolvimento em Portugal”**. (Anexo 17/19)
45. O **Membro Valentino Cunha** apresenta em nome da Bancada do Partido Socialista uma declaração de voto.
46. O **Partido Socialista** votou contra porque apesar de concordar com alguns dos aspetos, não concorda com outros que leva obviamente a votar contra. Acham também que este não é o órgão que tem a competência para fazer recomendações à Assembleia da República, ainda mais quando todos os Partidos presentes representados também estão representados na Assembleia da República.

47. O **Membro João Perdigão** apresenta uma declaração de voto. A Bancada do PSD também votou contra a Moção porque ela traduz, no entender da Bancada do PSD, o programa que a CDU levou há um mês a votos no sufrágio das eleições legislativas e, por outro lado, entendem que existem matérias que nem dizem respeito a esta Assembleia.
48. O **Membro José Leitão** apresenta declaração de voto a favor da Moção, referindo que a Bancada da CDU considera que a presente Moção faz todo o sentido de ser apresentada na presente Assembleia Municipal, porque a Assembleia Municipal de Vendas Novas não é algo isolado em “Marte”. Está em Portugal. Segundo é uma questão de coerência. Defenderem, já defendiam e vão continuar a defender aquilo que apresentaram na presente Moção que se lerem em documentos anteriores da CDU vão identificar precisamente as mesmas questões presentes, sendo uma questão de coerência, uma questão de princípio. Não andam propriamente em regime de cata-vento.
49. O **Membro João Perdigão** agradece a palavra. Apresenta, em nome da Bancada do PSD, a **Moção “O Passe Ferroviário da linha do Alentejo tem de ser incluído no Programa Part”**, solicitando que sejam distribuídas cópias da mesma pelas Bancadas. (Anexo 18/19)
50. O **Membro Valentino Cunha** agradece a palavra. Refere que o Partido Socialista vai obviamente votar a favor, mas é mais um clássico exemplo do “chover no molhado”, na medida em que a Câmara Municipal já deu conta, na Assembleia Municipal, dos desenvolvimentos que foi tendo durante o verão, nas reuniões e nas diligências que teve entre a CIMAC, a CP e o Governo, que vem na Moção novamente proposto e também na Ordem de Trabalhos existe uma tomada de posição da Câmara Municipal que até é mais abrangente que a Moção proposta. Não obstante de isso ser uma falsa antecipação de algo que já está mais que falado, votarão a favor.
51. O **Membro José Leitão** refere que se calhar não conseguiria fazer melhor, porque já havia falado há pouco numa questão de coerência da CDU, ou seja, o documento que apresentaram a Moção, diziam tem defendido isto e irão continuar, sendo essa a sua linha.
52. De seguida, o PSD apresenta uma Moção sobre o PART. Refere que é bom que saibamos qual é a posição do PSD em relação a essas medidas, porque quando essas medidas foram apresentadas na Assembleia da República, pela CDU, em mil novecentos e troca o passo, que votaram contra. Ironiza dizendo que será talvez uma questão de coerência.
53. Chama a atenção da Senhora Presidente da Assembleia Municipal para não se estar a vangloriar porque o PS também está metido “nesse barco”.
54. Ora sendo uma questão de coerência, há uns que no passado tiveram uma posição, no presente têm outra e sabe-se lá o que vão fazer no futuro. Apesar de concordarem com o conteúdo da Moção apresentada e vão votar favoravelmente, não podem deixar de passar “em branco” essas incoerências.
55. O **Membro Ricardo Videira** agradece a palavra e respondendo por ordem e agradecendo naturalmente a solidariedade com a Moção, porque realmente o que está em causa é a defesa dos interesses dos Vendasnovenses.
56. Dizer ao Membro Valentino Salgado Cunha que ainda não “choveu” o suficiente e enquanto não “chover” o suficiente para que os passes em Vendas Novas tenham desconto, o PSD vai continuar a “fazer chover”. Contem com a Bancada do PSD e trarão as Moções que forem necessárias trazer, porque se bem se recorda, na Assembleia Municipal da Landeira, foi dito na presente Assembleia que aguardavam uma formalização por parte da CP para uma proposta para redução de tarifário e ainda não aconteceu. Portanto, como se pode verificar a seca é longa, mas estarão presentes para “fazer chover”.
57. Dizer à Bancada da CDU que coerência não lhes falta. Desde o primeiro dia que defendem essa posição, mas quando se trata de matérias de igualdade e há partidos que “enchem a boca” para falar de igualdade, não só na presente Câmara, mas em todas onde têm assento, existe uma situação de desigualdade como a presente, que foi votada favoravelmente na Assembleia da República, pela CDU

- e pelo Partido Socialista e quando o PSD votou contra essas mesmas medidas foi precisamente pelas situações de desigualdade como a presente que se geraram pelo país fora.
58. Menciona que estarão solidários sempre que forem tomadas medidas e iniciativas para que se aplique o desconto aos passes ferroviários em Vendas Novas, mas não estarão presentes para demagogias.
  59. O **Membro José Leitão** refere que o Membro Ricardo Videira está a confundir a “árvore” com a floresta e por isso está a baralhar tudo, mas não vale a pena.
  60. O **Membro Valentino Cunha** agradece a palavra, refere que não é preciso fazer parecer que desde a Assembleia da Landeira não foi feito nada, porque efetivamente hoje têm à frente a prova que foram feitas coisas. Portanto, a Câmara Municipal não está quieta. É o interlocutor que tem agir para pressionando a CP, até através do Ministério das Infraestruturas. Portanto, estarem a dizer que vão continuar a “fazer chover”, não tem nada contra que tragam as Moções que entenderem para fazer as publicações no facebook que melhor acharem. Agora é preciso serem sérios e saber que o presente não é nada de novo. O presente documento é mais uma vez, a repetição do que foi dito, que já vem presentemente a uma ou duas Assembleias Municipais, a Câmara Municipal tem concretizado e tem feito sucessivamente, ao longo dos últimos meses, mas infelizmente, escapa um pouco a todos, ainda não está resolvido. Não está resolvido não é por inércia do Município, não é pela inércia da Assembleia Municipal, muito menos das Bancadas. É porque ou pelo lado da CP ou por parte da tutela ainda não houve a disponibilidade, seja política, seja técnica ou financeira, para concretizar as mudanças que todos tanto queremos e a aplicação do PART na sua plenitude a Vendas Novas. Agora, o curioso é o tentar “sacudir a água do capote” dizendo que o PSD, ou recriando a ilusão histórica que o PSD votou contra o PART, mas era porque ia criar situações de desigualdade, ou seja estariam todos melhor na ótica do PSD, se o voto do PSD fosse aquele consequente. Estariam todos melhor a pagar os passes que pagavam antigamente. Pelos vistos é essa a lógica, ou seja, podemos reduzir passes, se a área metropolitana tem quarenta e a depois a CIMAC só reduz vinte, então vamos todos pagar o máximo na mesma. Essa era a concretização política e a consequência que teria para a vida das pessoas se o voto do PSD fosse maioritário na Assembleia da República e foi o que não aconteceu nos anos em que lá esteve no poder.
  61. Diz ainda ao Membro José Leitão que o PART de mil novecentos e troca o passo, dada a concretização do ano e não conseguindo localizar qual a iniciativa, mas que esse PART nada implica que o PS e outras bancadas que aprovaram há dois anos esse PART não possam congratular-se com os resultados positivos que tem tido e não possam querer ir mais além. É nessa linha que todos têm de lutar, a Bancada do PS e CDU que já votaram por esse PART e aqueles que são os novos “cristãos” que estão agora tão deslumbrados com essa medida aprovada pela esquerda parlamentar.
  62. A **Presidente da Assembleia Municipal** questiona, antes dos membros voltarem a intervir, se alguma Bancada tem mais alguma Moção para apresentar, sendo necessário votar um prolongamento de 60 minutos.
  63. **Foi aprovado, por unanimidade, o prolongamento do período da ordem do dia em 60 minutos.**
  64. O **Membro Ricardo Videira** agradece a palavra e, dirigindo-se ao Membro Valentino Salgado Cunha, refere que não querendo antecipar o debate que teremos com o Senhor Presidente no 10.º ponto, mas como se recordará, o entendimento da Bancada é que não foi feito tudo para que os passes tivessem uma redução e a Bancada entende que a Câmara Municipal poderia e deveria ter feito mais. Era essa a responsabilidade e, por isso mesmo, a Assembleia Municipal, enquanto elemento fiscalizador e enquanto elemento de produção do elemento do Concelho deve intervir e chamar à atenção para essas matérias.
  65. Menciona que não se escondem quando têm de defender os interesses dos Vendasnovenses e menciona algo que lhe parece importante, que quem se senta na Bancada do lado do PSD, quando tem de colocar o interesse dos Vendasnovenses à frente dos interesses partidários nunca o hesitará em o fazer.
  66. Portanto, se houver alguma medida que em algum momento beneficie os Vendasnovenses e que não mereça a concordância do PSD nacional, mas que merece a concordância do PSD local, não hesitarão

colocar Vendas Novas primeiro, que é essa a primeira bandeira da Bancada. Não sabe se o assim é nas outras Bancadas, porque já assistiu na Assembleia a votarem contra moções, propostas e recomendações a favor de Vendas Novas.

67. Diz ainda que, na substância, qualquer medida, qualquer proposta que fomente a desigualdade não é uma proposta que deva de ser aceite em nenhuma Assembleia, por nenhum elemento político, estando ela plasmada na constituição, a igualdade.
68. Dirigindo-se ao Membro Valentino Salgado Cunha, para Vendas Novas, o PART é fundamental e é um promotor de uma assimetria brutal para quem trabalha em Vendas Novas em relação às pessoas que residam no município ao lado, como é o caso do Montijo ou Palmela.
69. Está-se a falar de pagar duzentos euros para entrar num comboio, quando quem está em Pegões e for de autocarro até Lisboa paga quarenta euros. Se isso não é uma situação para a qual vale a pena debater-se na Assembleia então qual valerá. Sem demagogias, estão presentes a favor de Vendas Novas, sendo a presente medida importante e o PSD a trará quantas vezes forem necessárias até que a medida seja aprovada pelo Governo do PS, pela CP, por qualquer instância que seja necessária.
70. **A Presidente da Assembleia Municipal** relembra que o presente assunto vai ser debatido no Ponto 10.º.
71. **O Membro Valentino Cunha** agradece a palavra. Refere que crê que partem de uma conceção que esforço é igual a resultado, porque acusar a Câmara Municipal de não se esforçar o suficiente, questiona em que sentido é que não se esforça o suficiente, porque se se partir do pressuposto de que não se esforça o suficiente porque ainda não se tem o passe mais reduzido, isso não é competência do Município. Se o Município pudesse já se teria, certamente, os passes mais reduzidos. Agora se a CP e o Ministério das Infraestruturas, se qualquer entidade política quiser impedir a redução dos passes, por mais que a Câmara Municipal se esforce, isso não significa que tenha deixado de fazer esses esforços, ou seja, confundir resultado com esforço, acha que é o primeiro ponto para partir para uma falsa premissa e para uma falsa consequência, porque não há essa relação, nem pode haver essa relação, de casualidade.
72. Agora, falar presentemente de demagogia e, acusar a Bancada de demagogia, acha que é seguir por um caminho perigoso, na medida em que já tiveram muitas moções e recomendações do PSD na Assembleia Municipal todas a favor e a lutar pelo interesse de Vendas Novas e depois, pelo meio, vêm aquelas “miudezas” que sabem que estão lá para que se vote contra ou abster. Sendo como os tais projetos de lei a dizer não ao abandono dos idosos, quando na prática aquilo como consequência política ou social não tem nada, mas depois obviamente é votada contra. Moções a dizer que vamos investir no serviço de saúde e depois lá pelo meio vem financiar os privados, vota contra, vota contra a saúde, sendo exemplos de como se pode dizer que estamos a lutar pelos interesses de Vendas Novas e depois lá pelo meio vem qualquer coisa assim mais dúbia para que possam vir para a rua dizer que votaram contra, quando na verdade a moção não era totalmente clara.
73. Por fim, se o Membro quer falar de desigualdade no que respeita ao PART, pergunta se igualdade era o que havia antes. Se igualdade era todos os portugueses estarem a pagar mais pelas suas deslocações em transportes públicos. Se desigualdade era em Lisboa pagar-se trinta e seis euros para se andar na cidade e pagar-se duzentos euros à mesma em Vendas Novas ou ter cento e tal euros para se deslocar a Évora ou a Montemor-o-Novo ou a Viana do Alentejo, isso era igualdade na ótica do PSD. Desigualdade foi reduzir os passes. Essa foi a desigualdade pelos vistos, porque se tem de distinguir duas coisas: tem de se distinguir desigualdades geográficas em que pode haver, porque a redução percentual não foi igual para toda a gente e mesmo dentro da área metropolitana de Lisboa tem-se desigualdades geográficas, porque uma pessoa de Almada teve uma redução menor de que uma pessoa de Setúbal e, as pessoas de Almada não se estão a queixar que os de Setúbal tiveram uma redução maior. A redução dos passes que foi efetivada pelo PART foi uma redução de desigualdades, porque as pessoas principalmente as que ganham menos, são as que mais utilizam os transportes públicos, hoje em dia tem mais dinheiro no seu bolso para que possam comprar mais coisas para as suas casas, para as suas famílias, para que efetivamente possam ter uma vida mais digna porque as pessoas que vivem em Setúbal, que vivem até

em Pegões que agora poupam centenas de euros para se deslocar para o seu local de trabalho por ano, tem se calhar uma qualidade de vida melhor e isso é o combate às desigualdades, não é só dizer que nós estamos contra a redução dos passes porque isso vai fomentar a desigualdade, mas qual desigualdade? Antigamente é que era tudo igualdade?

74. O **Membro Ricardo Videira** agradece a palavra e refere que será a sua última intervenção nesse âmbito e apenas para fazer um desafio ao Membro Valentino Salgado Cunha. Não se recorda da Bancada ter apresentado qualquer moção relacionada com idosos, nem sobre saúde que tenha sido votada contra pela Bancada do Partido Socialista, mas desafia-o a indicar uma proposta em que tenha havido essas miudezas ou esses detalhes em que valeu realmente a pena ao Partido Socialista, não sabendo se foi nas obras da escola, se foi a manutenção do Jardim Municipal, não sabe qual delas, mas desafia-o a dizer uma.
75. O facto de existir uma diferença entre Pegões e Vendas Novas ou entre quem vive na Landeira ou está no outro lado da vala em Palmela, a diferença para essas pessoas que vivem em distâncias de um quilómetro, umas têm mais dinheiro no bolso hoje do que as outras com os mesmos salários e umas têm mais dinheiro no bolso que as outras para se deslocar para os mesmos sítios e essa situação é promotora de desigualdade. E facto que para o PSD não é aceitável.
76. Refere que não concorda com o Membro Valentino Salgado Cunha, a Câmara Municipal não fez tudo e o que fez, começou a fazer tarde e, voltarão ao tema e como disse, esteve na Assembleia Municipal da Landeira e voltarão ao tema novamente no Ponto n.º 10 em que vão confrontar obviamente o Senhor Presidente da Câmara Municipal pelo tempo que demorou a reagir, mais uma vez e, pelo tempo de resposta presente que não é condizente com aquilo que levou à Assembleia Municipal da Landeira.
77. Sendo a expectativa que tinha em relação à intervenção do Membro Valentino Salgado Cunha e da sua Bancada, não era propriamente uma expectativa de ataque àquilo que é uma posição que lhes é comum, que é defender uma “bandeira” que é para Vendas Novas, mas sim suportar uma proposta da Assembleia Municipal de Vendas Novas que apoie a Câmara Municipal nas diligências que têm de tomar e com isso termina a sua intervenção voltando a falar nesse tema no ponto 10.º
78. O **Membro Valentino Cunha**, agradece a palavra e só para terminar reafirma que a primeira coisa que disse foi que a Bancada do PS iria votar a favor dessa Moção e a segunda coisa que tem no presente para dizer é que regista que ainda não foi dito o que é que a Câmara Municipal não fez.
79. A **Presidente da Assembleia** colocou à discussão a referida Moção e não havendo intervenções colocou a mesma à votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, a Moção “O Passe Ferroviário da linha do Alentejo tem de ser incluído no Programa Part”. (Anexo 18/19)
80. O **Membro João Perdigão** apresenta em nome da Bancada do PSD, a “Recomendação Postos de Carregamento de Veículos Elétricos”. (Anexo 19/19)
81. O **Membro Valentino Cunha** refere que nesse sentido e para a Bancada do PS ter algum enquadramento enquanto à recomendação, gostariam de, se fosse oportuno, se a Câmara Municipal terá alguma informação ou enquadramento que possa dar sobre o assunto.
82. O **Membro Ricardo Videira** menciona que entendendo a vontade que a Bancada do Partido Socialista tem de se socorrer do Senhor Presidente da Câmara, no fundo sentem-se “órfãos”, afirmaria que é uma recomendação pela positiva, sem miudezas, sem nenhuma “trica”. O objetivo é que sejam realmente instalados postos de carregamentos de veículos elétricos em Vendas Novas e que se criem condições para o efeito.
83. O **Membro Valentino Cunha** refere que a Bancada do Partido Socialista gosta de estar o máximo informada sobre as situações e, portanto, recorrer ao Presidente da Câmara é natural, se não, não estaria representado a Câmara Municipal nas Assembleias Municipais.

84. **A Presidente da Assembleia** colocou à discussão a referida Recomendação e não havendo intervenções colocou a mesma à votação, tendo sido **aprovada**, por **unanimidade**, a **Recomendação “Postos de Carregamento de Veículos Elétricos”**. (Anexo 19/19)
85. O **Membro José Leitão** apresenta duas notas, uma em que agradece à Senhora Presidente da Assembleia a informação que lhes foi dada referente ao requerimento sobre o transporte a pedido. Tinham-no solicitado na última Assembleia, receberam a resposta e, entretanto, já tentou no concreto saber da aplicação desse transporte a pedido no concelho de Reguengos de Monsaraz e ninguém o soube informar sobre isso.
86. Dizia que estava em fase de estudo a implantação em cinco municípios do Alentejo entre os quais, Reguengos de Monsaraz, questionou e em Reguengos ninguém lhe soube dizer nada sobre isso, agradecendo para todos os efeitos a informação.
87. Solicita também, através da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, dois documentos, um que tem a ver com um plano que apareceu como existente para o orçamento para 2019, intitulado Plano Plurianual de Requalificação de todos os Parques Infantis existentes no Concelho. É um plano que a Câmara diz que tem e gostariam de tomar conhecimento desse plano e que o fizessem chegar à Bancada da CDU.
88. Nos documentos previsionais para 2020, aborda e solicita também que façam chegar, por escrito, o Plano Plurianual de Renovação da Frota Municipal, também fala que existe um Plano por isso solicitam acesso ao mesmo para saber do que consta, para poderem ter uma informação mais fundamentada.

## PERÍODO DA ORDEM DO DIA

### 1.º Ponto – FIXAÇÃO DAS TAXAS NO ÂMBITO DO CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS

89. **A Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 1.º ponto da ordem de trabalhos, dá a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para que seja feita a respetiva introdução.
90. **O Presidente da Câmara Municipal**, cumprimenta todos os presentes, refere que se o permitirem, como tem vindo a ser hábito, abordará os primeiros três pontos ainda que esteja disponível para prestar todos os esclarecimentos em qualquer um deles e que as votações depois tenham de ser em separado, obviamente.
91. Em relação aos impostos municipais, aquela que é a proposta da Câmara Municipal, já aprovada também em reunião de órgão executivo é a de manter os impostos municipais do ano de 2020 iguais aos que se tinha em 2019 e, portanto, no que diz respeito ao IMI, a fixação de uma taxa 0,34%, com a aplicação do IMI familiar, para agregados familiares que se enquadrem com dependentes, 1,2 ou 3, com descontos de 20€, 40€ e 70€, respetivamente.
92. Em relação ao IRS, a manutenção da taxa em 5%, e em relação à derrama de 1,5%, sendo aquela que é a proposta da Câmara Municipal à Assembleia Municipal, já aprovada em reunião de Câmara que se mantenham os impostos no próximo ano, estando disponível para prestar os esclarecimentos que acharem necessários.
93. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o 1.º ponto à votação, tendo sido **deliberado**, por **maioria**, com 15 votos a favor (PS) e 8 abstenções (6 da CDU e 2 do PSD), **aprovar a proposta de, no âmbito do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, fixar uma taxa de 0,34% a aplicar aos prédios urbanos, de acordo com o n.º 1 do artigo 112.º do CIMI e fixar uma redução da taxa do IMI de 20€, 40€ ou 70€, respetivamente para agregados com 1, 2 e 3 ou mais dependentes a cargo.**

## 2.º Ponto – FIXAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DO MUNICÍPIO NO IRS

94. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 2.º ponto da ordem de trabalhos.
95. O **Membro Ricardo Videira** refere que, como o enquadramento foi breve, abrangeu os três pontos, não gostaria de deixar de fazer notar uma questão que lhe parece relevante. Apesar de ser coerente a posição da Câmara Municipal em manter os três impostos em linha com o que aconteceu nos anos anteriores, não deixar de registar que no argumentário que é trazido para enquadrar o valor dos impostos à Assembleia Municipal, é referido o seguinte: “numa época de fortes constrangimentos financeiros é especialmente importante garantir o equilíbrio no esforço que é solicitado às famílias e empresas no nosso concelho”. Portanto, dizemos que é importante ter atenção a esse facto, mas mesmo assim tributamos o valor máximo, portanto é, uma opção política, é legítima, mas o enquadramento que é feito não bate com o valor que é apresentado. Se é importante ter em conta estes fortes constrangimentos, talvez não faça sentido esse argumento quando o taxam no valor máximo. É uma única observação como o fizeram no ponto anterior irão abster-se mas gostam de deixar claro também que o argumentário não é condizente com aquilo que é depois a substância.
96. O **Membro Valentino Cunha** agradece a palavra. Refere que se tendo em conta que tratamos de um IRS com um imposto progressivo achamos que isto queira dizer com um equilíbrio entre o esforço das várias famílias, porque metade das famílias portuguesas, as que tem menos rendimentos, não pagam IRS portanto não estão sujeitas a esse esforço fiscal.
97. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o 2.º ponto à votação, tendo sido **deliberado, por maioria**, com 21 votos a favor (15 do PS e 6 da CDU) e 2 abstenções (PSD), **aprovar a proposta de, para 2020, fixar em 5% a participação variável do Município no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no Município de Vendas Novas, de acordo com o disposto no artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.**

## 3.º Ponto - FIXAÇÃO DA DERRAMA SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL SUJEITO E NÃO ISENTO DE IRC

98. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 3.º ponto da ordem de trabalhos.
99. Não havendo intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o ponto n.º 3, tendo sido **deliberado, por maioria**, com 21 votos a favor (15 do PS e 6 da CDU) e 2 abstenções (PSD), **aprovar a proposta de Derrama de 1,5% a lançar sobre o lucro tributável sujeito e não isento sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), nos termos do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.**

## 4.º Ponto - PROPOSTA DE DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2020 (ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO)

- **Orçamento 2020**
  - **Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividade Municipal)**
100. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 4.º ponto da ordem de trabalhos, pedindo ao **Presidente da Câmara Municipal** que fizesse a sua introdução.
101. O **Presidente da Câmara Municipal**, agradece a palavra e refere que, em relação às Grandes Opções do Plano e Orçamento que apresentam, faz um enquadramento muito sucinto em relação ao envolvimento da sua preparação que foi à luz daquilo que tem sido o hábito também do executivo Municipal, claramente inclusivo, ou seja, foi uma preparação que se baseou no ouvir aqueles que este executivo serve, ouvir aqueles com quem se trabalha e ouvir aqueles que estão presentes também para servir as nossas comunidades. Refere que ouviu as oposições, cumprindo o estatuto da oposição e, no

fundo, também aquilo que eram os grandes objetivos dos partidos da oposição que em grande medida não fogem em muito àqueles que são também os problemas identificados pelo Partido Socialista que representam e pela maior parte das populações. Ouviram ainda as populações no Roteiro Mais Cidadania e os responsáveis dos serviços municipais, obviamente, com o contributo diário que dão para que a missão seja possível e, de alguma forma, com o pouco orçamento que têm, possam fazer cada vez melhor e cada vez mais.

102. Destaca que o orçamento assenta num princípio base que é um princípio de continuidade numa estratégia que foi apresentada há dois anos atrás, mas também há seis, porque a continuidade tem sido uma constante desses seis anos, nomeadamente, em relação ao rigor, na definição do que é a receita e do que é a despesa. Deve contar-se única e exclusivamente com aquilo que tem como garantido para não deixar que haja derrapagens como houve no passado e que levaram a momentos de alguma dificuldade financeira. Quer na área dos investimentos, quer na área das atividades, a estratégia focou aquilo que foi definido à partida e que foi sufragado também pelos Vendasnovenses com as necessárias adaptações. Dois anos depois e com a humildade que têm de ter como servidores da causa pública, para ajustar uma estratégia sufragada pelos eleitores, essa estratégia pode e deve ser flexível ao ponto de ter adaptações e, nesse sentido, ao nível dos investimentos destacava as obras do PEDU - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, numa ótica de aproveitamento máximo do quadro comunitário, de aumento de intervenção de qualificação urbana e qualidade sustentável, nomeadamente com a conclusão de três obras que se iniciaram ou se iniciarão no presente ano, duas delas estão já em curso, nomeadamente a Rua da EPA e o Jardim dos Combatentes, com a requalificação do Largo Dr. João Luís Ricardo e uma próxima que já foi assinada a consignação e vai entrar em obra dentro de muito em breve que é o parque de estacionamento do centro tradicional, onde era a antiga sede do Estrela Futebol Clube e, portanto, essas três obras iniciando-se este ano têm continuidade obviamente no próximo ano ainda que em períodos de maturidade diferentes.
103. Além dessas três obras que transitam de 2019 para 2020 que estão em curso, terá lugar o arranque de uma das intervenções das artérias mais importantes do Concelho: a Avenida Marechal Craveiro Lopes, que terá, segundo a previsão do executivo, uma abrangência temporal de dois anos, portanto dois orçamentos municipais. É uma obra grande e complicada e, por isso, tentarão ao máximo segmentá-la na intervenção para causar o mínimo de transtornos possíveis às pessoas que também ali residem e que a usam para fazer as suas ligações em termos de mobilidade. Por último, é intenção do executivo avançar com o projeto da requalificação do centro tradicional, o coração de Vendas Novas, antiga “Vila” como carinhosamente lhe chamam. É a intenção do executivo avançar com a requalificação do “cartão-de-visita”, da nossa “cara”, de alguma forma com aquilo que tem à sua disponibilidade e com um quadro comunitário que ficou, como todos sabem, muito aquém das previsões, em termos de distribuições de verbas, mas que, em fase final do overbooking, sempre possível integrar e ir buscar mais verbas, sendo, essa a intenção e para além de se fazer obras em 2020 têm planeada a execução desse projeto. É um projeto de grande envergadura que vai carecer de uma grande discussão pública, sendo uma zona muito sensível para as pessoas e é esse o trabalho que se prevê fazer nessa área.
104. Além do PEDU e dessas obras de requalificação urbana e mobilidade sustentável, tem previsão de intervenção, como também já foi anunciado na Assembleia e de acordo com plano que tinham já do mandato anterior, o parque escolar e, portanto, foi notícia e fizeram questão de a dar à Assembleia Municipal, foi negociado e renegociado o pacto para a coesão territorial para a CIMAC que tem um “bolo” de verbas que tinham esgotado ao fim de um ano e meio, grosso modo, da sua entrada em vigor com a requalificação do parque escolar, nomeadamente, começando pelas escolas, com mais alunos, como não pode deixar de ser. Aquelas que servem mais alunos e continuando agora em 2020, com a conclusão dessas requalificações nomeadamente, na Landeira, na Afeiteira e em Bombel, uma escola do ensino básico e duas do ensino pré-escolar, o dinheiro está garantido, os projetos estão de momento em curso, como já o anunciaram e é intenção do executivo concluir no próximo ano, a requalificação do parque escolar municipal.
105. Destaca ainda uma obrigação legal que pensa que é também do conhecimento de todos os membros da Assembleia e que o executivo tem a obrigatoriedade de, no próximo ano, rever o PDM.

106. O PDM de Vendas Novas, sendo um documento fundamental na estratégia de desenvolvimento do Concelho e também na política urbanística que tem vindo a seguir, é também um instrumento “colado” ao nível central e, portanto, é obrigatório que Vendas Novas e muitos municípios do país no próximo ano façam revisão do PDM. É uma verba grande que tem em orçamento, um “bolo” grande de um projeto que não se faz de um dia para o outro, mas que feito dará também uma perspetiva diferente do que é o urbanismo nos dias de hoje, adaptado também às novas regras e às novas leis que tem de seguir obrigatoriamente.
107. Ao nível da frota municipal, partindo para um capítulo mais interno, têm previsto um investimento na renovação de alguns veículos municipais, sendo esse um trabalho iniciado há dois anos atrás. No próximo ano têm prevista a aquisição de um camião pesado. O que se tem atualmente ao serviço do município para fazer os principais carregamentos de materiais tem mais de 20 anos, tem muitas debilidades e a sua manutenção custa ou já custou mais nestes anos do que a aquisição de um novo e, portanto, é altura de renovar para não gastar mais.
108. As cinco carrinhas, cujo concurso foi abaixo durante o presente ano, por não terem sido apresentadas propostas dentro do valor que estava previsto, vai ser novamente lançado e a obrigatoriedade legal também nos leva à aquisição de um autocarro, uma vez que um dos autocarros vai fazer 16 anos e que nessa data deixa de poder transportar crianças. Portanto, para se dar resposta às obrigações em termos de transporte escolar têm a necessidade de investir na frota também nos autocarros e a aquisição de um novo autocarro é um imperativo para que possam continuar a transportar os alunos, porque com mais de 16 anos não o podem fazer, aqui numa situação clara de injustiça entre público e privado, porque todos assistem aos operadores privados a transportar crianças e jovens com autocarros com mais de 30 anos, sendo isso visível. As Câmaras Municipais não podem fazê-lo, sendo isso uma situação que não entendem, que não compreende, uma vez que essa exigência deveria ser para todos, mas que não sendo, o Município o vai cumprir e vão também investir na frota, como já mencionado.
109. Ao nível das pavimentações, têm no orçamento verbas para duas situações: o bloco de pavimentações já aprovado na Assembleia e financiado com empréstimo bancário e que já foi adjudicado que espera que ainda comece esse ano também a obra. Não sabem se é no presente ano ou se no próximo, mas têm dotação orçamental também no próximo orçamento porque é mais que uma das obras que transita de um ano para o outro e têm uma verba para execução dos projetos de pavimentações que já foram assumidas também, quer com as populações, quer com os partidos da oposição aquando das reuniões que tiveram nomeadamente, uma intervenção profunda na Av. 25 de Abril, não só ao nível da circulação, mas também ao nível do tráfego, da mobilidade e criando obviamente condições que aumentem a segurança de peões e de quem conduza veículos motorizados.
110. Além da Av. 25 de abril, intervenções na Landeira, Piçarras, Bombel e Afeiteira e execução dos projetos em função também daquilo que forem as prestações orçamentais possíveis, ou seja, sempre assumiram perante a Assembleia que com o orçamento que o Município tem, não faz esse tipo de intervenções sem financiamento bancário, mas não vão endividar a Câmara Municipal de um dia para o outro, sendo essas intervenções feitas de forma ponderada em função daquela que for a classificação da necessidade e de urgência do executivo municipal e portanto, a estimativa é que no início do próximo ano se iniciem os projetos que elencou, nomeadamente a Av. 25 de abril, a estrada de Cabrela, a conclusão da ligação da Landeira aos Nicolaus, o restante troço da estrada das Piçarras que ficará a faltar, a ligação entre os dois que já foram repavimentados, as ruas de Bombel e as ruas identificadas na Afeiteira. Portanto, esse bloco de pavimentações será alvo primeiro de projeto técnico, como não pode deixar de ser, para depois então, orçamentar, pedir empréstimo, vir à Assembleia aprovação, ir ao Tribunal de Contas e a seguir todo o procedimento administrativo para o efeito.
111. E por último, ao nível dos investimentos destaca um investimento muito significativo que também vai arrancar no presente ano, mas que estará concluído no próximo, que tem a ver com o projeto de eficiência energética do Alentejo Central. Este é um projeto dos catorze municípios da região que custará ao Município de Vendas Novas a curto prazo, na área do investimento, cerca de 187 mil euros e que lhes permitirá substituir a grande maioria das luminárias do Concelho de Vendas Novas, nomeadamente de mercúrio e vapor de sódio, atualmente por tecnologia de última geração com led.

Obviamente que é um investimento grande “à cabeça”, mas que a médio/longo prazo trará reduções muito significativas nos consumos com a energia elétrica do Município, com a iluminação pública e que aumentará também a qualidade, o conforto e a segurança das populações. É um investimento pesado, um investimento que sabiam que o tinham de fazer, mas a médio/longo prazo, terá um retorno, quer a nível financeiro, quer ambiental.

112. Ao nível das atividades, destaca a manutenção de todos os grandes projetos em todas as grandes áreas, a educação, a cultura, desporto, economia. Portanto, em todas as áreas que têm identificadas, mantém as atividades já de 2019 e tem duas novidades ao nível do PAM: uma delas, o arranque do projeto “Presidente Jovem”, um projeto na área da cidadania ativa, destinado aos alunos do ensino secundário, com previsão de arranque em setembro do ano de 2020, no novo ano letivo que se vai iniciar, atendendo também aos prazos de desenvolvimento desse projeto e que tem valor zero no orçamento, no PAM, porque não prevê despesas no próximo ano, aparte das eleições propriamente ditas, não tem verbas definidas. Terá depois em 2021, no mesmo ano letivo, com o resultado das eleições então para a eleição do presidente jovem e para a implementação dos projetos que esse “presidente” apresentar aos seus pares e devem ser apoiados e suportados pelo Município.
113. Termina com a área da educação. Esta é uma área particularmente querida para o executivo, desde a parte que gosta de designar de “hardware” onde têm investimentos na parte estrutural, mas também a parte do “software” com programas que têm vindo a implementar que tem resolvido um conjunto de situações problemáticas e que têm também permitido o aumento das competências dos alunos, havendo uma área que não tinham trabalhado e têm atualmente os projetos para o desenvolvimento tecnológico para o ganho de novas aptidões e competências também elas sociais, com a equipa multidisciplinar. A verdade é que a parte da educação emocional é uma área que sempre ficou a descoberto no sistema de ensino local e vão avançar com um projeto com outros municípios para trabalharem, quer com os alunos do Concelho, quer as suas famílias, aquela que é a área da educação emocional que tendencialmente fica de fora do sistema de ensino e que o Município entende que é uma área a trabalhar, a desenvolver e a fomentar no concelho de Vendas Novas.
114. E grosso modo, esse preâmbulo, esse conjunto de investimentos, esse conjunto de atividades, essa estratégia justifica depois com as despesas correntes do município, do pessoal, de iluminação pública, água, saneamento, resíduos sólidos urbanos, combustíveis, tudo o que são despesas correntes justificam os dez milhões e quatrocentos mil euros que, no fundo, endossam o orçamento municipal do Município.
115. O **Membro José Leitão** agradece a explicação do Senhor Presidente. Vai tentar não se “esticar” muito, mas a matéria é de peso.
116. Primeiro que tudo, referir que no documento em apreço e na sequência do que já foi presentemente falado, quanto aos Julgados de Paz, serviços de notariado, PART, não há uma única referência no presente documento em relação ao trabalho da autarquia no sentido de pressionar para 2020 a realização desses objetivos, sendo pura e simplesmente, omisso. Sobre isso nem uma palavra, ou seja, de caráter reivindicativo ao governo ou a outras entidades para se concluir do documento e se poder dizer sim senhor a Câmara apresentou, estava escrito. Não aparece absolutamente nada, sendo perfeitamente omisso.
117. Refere-se também ao Senhor Presidente que, na linha da sua intervenção, a determinada altura falou na continuidade da política municipal. Recorda que nas Grandes Opções do Plano para o ano de 2018/2021, os eixos prioritários eram Vendas Novas Mais Solidária, Inclusiva, Vendas Novas Mais Apelativa, Renovada, Vendas Novas Mais Bonita e Convidativa, Vendas Novas Mais Acessível e Segura, Vendas Novas Mais Dinâmica e Jovem e Vendas Novas Mais Desenvolvida e Empreendedora. Ou seja, dizia-se que o primeiro eixo de ação era o aumento da eficácia e eficiência da higiene e limpeza urbana, no segundo, implementação do Plano Estratégico de reabilitação urbana, no terceiro, reforço das infraestruturas básicas do Concelho, no quarto, coesão social, solidariedade, cultura, desporto e educação, no quinto, desenvolvimento económico e no sexto, outros projetos de investimento estratégico.

118. Para este ano, temos no primeiro eixo, “Amar Vendas Novas é remodela-la”, “Requalificação Urbana e Ambiental”, no eixo segundo “Amar Vendas Novas é criar bases de futuro beneficiação de infraestruturas básicas do Concelho”, eixo três, “Amar Vendas Novas é contribuir para o desenvolvimento Humano: educação, cultura, desporto, desenvolvimento social”, eixo quatro, “Amar Vendas Novas é capitalizar mais investimentos e desenvolvimento económico”, eixo cinco, “Amar Vendas Novas é torna-la mais limpa - higiene e limpeza urbana”. Ou seja, todos os anos os títulos dos eixos mudam. Ironiza dizendo que tem a ver com a continuidade, sendo o que percebe.
119. Dizer também ao Senhor Presidente que se aperceberam que para o ano de 2020, a Câmara apresenta três novos projetos: um primeiro projeto que é um projeto intermunicipal designado “Nós do Mundo”. Tem uma verba para 2020 de 2.300€. Um segundo projeto que é um projeto na área de investimento que é a Estratégia Local de Habitação que tem uma verba para 2020 não definida de 20.000€, por isso não se sabe bem como é que vai ser e que também não depende do Município e um terceiro projeto na área do investimento que é a Infraestrutura de Apoio ao Auto Caravanismo, de 19.000€ que também é uma candidatura exterior.
120. São adiados quatro projetos que a Bancada da CDU considera que tinham maior relevância. Um projeto nas atividades, que é o programa “Presidente Jovem”, que o Senhor Presidente apresentou como sendo novo. Não é novo, em 2018/2019 era apontado para 2020. Em 2020 é apontado para 2021 com 2.500€ euros. Apesar do Senhor Presidente ter explicado que em setembro inicia e não tem verbas até ao final do ano, estarão presentes para ver se inicia ou não.
121. Na área do investimento tem um projeto adiado que vem de 2016, chamado Requalificação do Espaço Público do núcleo consolidado de Vendas Novas que já vem de 2016 e tem 75.000€ em 2019, tem 50.000€ para 2020, sendo que durante este tempo, desde 2016 até à data não se fez absolutamente nada, para 2021, tem 50.000€ e depois, nos anos seguintes, tem 1.000.000€, ou seja, é um projeto que não vai executar até ao final do mandato. Não vai, por isso não pode dizer no documento que o vai executar porque não o vai.
122. Outro projeto que é a Ciclovia e a Via Pedonal que interliga a Avenida 25 de abril, Parque Desportivo, Parque de Feiras e Escolas, que o Senhor Presidente já falou. A verba que lá está são 500.000€ para o ano de 2021, para 2020 não tem lá dinheiro nenhum, zero, para 2021 é que o Senhor Presidente tem lá 500.000€. Por isso, não sabe como é que o vai fazer e ainda por cima em ano de eleições.
123. No projeto de investimento de 2014, que é o I.23 tinha o plano de urbanização da cidade de Vendas Novas, que era um projeto que não era plurianual. Em 2019, que aparece novamente em 2020, com uma verba prevista de 47.000€, tendo-se realizado até à data 9.000.
124. No entanto, no documento de 2019, para o documento de 2020, caem um conjunto de projetos e passa a salientar alguns.
125. Vejamos: Disponibilização de redes wi-fi: tinha previsto 3.500€ para 2019. Não se realizou absolutamente nada e desaparece nesse documento para 2020. As hortas comunitárias que eram um projeto de 2018, também desaparece, no 15.º mês para idosos de baixos rendimentos, um projeto também para 2019, deixa de estar. O Programa Municipal de Arrendamento Jovem, um projeto de 2019, também desaparece. Um projeto de investimento de 2016 que era o Programa de Reabilitação destinado ao Arrendamento apoiado à Habitação Social na Rua da Boavista também deixa de existir. O I.6 de 2016 que é o Programa de Reabilitação destinado a Arrendamento apoiado à Habitação Social dos antigos balneários da Câmara Municipal também deixa de existir.
126. O I.7 de 2016, Programa de Reabilitação destinado a arrendamento apoiado à habitação social Rua Joaquim Pedro de Matos também deixa de existir.
127. O I.12 de 2018, Programa de Manutenção e Reabilitação do Parque Habitacional Municipal também deixa de existir e nestes programas de manutenção de reabilitação habitacional, os valores que estão aqui inseridos são de longe superiores à Estratégia Local de Habitação que está prevista como não

definido para 2020. Uma coisa não é outra, não se pode dizer que estamos a tratar da mesma coisa como depois no documento é dito.

128. O projeto de 2016 da Ecopista da Landeira aos Nicolaus também desaparece. O projeto do Parque de Estacionamento junto à Estação Ferroviária também desaparece. A Requalificação Urbana da Rua Almirante Gago Coutinho também desaparece. A Requalificação Urbana da Rua Capitão Janeiro Santana também desaparece e sobretudo projetos de 2016, a Requalificação Urbana da Rua Luís António Firmino também desaparece, a Ciclovia Afeiteira - Vendas Novas também desaparece, a Requalificação Urbana da Avenida 25 de abril, 2.ª fase, a Requalificação Urbana da Rua Catarina Eufémia igualmente, a requalificação urbana da Avenida da Misericórdia aspas, aspas. A Requalificação da Entrada Oeste de Vendas Novas também desaparece; a requalificação do Largo da Câmara Municipal, idem, a Requalificação do Espaço Público da Rua António Coelho de Oliveira igualmente, a Requalificação Urbana na Rua General Humberto Delgado, também, e a Requalificação da Rua da Boavista igualmente. O Programa de Intervenção para as Comunidades Desfavorecidas também desaparece, a Requalificação da Praceta Benito Garcia também desaparece e a requalificação da Retunda da Entrada Poente de Vendas Novas também desaparece.
129. Menciona que antes de entrar nas questões finais em relação ainda ao documento, umas das situações que preocupam a CDU é o baixo investimento que se está a fazer ao nível da conservação, sendo que se tem, por exemplo, para o presente ano, em termos de equipamento, maquinaria e equipamento básico temos uma verba de 1.000€, quando o realizado em 2019 foram 32.000€, equipamento administrativo 1.000€, quando o realizado em 2019, foram de 7.000€, o equipamento de hardware 4.000€ definido, quando o realizado foram 43.000€ durante o ano de 2019. No Programa de Execução e Reforço de Infraestruturas, o orçamento tem 1.000€, não sabendo o que se vai fazer com 1.000€. No saneamento básico, em conservação, manutenção e ampliação da rede de esgotos, onde se gastaram em 2019, 9.000€, tem 1.000€. Na conservação, manutenção e ampliação da rede de águas, onde se gastaram em 2019, 36.000€, tem 2.500€ e nos resíduos sólidos, na aquisição de contentores, recetáculos e acessórios gastaram o ano passado 16.000€, tem 500€. Por fim, na conservação e manutenção do edifício dos equipamentos culturais onde se gastaram no ano passado 45.000€, tem lá 10.000€. Ou seja, o presente orçamento, pede desculpa, mas não vai corresponder, nem de longe, nem de perto, àquilo que vai ser a realidade, porque sabemos que durante o ano depois vai acontecer aquilo que tem acontecido. Até ao presente já lá vão vinte sete alterações ao Orçamento da Câmara e, por isso, não valeria a pena estar a fazer isso assim, bastava reforçar.
130. Deixa ainda mais algumas notas para terminar, pois já está longo, referindo que há uma falta de humildade, na página quatro no relatório onde se diz: “as visões podem nem sempre ser convergentes, mas há uma certeza inequívoca, o querer comum que Vendas Novas atinja um patamar de excelência em diversas vertentes”. Pede desculpa, mas com esse orçamento o Senhor Presidente não vai alcançar excelência nenhuma. Pelo que está presente, o que vai acontecer é que em breve prazo vão ter problemas graves ao nível dos equipamentos e infraestruturas e vão ter de andar a “apagar fogos”.
131. Menciona também que no terceiro parágrafo da página seis, diz o seguinte: “se a intervenção do espaço público é importante em meio urbano, o que dizer em meio rural, (...) com vista à resolução de muitos problemas de mobilidade e circulação será desenvolvida a requalificação de espaço urbanos e rurais”. Questiona o Presidente da Câmara Municipal se sabe quanto lá tem. Estão lá 1.000€, por isso os projetos, já falaram sobre eles, ou seja as requalificações que têm caído e passa a citar, Requalificação Urbana da Avenida Marechal Craveiro Lopes, Requalificação do Espaço Público no núcleo consolidado de Vendas Novas que apresenta, por exemplo, o presente 1.000.000€ para 2022; para 2023, a ciclovia que pode interligar a Avenida 25 de Abril aponta para 2021 com 500.000€. Mas depois o Senhor Presidente diz que esses serão projetos que terão a sua conclusão até ao termo do mandato, questionando se o Senhor Presidente tem a perceção de quando é o fim do mandato, mas que ele tem a perceção que é em 2021, não é depois.
132. Dizer também que fala na página sete “nos espaços públicos, jardins e parques, estão previstas nesse âmbito intervenções de manutenção de espaços verdes municipais”, mas depois não se diz no quê, sendo a única coisa que fala na requalificação do Jardim do Bairro José Saramago e depois diz que estão ainda equacionadas execuções de novos espaços verdes no Bairro Zeca Afonso. Mas em termos

- de verbas do orçamento não tem lá nada, nem está nada escrito absolutamente sobre o projeto. Não está nada, não existe.
133. Sobre a frota municipal, o Senhor Presidente já evitou de ter de lhe perguntar, porque já disse que o concurso das cinco carrinhas tinha ficado “deserto” e como tal, está justificado como é evidente e aqui está o problema das infraestruturas municipais referido na página 7, no último parágrafo, merece um parágrafo com alguma densidade, mas depois espremido em termos financeiros, em termos de orçamento, não dá, passa a expressão, “para tabaco”.
  134. Menciona que também aparece a criação do Espaço Cidadão, mas não são apresentados os custos do mesmo. Questiona se o projeto não tem custos, se não vai ter funcionários da Câmara, não vai ter computador, não vai ter nada. Por isso, ficam sem saber.
  135. Fala também de uma pista de bicicletas para andar ao estilo motocross, chama-se um Pump Track, que não consta nas GOP’S, não existindo verba nenhuma alocada a essa intenção, não sabendo se é para o próximo ano, se é para o outro, não conseguindo chegar a nenhuma conclusão.
  136. Sobre o projeto “Presidente Jovem” refere, como já disse, que não é um projeto novo. Mesmo o próprio projeto Nós no Mundo, o que está presente é que os projetos educativos terão continuidade e serão enriquecidos com a promoção da literacia emocional, sendo isso pouco e a Bancada da CDU gostaria de ter mais informações sobre esse projeto.
  137. Deixa ainda mais uma pequena nota em relação à rede viária fala-se em requalificação e conservação da rede viária, mas não se refere ao quê, fala-se apenas genericamente. Depois logo se há-de ver, não dizendo que é uma rua ou outra, ou que é tantos metros dessa rua. Fala-se apenas na requalificação da rede viária, por isso não lhe parece correto no sentido de ser rigoroso.
  138. Para acabar e também para ver a perceção da gestão que se quer rigorosa, dando o exemplo da Requalificação Urbana da Avenida Marechal Craveiro Lopes, mobilidade suave que está prevista.
  139. No Plano Plurianual de Investimentos 2017/2020 estavam previstos 418.200€, de 2018 para 2021 subiu para 512.800€, em 2019 para 2022 passou para 462.379€ e de repente para 2020/2023, a tal situação que o Senhor Presidente diz que vai acabar até ao final do mandato, tem 1.500.000€, questionando se isso muda assim, se a inflação foi assim tão grande, levantando essas questões.
  140. Por último questiona, sendo algumas questões concretas, de qual o motivo do aumento de 6.000€ na equipa de intervenção permanente, ou seja, tiveram em 2019 uma verba de 32.000€ estando prevista uma verba de 38.000€, mais encargos para a Câmara derivados do quê. Segunda questão, o projeto A8/2018 que tem a ver com a ação social escolar, se até ao fim do ano gastámos 5.000€, porque é que para 2020, só temos 500€. Em relação ao A19/2018 que é o Natal Solidário, porquê 500€ quando já foram gastos 8.000€.
  141. No A10/2018 que tem a ver com as fichas dos alunos do primeiro ciclo, questiona se em 2020 não vão oferecer os cadernos de fichas aos alunos, porque não consta verba nenhuma para o ano seguinte, para o próximo ano de 2020, consta 0€ e no ano passado teve 12.000€.
  142. As atividades do projeto A15/2018 que são o de Ocupação Temporária de Jovens para 2020 não têm dinheiro nenhum, tem 0€, o ano passado tinha 2.500€.
  143. O A40 que tem a ver com a época balnear, foi um projeto que gastou 23.000€ em 2019 e só tem 5.000€ orçados no presente ano, sendo essas as questões. Sendo conhecida sobejamente a posição da CDU e a forma como vai votar esse orçamento, mas não queria de deixar a Bancada da CDU de dar essas notas de uma atenção que lhes mereceu o orçamento, talvez não tão profundo como gostariam, por não terem o documento em Excel, não sendo fácil manejar papéis. Mas a realidade é que aquilo que está presente é incoerente e a Bancada da CDU não acredita nesse orçamento, sendo mais um orçamento em que vão passar a ter qualquer coisa como duas a três alterações orçamentais ao longo

de todos os meses até ao final do ano de 2020 e isso não tem nada a ver com o rigor orçamental, pedindo desculpa por o dizer.

144. A **Presidente da Assembleia Municipal** questiona o Senhor Presidente da Câmara Municipal se quer já responder às questões do Membro José Leitão ou se quer primeiro ouvir o Membro Ricardo Videira, sugerindo responder ao Membro José Leitão em primeiro lugar.
145. O **Presidente da Câmara Municipal** esclarece que devido ao número de questões colocadas, agradece ao Membro Ricardo a tolerância de se intrometer ali no meio.
146. Tentando ser o mais sucinto possível, folga muito em saber que a questão que a CDU tem como argumento para votar contra é o facto de os documentos terem eixos com nomes diferentes do ano anterior, de ter projetos sem verbas quando sabe o porquê, porque todos os anos o explica na Assembleia e que de alguma forma reestruturaram os projetos. É uma argumentação que aceita, sendo uma posição política no fundo completamente legítima, ficando mais preocupado se não se revissem naquilo que são os projetos que apresentam ou as atividades. Isso seria grave, aí não há crítica e ainda bem, estando de acordo em relação aos projetos de investimento e das atividades.
147. Tentando responder às questões, quanto a observações de carácter político não se pronunciará, obviamente, ficando esse trabalho para a Assembleia porque a sua função é esclarecer.
148. Em relação ao PART, aos Julgados da Paz e outros programas que são eixos fundamentais, trabalham aqui politicamente e que não aparecem no PPI e no PAM, em primeiro lugar porque não têm verbas definidas mesmo, não sabendo o que representam financeiramente e, no caso dos Julgados da Paz, não se sabe qual vai ser o acordo que lhes vai ser apresentado e não têm uma presença necessária, nem como projeto de investimento, nem de atividade. Só depois de saberem o que é, de terem uma proposta, é que saberão o que é que vem a ser e também não sabem quando e portanto, estar a colocar no mesmo só porque sim não o fazem. Nenhum deles que estão presentes foi só porque sim. A questão do PART está nas despesas correntes que tem com os transportes, como é óbvio, porque a Câmara paga uma parte e a CIMAC paga enquanto autoridade de gestão de transportes. A restante parte, sai diretamente ao orçamento.
149. Em relação às GOP'S e às mudanças dos eixos, sim, pede desculpa mas é legítimo que um executivo municipal em funções queira de um ano para o outro refazer os eixos de reestruturação da sua atividade política e orçamental. Mal seria que, ano após ano, viéssemos sempre com os mesmos eixos. Estaria a ouvir o Membro José Leitão a dizer “que isto é sempre igual, é um *copy paste* e não mudam nada”. A verdade é que dão nomes diferentes às coisas porque, de facto, os eixos mudam e se o ano passado assumiram até politicamente que a Higiene e Limpeza Urbana era o eixo prioritário número um. Poderiam não fazer mais nada, mas que a Higiene e Limpeza Urbana, com a contenção de recursos e meios seria prioridade. A verdade é que o ataque que fizeram ao problema, não pode, no ano 2020, continuar a ser o eixo prioritário e isso é um entendimento do Executivo. Concorde-se ou discorde-se com a legitimidade que todos têm para analisar os documentos, mas é a premissa e pede desculpa ao Membro José Leitão do Executivo Municipal definir como é que organiza os documentos que apresenta, soube pena de alguém não concordar, mas essa premissa é do Executivo.
150. Em relação aos projetos que surgem, aos adiados, aos que “caem”, o Membro José Leitão o ano passado disse uma coisa que lhes ficou presente durante um ano inteiro que havia muitos projetos no orçamento do executivo que não tinha previsibilidade de execução e se aperceberam que era verdade. Ou seja, na altura respondeu-lhe aquilo que era a verdade, que tinham no PPI que é onde acontece mais, tinham colocado todos os projetos que faziam parte do PEDU, Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, mas que não tinha o financiamento garantido. Apesar de não ter o financiamento garantido, o PEDU, relembra, que foi orçamentado 10.500.000€, 11.000.000€ no grosso modo, no final com as negociações com a CCDR, chegou aos 12.000.000€ para fazer as obras que tinham previsto, todas as que estavam no PPI e atendendo à distribuição de verbas que foram feitas pela CCDR ficaram com 4.000.000€. É óbvio que tiveram de fazer opções, definir prioridades e os projetos presentes nessa fase, são os projetos que consideram prioritários, os que já fizeram e os que estão a fazer. Não quer dizer que abandonarão os outros se vierem a ter verbas para os fazer, eles

voltarão, sendo que foram ao encontro daquela que foi uma crítica no ano passado da CDU, que era ter presente uma lista de projetos que não tinham verbas. Lembra-se que estava na oposição e já vinham os orçamentos da CDU, desde o ano 1996, a construção de um parque de campismo e quando foi deputado municipal em 2005, fazendo-lhe sentido se o projeto não vai ser feito, se a previsão de o executar não é real, sai. Pode voltar algum dia, até pode voltar numa revisão, havendo uma ferramenta que é a revisão ao orçamento em que devem incluir ou tirar projetos e, portanto, o terem desaparecido tem a ver com isso.

151. Quanto à questão das redes wi-fi, tiveram aprovada uma candidatura comunitária diretamente da União Europeia, da Comissão Europeia para a criação e disponibilização das redes wi-fi em espaços públicos e, foi por isso, que o projeto saiu e que não teve gastos no presente ano, por terem conseguido um financiamento de 100% para a execução paga em cheque por eles, pagam ao operador, não tendo, em princípio, a Câmara qualquer movimentação financeira com esse projeto que foi subsidiado pela Comissão Europeia e é por isso que esse projeto não tem valor. Obviamente se conseguirem dinheiro para o fazer sem alocar dinheiro dos contribuintes de Vendas Novas ainda melhor. Tão simples, quanto isso.
152. Em relação ao PEDU foi o que explicou, conservação, redes, projetos com baixo valor, todos os anos o diz e todos os anos tem de se repetir mas é fácil, projetos com 500€, com 1.000€ ou sem valor, com o saldo de gerência serão reforçados, são projetos que se vir bem, manuais escolares, ação social escolar, época balnear, são todos projetos que ocorrem após abril, que é quando acontece a incorporação de saldo de gerência. Sabem que o vão ter mas desconhecem o valor ainda, estando a dois meses do final do ano. Dantes, a Assembleia era em dezembro se se recordam era mais fácil apurar esse saldo desse documento, mas estando a dois meses, é um pouco difícil fazê-lo, mas sabem que o vão ter. Sabem que têm uma previsão do que vão ter, sendo que esse saldo de gerência vai reforçar obviamente os projetos que se realizam após abril e que não tem para já verba, quer dizer que não tem de avançar com eles já de janeiro a abril e portanto é fácil de explicar. Não havendo falta de rigor, há gestão financeira para gerir realmente o que tem. Era fácil colocar 10.000€ em cada um, mas depois não se tinha a receita para os fazer, sendo uma questão de opções. Para colocarem verbas nos projetos têm de ter dinheiro, têm de ter receita prevista.
153. Em relação ao detalhe da rede viária, refere-se ao Membro José Leitão, que frisou na Assembleia, e também é para isso que está presente, quais as estradas que iam fazer e quais aquelas que iam projetar e fazer, falou até nas duas coisas, sendo que o bloco de pavimentações que está já adjudicado e que vai avançar, e já veio à Assembleia, e que é do conhecimento de todos, e um segundo bloco de pavimentações que tem de fazer primeiro projeto e depois executar. Falou na Avenida 25 de Abril, na estrada de Cabrela, na Landeira, nas Piçarras, Bombel e Afeiteira. Falou disso, os metros quadrados não os sabe, não tem projetos ainda. A Câmara Municipal, no presente momento, ainda não tem projetos para a execução.
154. Portanto, não pode estar a pôr nem valores à toa no orçamento, até porque não tem de o fazer. Se for com financiamento bancário, a receita não está presente. Vai entrar depois de aprovado e ter o visto do Tribunal de Contas e não temos os metros quadrados, não sabe quantos metros quadrados são, vão fazer projetos para saber o que é que vai ser feito. Nessa fase terão detalhes para dar, no momento não o têm. Sabem o que querem fazer, não sabem o detalhe, sendo para isso que servem os projetos técnicos.
155. Em relação à Avenida Craveiro Lopes, os valores vão aumentado efetivamente. A intervenção inicial que tinham previsto fazer tinha também um bocadinho a ver com o alinhamento que tinha o quadro comunitário inicial e as transformações que foi tendo ao longo do tempo. O que queriam era substituir passeios basicamente e a pedra do eixo da faixa de rodagem. À medida que foi sendo possível financiar na requalificação urbana a questão das redes, foram fazendo projeto, foram desenvolvendo mais projetos. Foram percebendo que o projeto seria mais caro e as redes, estando a falar de águas, esgotos, pluviais, elétricas, comunicações, essas redes custam muito dinheiro e, é por isso, que um projeto de 490.000€, passa para 1.500.000€. É fácil de explicar isso, acrescido sim do preço da construção civil de hoje, que em relação há três anos atrás era diferente e já tiveram “amargos de boca” com concursos “desertos” do conhecimento da presente Assembleia e portanto sim, o projeto

- justifica-se, o aumento de verbas justificam-se por isso. Houve uma mudança estratégica do Executivo Municipal, porque perceberam que conseguiriam fazer melhor intervenção mexendo em tudo de uma só vez, não mudando só a “cara”, não tornando só a mobilidade suave, para quem lá circula, mas mexendo também nas redes, para que não tenham de estragar mais tarde com roturas e com problemas que acontecem no subsolo e, portanto, a previsão que tem atual é essa, para um projeto praticamente concluído para candidatar e para lançar a empreitada depois.
156. Em relação à Equipa de Intervenção Permanente. 6.000€. Sim. A CDU, na Assembleia da República, com o Governo do PS na antiga legislatura, mesmo no final do mandato, tomou uma decisão conjunta com o Bloco de Esquerda, “a geringonça” e, apoiada na altura pelos partidos da oposição não “geringonça”, CDSPP e PSD, decidiram até por unanimidade, uma decisão que lhe pareceu sensata, que os Bombeiros que pertencem às equipas de intervenção permanente, deveriam ganhar mais e isso foi público. As EIP, Equipas de Intervenção Permanente dos Bombeiros começaram a ser melhor pagas, já no presente ano, em outubro, tendo de fazer uma alteração. Das 27 alterações, uma delas foi para isso, porque o valor não chegou, porque houve aumentos, claro que para o ano tem de haver aumento e o aumento representa 6.000€, à Câmara e ao Estado, porque é 50/50 e, portanto, a justificação dos 6.000€ é essa.
157. A Ação Social Escolar é um projeto que é executado só no final do ano, quando fazem o protocolo com o Agrupamento de Escolas. Só aí é que têm a noção do valor a pagar. Portanto, tem os 500€ de saldo de gerência que será obviamente reforçado. A média anda nos 2.500€, sendo ultimamente o que se tem gasto, este ano disse 5.000€, por terem ainda 2.500€ para pagar desse ano, mais os 2.500€ que pagaram em janeiro, sendo uma das despesas que transitou de dezembro de 2018 para janeiro de 2019, se não está em erro, portanto justifica os 5.000€, sendo a média de 2.500€.
158. Quanto à questão do rigor. Pensa que os documentos estão rigorosos a ponto de questionar, se o Membro José Leitão acha que o presente orçamento e esse exercício de perspetiva, porque isso são documentos provisionais, não estão aptos para atingir a excelência como queremos e afirmamos, que queremos na intervenção do Executivo. A questão que faz ao Membro José Leitão e à CDU é de quais dos projetos é que não faziam, para fazer outros para atingir a excelência? É que a receita é essa e, portanto, com 10.400.000€ as opções do executivo são essas. Questiona quais os projetos que a CDU não fazia para fazer outras coisas.
159. O **Membro Ricardo Videira** agradece a palavra, começa por agradecer a exposição do Senhor Presidente relativamente ao Orçamento e ao Plano Plurianual de Investimento. Afirma que nas propostas que lhe foram apresentadas na reunião do estatuto da oposição, com uma concordância em relação ao que são os eixos definidos no programa do Partido Socialista, julgando que essa interpretação será abusiva, as propostas que a Bancada do PSD fez, foram pontuais, respeitando como lhe disseram na altura, aquilo que é o orçamento, aquilo que foi aprovado pela generalidade dos Vendasnovenses em 2017 que não é o da Bancada do PSD e, como tal, reservam o direito de o debater na Assembleia Municipal com o Presidente da Câmara e, de acordo com o que é a consciência da Bancada do PSD e com a estratégica política que têm para Vendas Novas.
160. Antes de fazer uma intervenção política mais de fundo, gostava de colocar algumas perguntas para esclarecer, como o Senhor Presidente disse e bem, que lhe surgiram, quer da leitura dos documentos que foram fornecidos, quer da intervenção de abertura que o Presidente da Câmara fez e dos esclarecimentos que prestou nessa sequência.
161. Primeiro, diz-se na documentação que foi distribuída que foram recolhidos contributos da população e dos partidos políticos e tem a certeza que assim foi. Acontece que no ano passado, os contributos dos partidos políticos, pelo menos do caso do PSD, estavam plasmados no relatório do orçamento o que lhes permitiu perceber exatamente o que é que foi integrado no orçamento e o que é que não foi. No orçamento para 2020 tal não acontece, aquilo que questionam é das propostas apresentadas pelo PSD, quais integrou e já que estão num debate em que existem mais partidos políticos envolvidos, quais as propostas aceites da CDU.

162. Segunda questão, diz-se que as pessoas são as maiores riquezas do território e concordam com essa afirmação e que o orçamento certamente refletirá essa particularidade e essa visão. A questão que faz ao Senhor Presidente e é uma pergunta que é uma confirmação é se existirá orçamento participativo em 2020 e se não existe o porquê.
163. A terceira questão que colocam tem a ver com a aquisição de veículos ligeiros, tipo Combi, em que o Senhor Presidente também fez uma referência da aquisição desses veículos. A pergunta que fazem é se algum desses veículos ou alguns, tem associadas soluções de eficiência energética, ou seja, se são veículos elétricos, híbridos, se a questão foi refletida ou não.
164. Por fim, um tema que lhe é muito caro e que o vem referindo já há varias sessões da Assembleia Municipal que tem precisamente a ver com as condições de segurança de quem circula na Avenida 25 de abril, em Vendas Novas. É um tema que ao longo do tempo se foram apercebendo, de que mais importante do que um tema enquanto PSD em termos políticos, é um tema importante para a população e o Senhor Presidente disse-lhes na reunião da oposição e referiu presentemente que essa intervenção seria realizada. Como o sabe, para a Bancada do PSD ela é prioritária, já deveria ter existido uma intervenção, nem que seja para melhorar as condições de segurança, nem que sejam provisórias.
165. A questão que fazem ao Senhor Presidente e uma vez que, não identificaram, nem no Plano Plurianual de Investimentos, nem no Relatório do Orçamento, referências dessa intervenção na Avenida 25 de abril que é importante, não identificaram verbas alocadas a essa intervenção, nem para projeto, nem para obras, ao contrário de outros projetos que o Senhor Presidente referiu. A pergunta que deixa é onde está porque não o encontrou e perceber se a obra não será em 2020 mas será posterior, porque 2020 parece-lhe ser ano para fazer projetos.
166. O **Presidente da Câmara Municipal** responde que em relação às questões colocadas pelo Membro Ricardo Videira, a quem agradece, refere que da lista do PSD não se recorda de todos os projetos de cor. Sabe que a grande maioria, (era uma lista sucinta, direta e objetiva) não muito extensa e alinhada com aquilo que era também a visão do Executivo Municipal. Dizendo ainda que a maioria dos projetos que estão equacionados, muitos deles têm verba, porque muitos deles são necessários. Julgados da Paz, como já o referiu, carecem de protocolos de entidades externas e com alguma negociação que tenham de fazer. A questão do parque de estacionamento para veículos pesados carece de uma solução de encontrar o local adequado para o fazer e projetar, havendo questões que não vêm por esse motivo, mas estão claramente alinhadas.
167. Quanto à CDU, tem mais dificuldade em dizer pelo motivo que a CDU apresentou um documento diferente. Um documento com mais de uma centena de propostas, com um rol que daria para executar com o orçamento real da Câmara Municipal de Vendas Novas em vinte e qualquer coisa anos, possivelmente. Ou seja, reveste uma visão, que é a visão da CDU para o território. Têm também um conjunto de projetos na área da requalificação urbana, onde identificaram vários projetos em linha com os que estão no orçamento. Também ao nível dos princípios por ter também um conjunto de vetores que apresentam a defesa daquilo que são princípios políticos que também estão alinhados com este orçamento e com a que será a atuação política do Executivo, mas em concreto não o consegue precisar, porque, de facto, era um documento, muito, muito extenso, mas que foi considerado como disse.
168. Em relação ao Orçamento Participativo de 2020, não considera uma resposta ainda, por um motivo simples. O Orçamento Participativo de 2020 terá impactos financeiros no ano de 2021, ou seja, no ano 2020 decorre todo o processo de apresentação de propostas, se vier a acontecer e também de votações dos projetos a integrar o orçamento para o ano 2021. A verdade é que o Orçamento Participativo até a nível nacional, fazemos parte de uma rede de municípios que tinham essa ferramenta e alguns deles estão como o nosso, em stand by, em revisão de regulamentos porque era suposto ter saído legislação reguladora que não saiu e, portanto, aquilo que fizeram e os Vereadores da Câmara Municipal sabem, foi alterar o Regulamento com a indicação que tinham da necessidade de ajuste de alguns dos seus pontos. Ele foi revisto, terminando a revisão, não, sabendo precisar a data, mas acha que foi no presente ano e não avançou por esse motivo. As últimas reuniões da rede

apontavam para esse caminho de uniformização das ferramentas do Orçamento Participativo e, no presente, não sabe qual é o ponto de situação e por isso não consegue dizer se há ou não. Mas se houver não terá custos para 2020 e por isso, não aparece como um projeto próprio para 2020. Sendo uma ferramenta que consideram muito. A participação das populações é fundamental, sendo as reuniões que têm com elas para os ajudar com aquilo que devem fazer, mas também para apresentar ideias ou propostas, como tem sido apanágio e, no presente, tem uma que falta concluir, sendo que o Canil Municipal, a sua qualificação, está praticamente concluída e será, muito em breve, reaberto. Fica a faltar a Rua de Timor que vai entrar no concurso que foi agora adjudicado.

169. Em relação aos veículos Combi a resposta será não. Pela informação que tem do Senhor Vereador Bruno Gomes, uma carrinha tipo Combi elétrica dá para comprar as cinco. A Câmara Municipal de Vendas Novas não é rica. Há financiamentos do Fundo Energético Nacional que não dão para todo o tipo de viaturas, nomeadamente, tem a ver com a capacidade de carga e o peso. Não dá para tudo e perceberam que não iriam conseguir ir lá e a aquisição de cinco carrinhas com motor de combustão, que custará à volta de 60.000€, grosso modo, é diferente de conseguir comprar duas elétricas e não conseguir apetrechar os serviços com os meios necessários no próximo ano porque, no momento, o facto de elas não terem vindo estão a causar imensos problemas aos Serviços Municipais. Portanto, entre comprar duas com o dinheiro que tem previsto para esse fim ou comprar cinco e resolver os problemas dos Serviços Municipais de imediato, decidiram, até um pouco contra aquilo que é visão do futuro, porque a visão de futuro assenta e tem um projeto de 187.000€ para a eficiência energética, sendo que o queriam era isso.
170. Refere que não pode entrar na discussão no Período Antes da Ordem do Dia, como é natural, mas presta já o esclarecimento também, que têm previsto em Vendas Novas, postos de carregamento, estando neste momento a negociar, podendo enviar ao Membro Ricardo Videira todos os documentos que tem desse processo, para que o PSD não venha dizer que foi uma ideia sua e que depois o PS vai atrás. Pode enviar, porque o que o Membro Ricardo Videira sabe, também ele o sabe, sendo que o processo começou no mandato anterior com uma MOBI-é. Neste momento têm previsto a colocação de dois postos ao pé da Câmara Municipal: um posto de transformação no parque desportivo e um num estabelecimento comercial, numa superfície comercial ainda não definida, sendo quatro postos a previsão que têm de ligação à rede.
171. Em relação à Avenida 25 de abril e à segurança, a última questão colocada, é um assunto que já foi muito trabalhado na Assembleia Municipal, que não tem a ver com o presente orçamento. Disse que tem no PPI, um projeto como tem sempre, um projeto que já vem de 2018, achando que sempre existiu em orçamento. Já com a CDU existia e o Executivo manteve-o, que são as melhorias de circulação e estacionamento e mobilidade. Esse projeto é de onde saem as pavimentações, sendo daí que vão sair esses projetos, em princípio, e depois tem a requalificação e conservação da rede viária, outro projeto de onde sai a obra que já esta adjudicada às estradas de Piçarras, Bombel, Landeira e a Rua de Timor, em Vendas Novas, sendo esse o projeto que está adjudicado. Daqui sobrar valor. Sobrar porque quando fizeram o orçamento não estava fechado ainda o concurso. Já foi fechado e, portanto, já têm a previsão do valor que sobra do presente “bolo” e será então para financiar os projetos que frisou há pouco: Avenida 25 de abril, Estrada de Cabrela, Afeiteira, Bombel, Piçarras e Landeira. Portanto, nessa fase não se vai comprometer perante a Assembleia de executar a obra para o ano, porque também sabem os prazos das coisas, o tempo/projeto, depois a parte do financiamento, porque tem de ir ao Tribunal de Contas como foi o presente. Portanto, não se vai comprometer com mais do que sabe.
172. O Membro José Leitão faz uma pequena nota, dizendo que não vale a pena, a Bancada da CDU tem opiniões que são conhecidas.
173. Dirige-se ao Senhor Presidente dizendo que a questão do Julgado de Paz, do PART e outros serviços públicos, não têm de vir obrigatoriamente no orçamento, mas podem vir no relatório e ficava bem vir no relatório.
174. Segunda questão, muito daquilo que o Senhor Presidente teve a justificar, também poderia vir no relatório, dizendo que se deixaram cair esses projetos por esse ou aquele motivo. O Projeto da

Avenida Marechal Craveiro Lopes aumenta o valor para 1.500.000€ por este ou aquele motivo. Deveria de estar no relatório, o relatório só tem dez páginas, nem é um relatório extenso e era lá que deveria vir, porque o orçamento em si, não se resume só aos “tostões,” resume-se ao resto também. À parte mais política da questão e aí o orçamento é extremamente curto; dez páginas.

175. Dizer o mesmo em relação ao projeto wi-fi. Escusava de ter feito a pergunta, se tivesse no relatório que o projeto do wi-fi não aparece porque houve o dinheiro vindo de algum lado, deixou de ter custos e por isso deixou de fazer sentido. Estava esclarecido, era fácil e acha que esse era um bom caminho e um bom método de trabalho. Por isso é evidente que para todos os efeitos, o presente não é de longe nem de perto, o orçamento da CDU. Tem outra questão que tem presente um orçamento para 2020 e estão a votar o orçamento para 2020, o Senhor Presidente vir dizer que depois vamos integrar o saldo de gerência nos tais projetos que não estão, sendo isso um conjunto de intensões, sabe lá se o Senhor Presidente as vai fazer ou não. Pode-o fazer, ou pode-o fazer noutra projeto que queira, não tem de fazer naquele. Ou seja, ao assumirem e aceitarem que o Senhor Presidente iria depois colocar é estar a passar um “cheque em branco”, passa a expressão, dizendo que o Senhor Presidente vai fazes, mas se depois não o faz. Ou seja, estão a votar esse documento e essa parece ser uma das grandes lacunas que esse documento tem é efetivamente não haver uma estimativa do saldo de gerência para o próximo ano, de forma a poder no próprio relatório justificar determinadas questões e isso é que lhe parece que também era bem feito, sendo isso que lhe queria transmitir.
176. O **Membro Ricardo Videira** agradece a palavra, dizendo ao Senhor Presidente que existindo uma intervenção de fundo numa Avenida como a 25 de abril, pelos vistos é uma medida que todos defendem, uns com maior prioridade, outros com menor prioridade. É algo que deveria vir plasmado, à semelhança de outras medidas que propõe no Plano Plurianual de Investimento. Não é uma intervenção desprezável que se saia de outra rubrica. O Senhor Presidente sabe que o valor da intervenção é significativo, por isso talvez não o consiga fazer de imediato. Portanto, deveria tê-lo no Plano Plurianual de Investimento detalhado para quem o está a interpretar saber onde é que está esse dinheiro.
177. Diz ao Senhor Presidente que tem algumas divergências de fundo. Manifestou-o em 2018, manifestou-o em 2019 e essas divergências são relativamente à matéria política. Em relação às prioridades não tem divergência, em relação à gestão corrente da Câmara, pensa que essa questão é uma visão que está alinhada. Mas realmente a visão de futuro para o Concelho, dos meios, dos mecanismos, das ações que entendem que a Câmara Municipal deve promover, para tornar Vendas Novas um concelho cada vez melhor para se viver, visitar e para residir e obviamente para investir e trabalhar, são diferentes e dá alguns exemplos. Ao contrário do que seria de esperar, depois da aprovação por unanimidade de uma Moção apresentada pelo Partido Socialista na Assembleia Municipal da Landeira, em que se falava sobre a natalidade e apoios à natalidade, o Senhor Presidente da Câmara traz um orçamento exatamente igual, nessa mesma linha de incentivos à natalidade, aquilo que acontecia nos anos anteriores. Se a estratégia efetiva e genuína do Partido Socialista não é um aproveitamento político ou um momento de “brilhar” com um tema como a natalidade, se é uma estratégia política o incentivo à natalidade, deveria vir plasmado com novas medidas, com novas propostas de fundo com substância para o incentivar em Vendas Novas e não vem.
178. Ao contrário daquilo que o PSD defende desde 2018, a revisão da comparticipação financeira, das atividades de animação e apoio à família promovido pelo Partido Socialista, em alta, não merece o acordo da Bancada do PSD. Sabe aliás o Senhor Presidente que apresentaram uma Moção que foi reprovada, não por minudências, mas por substância, mas por opção política do Partido Socialista, o aumento das comparticipações das famílias.
179. Refere que desde que o PSD saiu do Executivo, em 2017, que não há orçamento participativo. Portanto, dizer que se ausculta a população, mas depois na substância não se coloca o orçamento participativo, algo que durante quatro anos ouvimos o Senhor Presidente dizer e muito bem, que era importante, não só para auscultar a população, mas para traduzir em medidas concretas aquilo que são os seus anseios, preocupações e desejos. Não existe em 2019 e em 2020 e poderia existir.

180. A compra de viaturas ligeiras, não diria todos os veículos serem híbridos ou elétricos, mas há uma medida de fundo, há um incentivo, há uma opção política, não só na retórica, mas na substância, de novo, a Câmara Municipal opta por nenhum dos veículos que vai investir ter nenhuma solução de eficiência energética ou de descarbonização como tanto se apregoa.
181. Como havia dito, não estão previstas medidas imediatas no condicionamento de trânsito da Avenida 25 de abril, quando o que está em causa é a segurança e quando existe uma sucessão de acidentes que têm acontecido na Avenida 25 de abril, não se pode adiar investimentos, nem que sejam provisórios.
182. A intervenção nos jardins foca-se na manutenção do Jardim do Bairro José Saramago e na criação de novos espaços verdes no Bairro Zeca Afonso, nada contra isso. A questão de fundo é: o Jardim Municipal está abandonado e está assim há muito tempo. Trouxeram uma Moção sem minudências, sem nenhum “artigozinho,” e o Partido Socialista reprovou-a e aqui também não existem intervenções de fundo no Jardim Público Municipal.
183. Aponta ainda a inexistência de um plano para o desenvolvimento do centro da cidade. Um plano para o desenvolvimento para o centro da cidade não é fazer obras, não é só fazer obras, há mais que pode ser feito e entendem que há um exemplo concreto aqui que para a Bancada do PSD não funciona. O Espaço Cidadão, em vez de se localizar no centro da cidade, onde as pessoas se concentram para ir aos serviços e para usufruir deles, desloca-se para a Biblioteca Municipal, algo que para a Bancada do PSD não aconteceria.
184. Quanto à ausência de uma política de investimentos coerente, aponta que Câmara Municipal anda exclusivamente ao sabor de fundos comunitários para fazer investimento e não de prioridades para aquilo que é verdadeiramente importante para Vendas Novas e para a atratividade e desenvolvimento da cidade. A qualificação das pessoas, a educação, a saúde, a natalidade têm de ser prioridades, e o Senhor Presidente direciona o investimento noutro sentido.
185. Por fim, dizer-lhe que um dos pontos que também preocupa a Bancada do PSD e que voltarão a falar sobre ele no ponto seguinte, tem a ver com o aumento significativo com as despesas com o pessoal e com o aumento do mapa de pessoal.
186. Refere ao Senhor Presidente que nada têm contra a progressão na carreira dos funcionários da Câmara Municipal, está na lei, deve de ser cumprida e é assim que tem de ser. Agora o que não lhes parece bem é o número de aumento de número de funcionários contratados e, com isso, fala de estatística. Em 2017, 38% do orçamento da Câmara Municipal foi gasto com pessoal. Éramos o 35.º concelho, dos 308 do País, que mais gastava com pessoal. Em 2018, esse valor subiu para 42,7%, éramos o 21.º, concelho do País em 308 que mais gastava com pessoal. Em 2019 esse valor vai subir e em 2020 também. O Senhor Presidente já o sabe e o ranking é um ranking que não os alegra para o futuro. É um ranking de compromisso que é difícil de reverter. O Senhor Presidente sabe a herança que teve e sabe a herança que está a preparar entregar. Urge que se reflita sobre produtividade, urge que se reflita sobre renovação, urge que se reflita sobre melhoria das condições. Não é com o aumento do número de funcionários que se resolvem os problemas inclusivamente, existem outras medidas que podem ser tomadas e é por aí que deviam de estar a ir.
187. **O Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Inicia já a resposta e, em relação à que foi a intervenção do Membro José Leitão, o saldo de gerência e o saber do saldo de gerência, há dois meses quando fizemos o orçamento que tem de ir primeiro à Câmara e só vem à Assembleia em novembro, sendo feito em outubro, é impossível ter uma previsão séria de um saldo de gerência que depende nomeadamente de investimentos financiados por fundos comunitários, não sabendo quando os mesmos são pagos, porque em alguns eixos, são pagos em trinta dias e outros que são pagos a noventa, ou a cento e vinte. Portanto, não é possível, estão a falar de um volume financeiro alto, não sabendo se vão ou não receber esses fundos até ao final do ano e a influência do recebimento desses fundos no saldo de gerência, no saldo transitado é enorme. Receber cem ou duzentos mil euros da Rua da EPA em dezembro ou receber em janeiro faz toda a diferença num saldo de gerência e, é por isso que é impossível prever. Não tendo uma previsão fina, têm uma noção. Os serviços conseguem ter uma noção de quanto é que vai ser em função das evoluções das execuções. Obviamente, não é

possível ter uma perceção mais fina do que isso. Tem a noção de quando fazem a previsão do reforço dos projetos, porque isso sempre aconteceu, já com a CDU o acontecia. A verdade é que fazemos a revisão com uma perspetiva mais conservadora para não derrapar. Fazemos a perspetiva de um saldo transitado mais pequeno, o mais pequeno que podem perspetivar para não derrapar.

188. A última questão em relação à expressão “não é o orçamento da CDU”, ainda bem Membro José Leitão, porque os últimos orçamentos da CDU deram derrapagem que ainda hoje estão a pagar e que os Vendasnovenses vão pagar durante anos, porque em vez de 10.400.000€ ia para os 18.000.000€ ou 19.000.000€ de receita prevista com execuções de nove na receita e de onze na despesa. Portanto, ainda bem que esse não é um orçamento da CDU. Pode não dar para tudo, gostavam de ter muitos mais projetos, muito mais investimentos, muito mais verbas alocadas àquilo que é o mais importante. Não têm porque a receita que estimam é a presente, com a garantia que não derrapa, fazem o que é possível, aplicam a visão do Executivo, vão ao encontro daquilo que foram as opções dos Vendasnovenses há dois anos e, portanto, pode não haver concordância, pode não haver sobreposição de visões, pode não se ter a mesma visão política mas, que é rigoroso é e, não houve um ano em que esta Câmara nos últimos seis tenha derrapado financeiramente. Portanto, ainda bem que não é o orçamento da CDU.
189. Em relação às questões colocadas pelo Membro Ricardo Videira, a questão da Avenida 25 de abril e os acidentes, pede desculpa mas não “embarca” em populismos baratos. Acidentes acontecem em Vendas Novas todos os meses. Há acidentes em muitas ruas do Concelho. Agora o PSD vir aproveitar um acidente em que alguém não pára num STOP, culpar a Câmara por isso, pede desculpa, não o aceita. Não aceita que os contribuintes de Vendas Novas tenham de pagar medidas de circunstâncias imediatas quando vamos ter intervenção de fundo naquela Avenida. Não aceita duplicar financiamento para uma mesma Avenida que estão a projetar. Não faz sentido, se os recursos são poucos, estão a falar do orçamento da Câmara, das dificuldades de angariação da receita, não vamos gastar dinheiro agora. A Avenida 25 de Abril está sinalizada, tem redutores de velocidade, semáforos que funcionam. Se as pessoas infringem já não é competência da Câmara. É de alguém que tutela a fiscalização do trânsito, não é a Câmara. Nem aceitaram essa competência e, portanto, é populismo, porque na Nacional temos pontos bem mais perigosos dentro da cidade que são analisados sempre pelo Conselho Municipal de Segurança. Porque é que o PSD não fala da rotunda à saída de Vendas Novas para Bombel, onde todos os fins-de-semana têm acontecido acidentes com propensão para serem bem mais graves que os da Avenida 25 de Abril e onde a Câmara anda a insistir há anos com as Infraestruturas de Portugal para resolver a questão de sinalização daquela rotunda. Se não fazem, deviam deixar fazer, porque aquele é um ponto crítico, onde acontecem acidentes todos os fim-de-semanas praticamente, mas o PSD tem muito mais visibilidade se criticar a Câmara porque há acidentes na Avenida 25 de abril, sendo que nessas não tem a capacidade, nem tempo a despender, porque toda a gente sabe o mesmo. Vamos fazer projeto para a Avenida 25 de abril que dê primazia às questões da segurança, da velocidade, da melhoria do piso, das infraestruturas. Portanto, isso vai ser equacionado. Não faz sentido gastar dinheiro numa avenida agora, quando a vão intervencionar a seguir e nem sequer fala em lombas na Avenida 25 de abril, porque era não saber muito bem o que estavam a dizer e, portanto, lombas foi uma questão que foi suscitada junto da Câmara Municipal, por moradores. Depois quando não dormissem, a seguir vinham queixar-se a pedir para as tirar. Portanto, percebe que as pessoas tenham a preocupação, percebe isso tudo, agora aproveitar politicamente essas questões não o consegue entender.
190. Em relação ao fim do Orçamento Participativo, não disse que ele não ia haver em 2020. Disse que não sabe o estado da arte, do que no momento é a revisão de um Regulamento Municipal e pode pedir mais informação sobre isso e pode indagar juntos dos serviços. Se vai ou não haver, é vontade do Executivo que o Orçamento Participativo não morra, foi uma ferramenta e assumiu há pouco na Assembleia Municipal que era uma ferramenta que consideram de exceção na aproximação entre eleitos, autarcas e os Vendasnovenses, porque se viesse tudo na introdução não vinham fazer ali nada, nem os Senhores Membros, estando presente para prestar esclarecimentos. Se lhe perguntarem se é intenção do Executivo Municipal em 2020 fazer Orçamento Participativo, sim é intenção, não está nas GOP’S, não. Não é um projeto de atividade, nem de investimento, não tem despesa direta para o ano 2020, porque os projetos que vierem a ser votados para 2020 têm impacto no orçamento de 2021 e, portanto, essa parte é mais ou menos simples.

191. Em relação aos veículos elétricos, em relação ao Centro Tradicional, em relação aos investimentos da natalidade é “tudo bom e bonito”. Questiona sobre o que é que não fazíamos, que investimentos não fazíamos, não requalificavam a Rua da Artilharia, não requalificavam a Craveiro Lopes, não faziam o Jardim dos Combatentes, não faziam reabilitação urbana, porque a reabilitação urbana é uma “treta”, segundo a visão do PSD, que estamos desfocados e queremos fazer “obrazinhas”, como já ouviu e o Executivo não tem essa visão. Açam que a regeneração urbana é um móbil, onde o investimento público atrai investimento privado, em que se criam corredores verdes e qualidade de vida, em que se criam condições de mobilidade sustentável. Sim, isso é estratégia, sendo essa a visão do Executivo Municipal, com benefícios inclusive, para os privados fazerem a reabilitação porque os criaram. Sim, o Centro Tradicional tem uma visão mais ampla do que uma “obrazinha”, que podem fazer e financiar com fundos comunitários. Não vivem dependentes dos fundos comunitários, mas vão aproveitá-los ao máximo, porque são uma Câmara com poucas receitas e não o fazer é, na ótica do Executivo, desperdiçar e portanto sim, se até 2021 tiverem fundos comunitários para os aproveitar e se tiverem de alocar parte do investimento na comparticipação desses projetos, vão fazê-lo, porque cada milhão que vem de fora não é um milhão dos contribuintes de Vendas Novas. Mas questiona quais eram os projetos que o PSD abdicava para comprar viaturas elétricas, para fazer o plano de regeneração do centro, não apenas a obra. Isso era importante perceber.
192. Em relação ao Espaço Cidadão, admite que haja algum desconhecimento, sendo que o Espaço Cidadão vem no âmbito da parceria com a DGLAB, Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas e não é um projeto que tenha despesa direta para o Município, daí não ser um projeto de PAM. Terá gastos com pessoal, o nosso pessoal que lá vai estar já é o pessoal existente e o pessoal está alocado a uma rubrica orçamental que será a dos gastos com o pessoal. O Membro José Leitão perguntou há pouco, não lhe respondendo, mas é por isso.
193. Menciona que não desistiram, nem abandonaram a ideia da Loja. Estão a ver se conseguem financiamentos para fazer a Loja do Cidadão onde estão os serviços públicos concentrados. Agora nos serviços municipais, havendo um projeto com a DGLAB em que eles pagam tudo, para a instalação dos equipamentos todos que lá estão, que dão formação aos nossos colaboradores, acharam que era interessante aproveitar e a Biblioteca, pede desculpa, mas para o Executivo fica no centro da cidade. A Biblioteca e o Jardim Público ficam no centro da cidade, com ótimas condições de acesso e com ruas que estão a requalificar ali à volta e, portanto, não percebe qual é a questão em relação ao Espaço Cidadão.
194. Em relação aos gastos com o pessoal e as questões dos ranking e a questão da produtividade. A Câmara Municipal de Vendas Novas fez uma evolução de tendência, o que significa que estamos num patamar de estabilização do mapa de pessoal. Com o PSD e a Troika, tiveram obrigadoriedades de redução que cumpriram à letra. Por cada conjunto de saídas só havia x de entradas. Depois bloqueou totalmente e não houve entrada nenhuma, mesmo que ficassem sem serviços e depois voltou a ser possível contratar pessoas e começaram a renovar o mapa do pessoal estando, no momento, a fazer onde tiveram um acréscimo de pessoas sustentado também por a presente Assembleia que era uma visão comum a todos os partidos, que era a higiene e limpeza urbana e contrataram catorze pessoas. Isso tem de ser pago, as pessoas estão a trabalhar têm de receber, parece-lhe básico, ou o PSD em algum momento pensou que iam contratar catorze pessoas e não lhe pagavam, que isso não ia ter aumentos no mapa, as despesas com o pessoal. Se pensou, pede desculpa, mas era óbvio, estando no momento num patamar de consolidação. O mapa não tende a crescer muito mais do que isso, é o patamar de consolidação em que querem que ele esteja porque acham que está correto como está. O que vai ter serão substituições, saída de pessoas e entradas de pessoas, para as reformas que sejam confirmadas. Entrará um colaborador onde se justifique. Os rankings não o preocupam nada, nem pela positiva e houve muitos pela positiva e nem pela negativa, porque se isto é apresentado como um ranking negativo, não, é um ranking em função da receita que o Município tem, ou seja, se a Lei do Orçamento de Estado e a Lei das Finanças Locais previsse mais verbas para o Município, se a arrecadação de impostos fosse maior, se decidissem não beneficiar as famílias, tinham mais receitas. Logo esses 42% desse ranking passava para 38% 420.000€ de IMI, de que abdicam a favor das famílias, aumentaria o orçamento municipal em mais 420.000€. A Lei das Finanças Locais, em que até a Membro Maria João fez a leitura de um documento extenso, em que

falava nos milhões que deviam de receber a mais, porque a Lei não está a ser cumprida e não recebemos. Portanto não o preocupa, preocupa-se é em servir bem, que a Câmara Municipal sirva bem os seus municípios, que os colaboradores estejam apetrechados dos melhores meios para servir bem e, é só isso. Com formação, com meios e com conhecimento adequado ao serviço de uma missão que é muito nobre e que sim tem um peso no orçamento, tem, ainda mais numa Câmara com o orçamento como o de Vendas Novas e portanto, a tendência de crescimento do Mapa de Pessoal estagnou, chegaram ao patamar em que ele não vai crescer mais, sendo fácil de perceber, com as entradas que vamos promover, chegaram ao patamar em que considera o Executivo que é o necessário para prestar um serviço público de qualidade.

195. A área onde queriam ter mais gente, não por ser necessário mais pessoal, mas porque tem colaboradores com idades mais avançadas e quando não há vão saindo da Câmara Municipal infelizmente, estando a falar das áreas operacionais técnicas. Sem ter ninguém novo a aprender a profissão, a seguir não vão conseguir contratar. É um problema antecipado, mas não vão “pesar” mais o orçamento do Município porque também não sabem quando é que as pessoas se reformam, havendo um período de cinco anos em que a pessoa tem a opção de se reformar ou não e, portanto, não o podem fazer. Pensa que respondeu a tudo.
196. O **Membro Valentino Cunha** agradece a palavra. Refere que naturalmente o orçamento reflete a visão que o Partido Socialista tem para o Concelho que desde há seis anos, tem sido apoiado pela população de Vendas Novas e nos projetos que estão repercutidos no orçamento, nos eixos com os nomes mais ou menos semelhantes ao longo do tempo, acabam por transparecer aquilo que foram os Programas Eleitorais do PS, obviamente que se revêm neles.
197. Durante os seis anos, houve orçamentos que se focaram mais em investimentos sociais, quando implementaram os manuais escolares, comparticipação de medicamentos para idosos e outros que também assentaram mais em investimento de obra e de betão.
198. Refere que não deixa de estranhar e, a intervenção do Senhor Presidente acabou por esvaziar um ponto que queria focar, um argumento que já foi rebuscado o ano passado que não podem deixar de estranhar, ou melhor, até acabam por perceber que todos os anos vem essa discussão do peso dos gastos com o pessoal no orçamento, porque sabem que o PSD quer uma administração pública “magrinha”, quanto mais magrinha melhor e depois colocam as questões, “não há atas, não sei onde, não há manutenção do jardim, não sei do quê, a estrada está com os buracos não sei onde” e a questão é onde iriam arranjar as pessoas para fazer os serviços que a Câmara deve de fazer, ou melhor, quem é que iriam despedir para baixar os gastos com o pessoal. Se calhar, essa é que é a questão que todos devem perguntar e devem esperar que o PSD esclareça, para saber como é que se voltaria aos 38% de peso de gastos com o pessoal, que funcionários do Município é que iriam abdicar e despedir para reduzir o peso dos gastos com pessoal.
199. Se repararmos em 2019 tem exatamente o mesmo número de trabalhadores que tinham em 2016, um dos anos de referência, ou seja, nestes anos o que tiveram foi a reposição de direitos salariais aos trabalhadores da administração pública, nomeadamente, o que foram as suas progressões nas suas carreiras que estavam congeladas há vários anos.
200. Para o próximo ano, isso relativamente a 2018, tiveram um reforço do mapa de pessoal e também para 2020, para implementar uma estratégia, que no presente caso foi a estratégia de higiene e limpeza urbana que já tem mostrado os resultados positivos e que, para isso, foi declaradamente necessário contratar mais pessoal para implementar essa estratégia. Portanto, quando se fala de aumento de gastos com pessoal, estão naturalmente também, a assumir que estão a aumentar os serviços públicos e a qualidade dos serviços públicos que o Município presta, não sendo só uma despesa que está presente a pesar no orçamento e a amargar a Câmara Municipal. São mais e melhores serviços que diariamente prestam enquanto Município a todos os cidadãos de Vendas Novas. Preferem voltar aos 38% e abdicar de dez ou quinze pessoas, podemos voltar a ter sujidade nas ruas e podem voltar a ter os caixotes do lixo com os monos à volta. Podemos ter, se essa for a visão estratégica do PSD, ou se for outros funcionários públicos que o PSD queira despedir caso tivesse a governar a Câmara para baixar os gastos com o pessoal. Fica essa questão por responder.

201. Essa fica a segunda questão por responder, porque continuam sem responder à questão do que é que a Câmara não fez para o PART. A terceira questão que deixa tem a ver com a Moção da Natalidade. Não esperavam que em dois meses a Câmara Municipal fizesse uma revolução no seu orçamento, que certamente há dois meses já estava a ser preparado e que não fizesse uma revolução ao seu orçamento para adequar a uma Moção que foi apresentada em Assembleia Municipal. Não esperavam sinceramente que no espaço de dois meses, tudo mudasse porque foi apresentada uma Moção na Assembleia Municipal, quando a Moção que apresentou não vinculava a Câmara a fazer nenhum projeto em concreto, com recursos financeiros novos, nem vinculava a Câmara a abdicar de nada que já existe. O que pedem na Moção apresentada na Assembleia Municipal que decorreu na Landeira foi que a Câmara Municipal fizesse um estudo e uma análise para a situação e onde é que se poderia investir para promover a natalidade no nosso Concelho e que adequasse os seus programas municipais a esses objetivos. Ou seja, não podemos querer que no presente, dois meses depois, haja uma rubrica a dizer “Programa de Natalidade”, 10.000€, 5.000€, 500€, o que for, mas o quê, para quem, com que consequências ou é só despejar dinheiro. É que se for dar um cheque a todas as famílias isso é a coisa mais fácil. Deixa a questão se será a mais eficaz.
202. O **Membro Ricardo Videira** agradece a palavra. Refere que não contava responder ao Membro Valentino até porque a sua intervenção não é uma intervenção de fundo, mais um retorquir de argumentos, mas refere-lhe que ficou surpreendido quando lhe diz que não havia uma estratégia para a natalidade até há dois meses atrás, porque se o tema era tão importante e era tão estruturante, claro que o consideram que também o é e existem efetivamente algumas medidas, se escutou o que disse, existem medidas para a natalidade, mas são medidas pontuais e avulsas, não são medidas estruturantes, que é aquilo que têm a expectativa que uma Câmara Municipal e que um Executivo seja capaz de desenvolver, sendo que isso é um tema prioritário para o desenvolvimento de Vendas Novas.
203. Entrando na intervenção do Senhor Presidente, relativamente à Avenida 25 de abril, começando por retorquir a questão do populismo, se há tema que talvez não aceitem lições do Partido Socialista é precisamente esse, do populismo. Não aceita que o coloque dessa forma, aceita o debate político e aceita a definição de prioridades. A do Presidente da Câmara não é a sua, mas não entenda isso como populista, entenda como prioridades e como ação política e se, essa ação política, se a propuser comunicar, fá-lo-á sempre que necessário e reivindicarão sempre que necessário também.
204. Referindo-se ao Senhor Presidente, dizendo que a sua posição é política, a sua decisão é política e se algo mais grave acontecer, lembre-se das palavras proferidas presentemente relativamente às prioridades de intervenção na Avenida 25 de Abril. Deus queira que não aconteça.
205. No que toca ao Orçamento Participativo que é algo que entende que também deveria de ser estrutural e pensavam que era estrutural até 2017 para o Partido Socialista, o facto de não ter sido previsto para 2020 é sinónimo que também não o preparou em 2019. A verba também não estava prevista em 2019 e não o introduziu em 2020, estando a prepararmo-nos para fazer a mesma coisa. Eventualmente em 2021, vamos fazer o Orçamento Participativo talvez porque seja ano de eleições.
206. Dizer também que sobre a Bancada do PSD, o Presidente disse que a regeneração urbana era uma treta. Para quem fala de populismo, usou um conjunto de termos que não estão habituados a vê-lo. Não falaram de treta em relação à reabilitação urbana. Não ouviu nenhum Membro da Bancada do PSD, no presente Fórum a usar esse tipo de palavras. Agora, dizer-lhe que as prioridades da Bancada do PSD são diferentes, isso são e são mesmo, porque para a Bancada do PSD no centro da ação estão as pessoas. Vendas Novas primeiro.
207. A estratégia política pode ser debatida. Não vão tentar convencer-nos da vossa, nem os senhores vão tentar convencer-se da nossa. Agora o Senhor Presidente disse e bem que vinha para esclarecer, não veio para fazer perguntas relativamente àquilo que o PSD propõe ou àquilo que seria o orçamento do PSD. O Órgão Executivo, Câmara Municipal gerido pelo Partido Socialista e respeitam isso, tem divergências políticas, relativamente às prioridades, relativamente às ações e o nosso entendimento é que a política orçamental, as prioridades que definem é que não tornam Vendas Novas mais

- competitiva, nem atrativa. Não é isso que vai fazer a maior das diferenças, existem outras opções que seriam mais pertinentes. Os investimentos deveriam estar centrados em outras áreas e não naquelas que estão a ser definidas pela Câmara Municipal.
208. Explica que se fossem Câmara, apresentariam o orçamento. Quando forem Câmara, apresentarão o orçamento.
209. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra e diz que se continua na mesma bitola do populismo referindo que governam para as pessoas. Uma frase bonita que, de facto, todos usamos. Todos os dias, governamos para as pessoas e o céu às vezes está azul, outras nublado.
210. Para o Executivo, a reabilitação urbana e intervenção nas ruas é para as pessoas que o fazem, reabilitação de edifícios municipais devolutos como aquele onde estão, foi para as pessoas que o fizeram, reabilitar escolas é para as pessoas que o fazem, criação de programas como o “Mais Sucesso Escolar” que promovam a competitividade dos alunos, é para as pessoas que o fazem, terem uma equipa multidisciplinar que ajuda os alunos com mais dificuldades, pensa que é para as pessoas que o fazem, não cobrar taxas de IMI na taxa máxima e deixar 424.000€, parece-lhe que é governar para as pessoas. Portanto, se o PSD quer governar para as pessoas, o PS governa para quem? É que tudo o que esteve a dizer é o Orçamento do Executivo, que é governar para as pessoas. Há chavões muito bonitos que se aplicam a qualquer um dos presentes e, governar para as pessoas, é o que o PS tem vindo a fazer há seis anos. Mas se o PSD quer ter uma postura séria como pensa que deve de ser o apanágio de um partido que já teve responsabilidades governativas até há bastante pouco tempo, tem de lhes dizer, na Assembleia se tem outras prioridades, se diz que as prioridades do PSD seriam esta, aquela e a outra, com o dinheiro que tem, o que é que não faziam das prioridades do PS. O que é que no presente orçamento não faziam, não comprava a frota, não fazia a eficiência energética da iluminação pública do Concelho, não requalificava escolas que sempre defendeu, não requalificava ruas, não fazia pavimentações, o que é que não fazia? É que o dinheiro não dá para mais. Isso é garantido, os salários serão pagos, a iluminação pública é paga, a água, o saneamento e os resíduos serão pagos, os projetos de investimento que está a descrever serão pagos e os das atividades também. O que é que o PSD não fazia para fazer isso, pergunta simples de um partido que quer ser sério e que quer ser governo outra vez. É a única coisa que pode fazer na Assembleia é informar. Por exemplo, para o PSD não é prioritária a reabilitação urbana da Avenida Marechal Craveiro Lopes. Diga assim e, com esses 750.000€ da Craveiro Lopes, sendo que da Câmara Municipal é só 15%, porque é financiado com fundos comunitários, com essa pequena fatia faziam antes outra coisa. Isso é que é sério. Agora dizer a nossa política não é essa, nós queremos governar para as pessoas, parece que os outros não governam e isso não é sério. Sim, isso é populista e são opiniões, cada um com a sua.
211. **Foi aprovado, por unanimidade, o prolongamento do período da ordem do dia em 60 minutos.**
212. O **Membro Valentino Cunha** agradece a palavra. Refere que se fechasse os olhos, por momentos, parecia que estava numa espécie de comício mal disfarçado, mas para comício mal disfarçado já houve um ontem, em frente ao Parlamento e pensa que já chega para a semana.
213. Explica que não disse que não havia nenhuma estratégia da natalidade antes da apresentação da Moção, nem diz que a Moção vai trazer a revolução nas estratégias de natalidade no país, nem nos vários concelhos. Certamente, espera que seja o Município de Vendas Novas ou acha, que seja, o Município de Vendas Novas a descobrir a pólvora, melhor que nos possam julgar, mas têm de ter um bocadinho de atenção que todos têm as suas limitações e não descobrem a pólvora assim.
214. Percebe que dê jeito para a oposição apontar o dedo, mas depois não gostar que o reverso aconteça, ou seja, é muito bom dizer que “este não é o nosso orçamento, achamos que deveria ser diferente e depois”... mas o que é que deveria de ser diferente “mas este não é o nosso orçamento”, questiona, ou seja, o debate que tem presente deve de ser nos dois sentidos e isso é um debate, ou seja, bastaria ver presente um monólogo do Senhor Presidente. Depois estariam ali a mandar vir com ele, ele ia se embora sem que nos escrutinasse sobre quais eram as opiniões das Bancadas, ainda por mais quando houve orçamentos que tiveram marca PSD, no Concelho e não há muito tempo. Portanto, esperam que o próximo e hipoteticamente se houver um próximo orçamento PSD, a Bancada do PS pode estar

ou não para ver afinal quem é que iam despedir e onde é que iam cortar os gastos com pessoal, porque é outra questão que continuam sem ter resposta. Como o debate, pelos vistos, é só contra a Câmara e contra o PS, não pode ir noutra direção, talvez continuem sem resposta.

215. O **Membro Ricardo Videira** agradece a palavra. Deseja longa vida ao Membro Valentino Cunha, mas pensa que não vai esperar muito para ver esse Governo do PSD.
216. Refere que o que está a ser debatido e pede à Senhora Presidente da Assembleia que o corrija se estiver enganado, é a proposta de Documentos Provisoriais para 2020, Orçamento e Grandes Opções do Plano. É uma proposta o que estão a debater, uma Proposta do Partido Socialista, não é a Proposta do PSD, nem a Proposta da CDU e até vai mais longe, desconfiando que se apresentasse mais concretamente, o Senhor Presidente dizia que já tinha previsto dizer dos carregadores elétricos. Portanto, seria obviamente difícil de contra-argumentar. A estratégia política que está a ser avaliada é a estratégia política do Partido Socialista. A Bancada do PSD apresentou um conjunto de argumentos, nos quais não se revêem nessa mesma estratégia, não precisando de dizer ao Partido Socialista qual é a estratégia da Bancada do PSD. Essa será apresentada em 2021 e esperam ser merecedores de número de votos suficientes para ser executivo em 2021. Não o são, infelizmente e, no seu entender infelizmente para quem votou em Vendas Novas nos outros partidos.
217. Dizer, como já devem ter depreendido, o sentido de voto do PSD é contra o Orçamento e as Grandes Opções do Plano e obviamente, contra o Plano Plurianual de Investimento pelas linhas estratégicas que estão a ser seguidas e, pelo fato de não anteverem que as mesmas se traduzam em melhorias significativas na atratividade e na fixação de gente em Vendas Novas.
218. O **Membro Valentino Cunha** agradece a palavra, referindo que é só para agradecer ao Membro Ricardo Videira para os desejos de longa vida, mas pelos vistos terá só de esperar mais dois anos para ver afinal que serviços e funcionários é que o PSD vai cortar no Município de Vendas Novas.
219. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o 4.º ponto à votação, tendo sido **deliberado, por maioria**, com 15 votos a favor (PS) e 8 votos contra (6 da CDU e 2 do PSD), **aprovar a proposta de Orçamento para 2020 e a proposta das Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividade Municipal)**.

#### **5.º Ponto - PROPOSTA DE MAPA DE PESSOAL PARA 2020**

220. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 5.º ponto da ordem de trabalhos, solicitando ao Presidente da Câmara Municipal que faça a respetiva introdução.
221. O **Presidente da Câmara Municipal** refere que em relação ao Mapa da Pessoal, aprovadas as contas, no fundo reflete o que está previsto nas despesas para o pessoal para o ano de 2020 e, no fundo, a previsão que têm de ter preenchido os 223 postos de trabalho no Município de Vendas Novas, no ano de 2020. Há um conjunto de lugares a preencher que estão devidamente apresentados no documento, alguns deles realmente a preencher, outros que são lugares ocupados com pessoas que estão em comissão de serviço, quer no Município ou fora dele e que, por esse motivo têm de ter lugar reservado, obviamente, para esse efeito. Não tem mais informações a prestar à Assembleia sobre isso, mas está disponível para qualquer esclarecimento.
222. O **Membro José Leitão** refere que em relação ao Mapa de Pessoal, contrariamente à posição que foi assumida pelo PSD, a CDU considera que faltam funcionários, ou seja, face às necessidades do Município, face às atividades que o Município tem vindo a assumir, como vai ser, por exemplo, agora o Espaço Cidadão na Biblioteca que vai afetar funcionários da Câmara naquele serviço, sendo evidente, que se está a colocar num lado, falta num outro e como tal consideram que há falta de funcionários.
223. Na página dois do Mapa de Pessoal diz que em termos globais, o Mapa de Pessoal para 2019, não é 2019 é 2020, está gatado, apresenta os seguintes valores 250 postos de trabalhos previstos e a Bancada da CDU diz que eram 256 em 2019, que estavam previstos. Por isso, há uma redução de seis

funcionários. Na página cinco, no quadro que tem o número de lugares preenchidos, tem-se desde 2011 a 2020. Em 2019, aparecem 214 trabalhadores e para 2020 apresentam-se 223 trabalhadores, mas falta um, que em junho de 2019, a Assembleia fez uma alteração ao Mapa de Pessoal para um número de lugares preenchidos de 225 trabalhadores, que era o que havia, sendo que se está a reduzir em dois trabalhadores, estão a reduzir para 223. Consequentemente, a Bancada da CDU não se revê no presente Mapa de Pessoal para as necessidades do Município, independentemente de achar o que acharam sobre o orçamento e consideraram que existe necessidade e irão ver depois mais à frente no Protocolo de Descentralização de Competências, agora chama-se Contrato Interadministrativo, essa questão a ser colocada. Por isso, a posição da Bancada da CDU em relação ao Mapa de Pessoal para o presente ano é votar contra, não por excesso de funcionários, mas sim, por defeito de funcionários.

224. O **Membro João Perdigão**, pegando nas últimas palavras do Membro José Leitão e, tendo em conta que o assunto já foi abordado no ponto anterior, de facto, o que está presente é uma divergência relativamente àquilo que a Bancada do PSD tem, com a forma como, quer o PS, quer a CDU vêem a situação da gestão do Mapa de Pessoal e das pessoas.
225. Naturalmente que os preocupa essa inflexão no Mapa na página cinco. Desde 2018 que estão a ver uma inflexão numa tendência decrescente com o número de pessoas e isso naturalmente, faz-lhes lembrar o regresso ao passado, nomeadamente quando os companheiros de Bancada do lado geriam o Município. É natural que se tente acautelar em termos de futuro o peso dos vínculos que estão a ser criados e aí, pensa que no ponto anterior, o ponto quatro, o Senhor Presidente já disse que é desta que as necessidades da Autarquia ficam satisfeitas. Por outro lado, quando analisaram o Mapa, preocupou-os a questão em termos de acompanhamento a ser feito e da prática de gestão que assegurem com a entrada desses futuros trabalhadores para o Município, ou serviços melhores que assegurem outro tipo de produtividade junto dos Municípios.
226. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Em relação à intervenção do Membro José Leitão: “falta pessoal” das duas uma ou contratamos mais pessoas e pagamos mais salários ou requalificamos edifícios municipais que, há pouco, na intervenção sobre o Orçamento disse que não requalificavam. O dinheiro é o mesmo. Reconhece que há áreas em que precisam de mais colaboradores, sem dúvida, mas têm de o fazer com alguma ponderação e também ouvindo os responsáveis de serviço. Em relação àquilo que é a gestão que fazem com o seu pessoal. Não é o Executivo que diz “vamos contratar pessoas” para o serviço A, B, ou C sem ouvir os responsáveis de serviço, ainda que muitos deles achem que precisavam de mais pessoas para fazer melhor o serviço. Em relação às duas pessoas que fundamentam o voto contra da CDU, se é esse o problema espera que alterem o sentido de voto, porque o conseguem explicar. Existem duas mobilidades que não consolidaram ainda e que são esses dois lugares, havendo dois técnicos da Câmara que estão fora sem consolidação ainda. Portanto, seis são lugares cativos, são comissões de serviço que estão, noutras sítios, e que precisam de ter o lugar, caso voltem à Câmara. Agora têm duas mobilidades que ainda não estão consolidadas. Quando forem, deixam de ter o lugar, que ficará a preencher e portanto dois lugares.
227. Em relação à intervenção do Membro João Perdigão não há propriamente uma dúvida, não há propriamente uma questão que possa responder. Há um conjunto de observações que são de opção, não havendo nada que possa esclarecer.
228. O **Membro José Leitão** faz só uma pequena correção. Quando falou nas duas pessoas, as duas pessoas podem ser em mobilidade. Mas a questão é que em 2019 eram previstos 256. Para 2020, estão previstos 250 trabalhadores no quadro de pessoal. Existe uma diferença de seis trabalhadores, sendo isso que está a falar, independentemente, das mobilidades, porque as mobilidades já existiam. O que consideram é que, no momento, o Município e o PSD há pouco falou na questão do Jardim Municipal, sendo que ao fim-de-semana não há um único funcionário naquele jardim para cortar as ervas com a roçadora. Há dias andava uma empresa a fazer aquele trabalho, trabalho que antigamente era feito por funcionários do Município. Andava uma empresa a fazer isso e, por isso, o que vão vendo é essa situação, ou seja, no fundo empresas a substituírem trabalhadores que deveriam estar e, tem dúvidas que saia mais barato contratar empresas do que a ter trabalhadores no Município. Tem

dúvidas sobre isso e, por isso mesmo, consideram que há falta de funcionários para fazer as tarefas que o Município merecia. Consequentemente, essa é a razão do voto da Bancada da CDU.

229. O **Presidente da Câmara Municipal** menciona que existe um conjunto de equívocos de análise, só pode. De facto, as mobilidades ocorrerem em 2019 e têm impacto no mapa de 2020, não vinham detrás. Em relação a empresas a cortar ervas, questiona qual é a empresa, qual é o serviço adquirido pela Câmara Municipal externo para fazer esse trabalho, porque o desconhece. Qual a empresa externa que tem a cortar ervas no momento nas ruas ou no Jardim Municipal ou onde quer que seja, desconhecendo tal facto. Só se alguém decidiu contratar e não disse nada ao Presidente da Câmara, esclarecendo que não tem empresa nenhuma externa a cortar ervas no Município, a não ser que lhes apeteça, porque não a contrataram. Tiveram pontualmente, contratado pela Junta de Freguesia de Vendas Novas, no âmbito do Contrato Interadministrativo no ano anterior, sendo uma questão pontual por falta de pessoal, mas foi só aquele período e acabou. Não têm ninguém a fazer isso. Atualmente não há ninguém a fazer isso e portanto, contrataram catorze pessoas que reforçaram precisamente esse serviço e que estão em funções, havendo um equívoco claro e não quer que votem equivocados. Votar contra, equivocados é que não. Votar contra conscientemente tudo muito bem, sendo o seu papel esclarecer que não há nenhuma empresa de serviços externos nessas áreas, ou seja, contrataram pessoas para fazer esse trabalho porque também consideram isso, são mais-valias que têm, tendo de gerir também a questão orçamental porque como é sabido houve aumentos significativos nas despesas com o pessoal, não só com as questões das progressões, aumento de salário mínimo, havendo questões que são pagas e, portanto, se o dinheiro é igual, não aumentam os encargos com o pessoal, tem de gerir isso e assumindo que há áreas que precisam de mais colaboradores, também há uma gestão financeira necessária para não colocar um peso estrutural demasiado grande na Câmara Municipal e colocar em causa a sua sustentabilidade financeira e, portanto, as mobilidades estão explicadas e a questão da empresa externa também não a há.
230. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o 5.º ponto à votação, tendo sido **deliberado, por maioria, com 15 votos a favor (PS) e 6 votos contra (CDU) e 2 abstenções (PSD), aprovar o Mapa de Pessoal para 2020.**
- 6.º Ponto – RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO SEMESTRAL, REFERENTE AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, ENTRE O MUNICÍPIO DE VENDAS NOVAS E A JUNTA DE FREGUESIA DE LANDEIRA PARA O ANO 2019**
231. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 6.º ponto da ordem de trabalhos, informando que é só para tomada de conhecimento. Solicita ao Presidente da Câmara Municipal que faça a respetiva introdução.
232. O **Presidente da Câmara Municipal** refere que abordará o sexto e sétimo ponto juntos, que são os Relatórios do primeiro semestre enviados pelas Juntas de Freguesia para a Câmara Municipal deliberar e para a Assembleia ter conhecimento e ambos retratam o cumprimento daquilo que estava designado no final do primeiro semestre depois do período da contratação das pessoas que estavam em falta e também da parte financeira e, portanto, atendendo ao que está num Relatório e noutra, a perspetiva no final do ano é de cumprimento integral por parte do Município para com as Freguesias e de terem a situação regularizada e estabilizada com as Juntas de Freguesia como vão ver a seguir nos contratos para o próximo ano.
233. **A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**
- 7.º Ponto – RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO SEMESTRAL, REFERENTE AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, ENTRE O MUNICÍPIO DE VENDAS NOVAS E A JUNTA DE FREGUESIA DE VENDAS NOVAS PARA O ANO 2019**
234. A **Presidente da Assembleia Municipal** questiona se algum dos Membros quer intervir. Não havendo intervenções, este ponto é só para conhecimento.



235. A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

**8.º Ponto – CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE VENDAS NOVAS**

236. A Presidente da Assembleia Municipal coloca à discussão o 8.º ponto da ordem de trabalhos, dando a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.
237. O Presidente da Câmara Municipal agradece a palavra. Depois de um Contrato Interadministrativo com um programa novo. “Vendas Novas Mais Limpa,” com reforço de meios para uma intervenção mais musculada para resolução de um problema que estava visível aos olhos de todos, é agora altura de entrar na fase de manutenção do Programa “Vendas Novas Mais Limpa,” tal como o próprio programa previa e, portanto, o Contrato Interadministrativo de Delegações de Competências com a Junta de Freguesia de Vendas Novas que tem a parte mais urbana da cidade de Vendas Novas mas, também, as localidades da Afeiteira, da Marconi, dos Foros dos Infantes, Bombel, Piçarras e Campos da Rainha, foi reforçada em verba por causa da aquisição dos serviços das mondas químicas que era o Município a fazer. Não fazendo sentido nenhum, uma vez que era a competência que é uma aquisição diretamente ligada à execução da manutenção dos passeios e da higiene e limpeza urbana na Freguesia de Vendas Novas. Foi reforçado o valor do Contrato Interadministrativo com aquilo que é a previsão do encargo que o Município também tinha com essa aquisição desse serviço especializado que passará a ser adquirido pelas Juntas de Freguesia, quer a de Vendas Novas, quer a da Landeira na proporção dos custos das duas e que será muito melhor gerida, obviamente, quando é feita essa aquisição na ligação com os serviços operacionais que estão no terreno depois a efetuar esse trabalho.
238. O Membro José Leitão, sobre o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com a Junta de Freguesia de Vendas Novas, refere que na cláusula n.º 7, no ponto 1, sem prejuízo no número três infra, a operacionalização dessa competência fica a segunda outorgante a fazer cumprir os procedimentos plasmados no documento denominado estratégia “Vendas Novas Mais Limpa” com os ajustes que vierem a ser acordados entre os outorgantes.
239. O plano que aprovaram e tiveram conhecimento na Assembleia apresentava dezassete zonas com treze trabalhadores a tempo inteiro e quatro a meio tempo, que dá dois trabalhadores, ou seja, na soma dá quinze trabalhadores.
240. O Protocolo aponta para a transferência de nove trabalhadores a tempo inteiro, dois trabalhadores que serão exteriores. Não é a Câmara que os transferirá, são dois trabalhadores que a Junta há-de de contratar e que a Câmara há-de de suportar e dois a meio tempo, ou seja, isso na totalidade dá doze trabalhadores. Ora estavam a falar no plano em quinze trabalhadores consequentemente, havendo qualquer coisa que não bate certo, ou seja, para cumprir o dito plano, a Câmara deveria de transferir para a Junta de Freguesia esses quinze trabalhadores, o que não está a acontecer.
241. Segunda questão e já é velha, que é a tal história de um estudo que o Senhor Presidente diz que fez em 2014 e que nunca chegou a apresentar à Assembleia que fundamenta os custos contratos, consequente transferência das verbas, questionando se se lembra disso. Todas as vezes faz questão de fazer essa pergunta. Isso é de obrigatoriedade legal, segundo o artigo 115.º, da Lei 75/2013, o Senhor Presidente diz que o tem, disse-o na Assembleia, mas nunca o apresentou.
242. Terceira questão: aparece uma rubrica no contrato interadministrativo na página sete que refere 15.660€ para aquisição de serviços especializados. Isso não é uma verba tão baixa, tão pequena, porque essa verba é quase a diferença do valor entre o contrato interadministrativo do ano passado e o contrato interadministrativo do presente ano. A soma dá contas redondas. Esses 15.000€, não dizendo quais são os serviços especializados e não é assim tão pequena a verba, estando a falar, se calhar em 30% do valor do transferido. Também reparou que as verbas em termos salariais não levam em conta futuros aumentos salariais, ou seja, as presentes verbas são iguaizinhas às do ano corrente. Consequentemente, poderia ter sido bom fazer essa atualização.

243. Por fim, na página cinco diz-se o seguinte, no ponto dois: “até que o primeiro outorgante disponibilize à segunda outorgante a totalidade dos recursos humanos previstos na alínea b), do n.º 1, da cláusula 11, o que deverá acontecer até ao final do primeiro semestre/trimestre de 2019”, não se percebe isso “a operacionalização desta competência será assegurada com recursos previstos na alínea a), do n.º 1 da cláusula 11, não ficando o segundo outorgante obrigado ao cumprimento do disposto do número 1 e 2”, ou seja, o número 1 e 2, o 2 é esse, por isso não há supras, mas não é só isso, se o Senhor Presidente for à alínea 11, se for à cláusula do 11, não existe nenhuma alínea a) ou alínea b), ou seja, o presente contrato não está em condições de ser votado, é o que lhe quer dizer, que o que está presente não está em condições de ser votado pela Assembleia, porque não corresponde ao contrato efetivo que é para fazer valer o contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre a Câmara e a Junta de Freguesia de Vendas Novas.
244. **O Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Começa pela consideração mais fácil para a mais difícil. Esse ponto dois, obviamente, é uma reversão do contrato do que estava no ano passado em que ainda não tinham o pessoal ao serviço. É um lapso, é para sair o ponto 2 e não impede a sua aprovação.
245. Quanto à questão da atualização salarial, a perspetiva foi feita e também aqui o equívoco do Membro José Leitão. A Junta não vai contratar mais pessoas, já lá as tem ao serviço. Portanto, quando falam do pessoal da Câmara Municipal da Junta, a Junta já lá tem as pessoas ao serviço. Não vai ter de contratar porque já lá estão.
246. Quanto aos serviços especializados, ainda mais fácil e falou nisso na sua intervenção, mas deduz pelo avançado da hora que pode não ter percebido. Disse precisamente isso, que havia uma rubrica de aumento de verbas nas transferências para as Juntas por causa dos serviços especializados da aplicação das mondas químicas. Falou precisamente nisso na sua intervenção inicial, lamentando que não tenha servido para nada, mas se for preciso explica outra vez.
247. Não havendo intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à votação o 8.º ponto, tendo sido **deliberado**, por **maioria**, com 15 votos a favor (PS) e 8 abstenções (6 da CDU e 2 do PSD), **aprovar o Contrato de Delegação de Competências do Município de Vendas Novas para a Junta de Freguesia de Vendas Novas.**
248. O **Membro Ricardo Videira** apresenta, em nome da Bancada do PSD, a seguinte declaração de voto: No passado já votaram favoravelmente esse tipo de Contrato de Delegação de Competências e o facto de não o fazerem agora é que entendem que ainda não existem critérios de exigência e rigor plasmados que lhes permitam ter o conforto de que o contrato será suficiente para se cumprir a higiene e limpeza urbana desejada em Vendas Novas, sendo esse o motivo pelo qual se abstiveram.

#### **9.º Ponto – CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE LANDEIRA**

249. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 9.º ponto da ordem de trabalhos, solicitando ao Presidente da Câmara Municipal, que faça a respetiva introdução.
250. O **Presidente da Câmara Municipal** menciona que é a mesma situação para a Junta de Freguesia de Vendas Novas. Há um reforço das verbas previstas com aquisição de serviços especializados, nomeadamente, para a mesma coisa e há uma situação de transição na Landeira, nomeadamente, por causa das aposentações de colaboradores que os vai levar à abertura de concurso, expectavelmente ainda no corrente ano, mas que não estarão logo em janeiro ao serviço da Freguesia. Entretanto, é suposto a utilização de verba de aquisição de serviços para colmatar essa lacuna no período necessário ao decorrer dos concursos públicos para a colocação das pessoas, sendo que no presente momento, até existe uma situação mais otimista que estão a tentar confirmar juridicamente é que se a bolsa de recrutamento que têm ainda em vigor que serviu para a contratação dos mesmos serviços para Vendas Novas poderá servir para ir buscar pessoas que já ficaram numa listagem ordenada para a Freguesia da Landeira. Se vier a ocorrer, será mais rápido, a colocação dos colaboradores e em

janeiro conseguirão logo no início do ano, cumprir. Se isso não vier a acontecer está presente os meses necessários para o procedimento terminar.

251. O **Membro José Leitão**, afirma que independentemente do argumento e explicação do Senhor Presidente, a Bancada da CDU teve conhecimento há pouco tempo de uma situação que consideram que não é, de forma alguma, aceitável ou seja, estamos a apresentar um Contrato Interadministrativo com uma freguesia que pratica um contrato de avença com um trabalhador em que lhe paga um vencimento trezentos e vinte e poucos euros mensais, trabalhador esse que está a tempo inteiro na Junta e que recebe brutos 650€ a recibo verde. Esse trabalhador dos seus 650€ que recebe, paga o seguro dos acidentes de trabalho que são 20€, paga a Segurança Social que são 95€ e não tem direito a subsídio de alimentação. Em contas redondas, seriam noventa e poucos euros. Ou seja em termos de despesa tem 210.40€, sobre 650€, fica com 439,60€, esse valor vezes doze meses a dividir por catorze dá 376,801€ sem direito a férias. Dirige-se ao Senhor Presidente, dizendo que a Bancada da CDU pode já ter votado essa situação anteriormente por desconhecimento. Neste momento, vota contra o contrato e vota contra porque consideram que a Autarquia, o Município de Vendas Novas não deve de alimentar situações laborais desse tipo.
252. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Refere que prestou um esclarecimento quando apresentou o documento. Disse claramente que é uma substituição de alguém que se aposentou e que está prevista a abertura do concurso para o lugar, mas também é engraçado perceber isso da parte de quem vem. A CDU que não concorda com a precariedade, durante anos na Câmara Municipal de Vendas Novas alimentou essa mesma precariedade. Se não veja-se a aquisição de serviços de tarefa de professores para a Escola Municipal de Natação que pouco mais, com mais horas e mais especialidade as levavam para casa e a CDU já se esqueceu. Portanto, já se passou muito tempo, mas precisamente a mesma coisa e é rápido o perceber como aprovavam documentos e faziam procedimentos quando estavam no poder e agora criticam e, ainda por cima, uma pessoa que é temporária e assumidamente temporária e, portanto, é curioso que a memória seja curta nessas situações, é curioso aquilo que se vai fazendo quando se está no poder e espera, daqui a alguns anos, não se arrepender do que está a dizer. Espera, porque toma decisões de forma consciente, mas é engraçado perceber que a CDU praticava aquilo que agora critica e não é só nisso, mas em muita coisa. A CDU tinha pessoas na Câmara Municipal a contrato, terminava o período legal de contrato, passavam para a Junta de Freguesia só para não entrarem para o mapa de pessoal, voltavam à Câmara e andavam nisso uma vida, existindo um processo que decorre ainda com trinta trabalhadores, muitos deles fruto dessa precariedade alimentada e promovida pela própria CDU e que vem agora a essa Assembleia dar “lições de moral” numa situação temporária e em fase de resolução.
253. O **Membro Vítor Serrano** cumprimenta todos os presentes na Assembleia. Refere que acha que as contas estão bem feitas, mas acha que a CDU vai votar contra a decisão do trabalhador. Se o trabalhador assinou o contrato que lhe foi proposto pela Junta de Freguesia porque esta não consegue pagar mais, não vê o papel da instituição Junta de Freguesia ou qual o erro que está. A pessoa foi proposta, o seu vencimento é esse, o senhor é um empresário em nome individual que presta serviços para a Junta de Freguesia e a Junta de Freguesia paga-lhe 650€ por mês, que foi o contrato que o senhor assinou com a Junta de Freguesia. Se chegar à Junta de Freguesia e disse que consegue desempenhar lugar por 650€, só por 900€, a Junta de Freguesia vai dizer-lhe que não lhe pode pagar, tão simples quanto isso. Agora se lhe disserem que a pessoa já merecia estar a trabalhar pela Junta de Freguesia ou estar a trabalhar na Câmara, estar estável, está plenamente de acordo. A pessoa foi trabalhar, era uma pessoa que estava com dificuldades, tem dois filhos para criar, precisava de trabalhar e a Junta de Freguesia, no sentido de colmatar a falta de uma pessoa que saiu, foi-lhe proposto aquela avença, aquele trabalho e o senhor assinou o acordo.
254. O **Membro José Leitão** refere que não quer acreditar no argumento que ouviu agora da parte do Membro do Partido Socialista. Não acredita que isso seja verdade, mas “dá de barato”. O contrato é de 5 de janeiro de 2018. A pessoa está lá quase há dois anos, não é de agora. Passados dois anos, o problema ainda está por resolver e a pessoa está a trabalhar por trezentos e poucos euros mensais, a tempo inteiro na Junta de Freguesia da Landeira, essa é a realidade. Tem o contrato na sua posse e isso é uma vergonha.

255. Sobre a questão da natação não pode fazer confusão e o Senhor está a ser populista. Como dizia há pouco o Membro Ricardo Videira. Uma coisa é ter uma pessoa a cumprir 35 horas semanais de trabalho e outra coisa é ter professores que fazem horários com o número reduzido de horas que é uma coisa completamente diferente. Também tinham e a Câmara continua a ter o Professor Luís Perdigão que dá apoio no Serviço de Desporto a recibos verdes e, porquê, porque faz não sei quantas horas para o efeito, questionando qual o problema. Agora, no presente caso, tem um a tempo inteiro, alguém que está a ocupar um posto de trabalho efetivo a tempo inteiro e não uma situação ocasional que é para o que serve o recibo verde, uma coisa completamente distinta e que leva dois anos praticamente para ser resolvida. É evidente que a Câmara não tem a ver com a questão do contrato que está na Junta, sabe disso. Agora acha que a Câmara Municipal de Vendas Novas não deve, de forma alguma, promover esse tipo de situações, nomeadamente com a realização de um contrato interadministrativo com uma Junta de Freguesia que pratica esse tipo de atos. Isso é o que acha mal, mas isso é a opinião da Bancada da CDU.
256. Em relação à questão dos trinta e três trabalhadores, ficou a perceber agora que, segundo o Senhor Presidente, teria sido melhor despedir aqueles trabalhadores naquela altura e não ter aberto os concursos, questionando se era o que queria dizer.
257. O **Presidente da Câmara Municipal** menciona que está tudo muito populista aparentemente. Refere que não, não foi o que disse. O correto era fazer o que defendem. Então se a Câmara precisava de tanto de trabalhadores, porque não os contrataram convenientemente cumprindo a lei, trazendo à Assembleia Municipal uma deliberação que faltou em todo o processo, porque mantiveram algumas pessoas quinze e dezasseis anos a contratos, com a vida suspensa, para depois serem contratados ilegalmente e estarem novamente com a vida suspensa. Vêm-lhe falar em precariedade, misturando uma empresa prestadora de serviços com contratos, que é isso que está a misturar. O que a Junta de Freguesia tem é uma aquisição de um serviço externo com uma pessoa que não está vinculada a nenhum mapa de pessoal e presta serviços em outro lado se quiser e que não tem vínculo, hierarquias, ou dependências disciplinares. Pede imensa desculpa mas não tem dependências disciplinares, não pode, é trabalhador externo e portanto, “faz como eu digo, não faças como eu faço”, é o resumo desta história e o problema é que “atiraram pedras a telhados de vizinhos,” mas os vossos são de vidro e bem frágil. A proposta dos trinta e três funcionários, pode recordar de perto de vinte/trinta trabalhadores que andaram a saltar entre a Câmara e a Junta de Freguesia durante anos, para não entrarem para o mapa de pessoal, porque mantinham as pessoas com o grilhão de ir para a rua a qualquer momento e isso era a postura de um partido que defende, supostamente, os trabalhadores e vem falar e dar lições de moral sobre trabalhadores e direitos dos trabalhadores.
258. A Câmara Municipal de Vendas Novas, no presente momento, não tem ninguém a contratos de um ano, a saltar entre entidades. Quando precisa contrata. Não contrata mais porque não pode, gere o melhor possível, mas não aceita lições de moral da CDU, nesse aspeto, muito menos da CDU de Vendas Novas.
259. O **Membro Tiago Aldeias** saúda os presentes. Deixa uma pergunta para todos, questionando quem, na presente sala, não se envergonha que haja no Concelho de Vendas Novas, uma pessoa a trabalhar para um órgão autárquico, no caso, para a Junta de Freguesia da Landeira a receber trezentos e poucos euros por mês. Questionando se há alguém que não se envergonhe disso.
260. Menciona que se podem falar das políticas da CDU, disto ou daquilo, ou do que quiserem, questionando se há alguém na sala que não se envergonhe, que haja uma pessoa que trabalha na Junta de Freguesia da Landeira, trinta e cinco horas por semana e no fim do mês por essas trinta e cinco horas de trabalho semanais recebe 350€. Quem dos presentes não se envergonha disso e depois tem de dizer, que não acredita que a Junta de Freguesia não tenha a possibilidade de pagar mais por esse serviço, não acredita.
261. O **Membro Vítor Serrano** acha que vai desenrolar uma conversa que não vai dar em nada. Compreende o Membro José Leitão, a oposição, o que defende, que todos defendemos, onde é que está, as áreas todas, os aproveitamentos. Agora o senhor não ganha 329€, o contrato que está aí, está feito, ninguém tem de acreditar que o senhor ganha isto ou não ganha. É uma empresa externa que

tem um contrato, trabalha para a Junta de Freguesia e assinou o contrato por aquele valor. O senhor concordou pelo valor que assinou, o senhor pode prestar mais serviços sem ser na Junta de Freguesia. O senhor pode trabalhar 35 horas na Junta de Freguesia, pode trabalhar mais cinco ou seis horas, por dia em outra empresa, faturar a outra empresa e isso eles não o sabem. Da Junta de Freguesia, o senhor leva os 650€, esse é o valor que o senhor leva. Agora se o contrato é de 2018, o contrato até podia ser mais antigo. Se já se podia ter resolvido, já mas questiona o Membro José Leitão como o resolviam. A Junta de Freguesia não tem orçamento para pôr mais ninguém a trabalhar na Junta de Freguesia. Como o resolviam é a questão. Se calhar não limpávamos as fossas nos Nicolaus. Tinha de limpar a Câmara, não tendo mais nada a dizer.

262. O **Membro José Leitão**, referindo-se ao Membro Vítor Serrano, diz que poderia ter feito uma proposta à Câmara no Contrato Interadministrativo para que o valor que está previsto de 7.800€ para aquele trabalhador, não fosse 7.800€, mas fosse outro valor, parecendo-lhe minimamente aceitável e era minimamente humano.
263. O **Membro Tiago Aldeias** pede desculpa ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Landeira, mas acha que o Senhor Presidente da Landeira não está a contribuir nada para o debate, nem para a consciência das pessoas presentes, quando diz que a pessoa aceitou assinar o contrato por aquele valor. Se estivesse no lugar da pessoa, com as dificuldades com que a pessoa tem e que já foram citadas pelo Membro Vítor Serrano, se calhar até assinava o contrato por 300€, não era por 650€. Vamos ver o que se está a dizer. As pessoas não aceitam assinar os contratos, as pessoas estão dependentes daquilo porque precisam daquele dinheiro para sobreviver, que foi o caso dessa pessoa. A pessoa aceitou porque estava dependente daquele dinheiro para sobreviver, não estamos aqui presentes a brincar. Se a Junta de Freguesia só lhe oferecesse refeições à pessoa e aos filhos, a pessoa aceitava na mesma, porque não tinha outra alternativa e acha que isso nos envergonha.
264. O **Membro Vítor Serrano** para terminar, infere que, se por porventura, a Junta pagasse 950€, os mesmos senhores que estão aí, iam ter com os funcionários da Junta de Freguesia que estão lá e dizer assim: “você já viram, entra uma pessoa para cá há um ano, a Junta paga-lhe 950€. Você só têm 546€ de ordenado, já viram... este chegou aqui”, ou seja, o inverso. O senhor faz serviço para a Junta, faz serviço para outras empresas, faz faturação de jardinagem e trabalha em vários sítios.
265. Não havendo intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à votação o 9.º ponto, tendo sido **deliberado, por maioria, com 15 votos a favor (PS), 6 votos contra (CDU) e 2 abstenções (PSD), aprovar o Contrato de Delegação de Competências do Município de Vendas Novas para a Junta de Freguesia de Landeira.**
266. O **Membro Ricardo Videira** solicita que constasse em ata uma declaração de voto igual ao do ponto anterior.
267. No passado já votaram favoravelmente a esse tipo de Contrato de Delegação de Competências e o facto de não o fazerem agora é que entendem que ainda não existe critérios de exigência e rigor plasmado que lhes permitam ter o conforto de que o contrato será suficiente para se cumprir a higiene e limpeza urbana desejada em Vendas Novas, sendo esse o motivo pelo qual se abstiveram.

#### **10.º Ponto – TOMADA DE POSIÇÃO SOBRE A APLICAÇÃO DO PROGRAMA DE APOIO À REDUÇÃO TARIFÁRIA (PART) AO TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE PASSAGEIROS**

268. É colocado à discussão, pela **Presidente da Assembleia Municipal**, o 10.º ponto, tendo sido dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para ser feita a respetiva apresentação.
269. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Passará a palavra à Vice-Presidente Elsa Caeiro que tem acompanhado toda essa questão. Deixa uma informação adicional que, entretanto e depois do envio da documentação, já foi solicitado e pensa que ficou agendada a reunião com o Senhor Ministro das Infraestruturas e portanto, vão há tutela diretamente, uma vez que com a CP não tiveram grande sucesso e deixa também uma informação adicional, dado que no Ponto Antes da

Ordem do Dia não podem intervir, referindo que a Câmara Municipal não faz “castelos de ar”. Tem um documento enviado pela CP, um e-mail em que confirmava que era necessário elaborar um Protocolo e enviar à Câmara. Levaram inclusive à reunião de Câmara para conhecimento dos Senhores Vereadores da oposição e em que dizia também aquilo que tinha sido solicitado numa primeira reunião com o Senhor Ministro, que estavam a equacionar o aumento do número de horários e material circulante. Portanto, o Executivo não inventa, tem um documento que os tranquilizou que vem na sequência de duas reuniões, uma com o Senhor Ministro e uma com a nova administração da CP, é enviado esse e-mail da própria CP e portanto, não inventaram nada disso. O desfecho não foi como queriam e, tem de assumir uma posição pública sendo, nessa sequência, que surge uma posição que tomaram na Câmara e que a Vice-Presidente vai apresentar, mas que também tomaram na CIMAC e que mereceu a solidariedade de todos os Municípios com a consequente envio para a tutela, para a CP e o pedido de agendamento de reunião com caráter de urgência, porque não andam a “brincar aos comboios”.

270. A **Vice-Presidente, Elsa Caeiro** cumprimenta os presentes. Refere que ao contrário do que foi dito na presente Assembleia, a Câmara tem vindo a envidar esforços no sentido de aplicar o PART desde o início, também ao transporte ferroviário. Foram logo a favor da aplicação ao transporte rodoviário, no momento tem cerca de cinquenta utilizadores normais, mais os estudantes que são cerca de vinte e cinco. A aplicabilidade ao transporte ferroviário não era tão simples, ainda assim, encetaram logo as conversações com as entidades e pediram sempre à CIMAC que fizesse pressão junto da CP para que o PART fosse aplicado o mais rapidamente possível. A 27 de agosto reuniram com a CP, juntamente com a CIMAC e a Câmara de Évora e foi-lhes dito pela CP que iriam elaborar um Protocolo para que pudesse ser aplicado o PART ao transporte ferroviário. Nas primeiras conversas disseram que não era possível aplicar a Vendas Novas, porque só temos serviços intercidades. Não era possível, porque teria de haver marcação de lugares e o passe não o permitiria, ao que responderam que já têm atualmente vários utilizadores de passe, cerca de sessenta e que esses utilizadores também não têm lugar marcado atualmente e, por isso, não se percebia porque é que não se aplicava o PART aos utilizadores do comboio em Vendas Novas e Évora. Depois de várias conversas, realmente, a CP reconheceu que Vendas Novas e Évora eram uma situação especial e que, por isso, iriam desenvolver um protocolo para que pudessem aplicar o PART o mais rapidamente possível e, inclusivamente, como o Senhor Presidente disse, enviaram um e-mail para a Câmara a confirmar que estavam a desenvolver esse protocolo e que o PART seria aplicado muito em breve. No entanto, passadas algumas semanas, com grande espanto do Executivo, receberam um e-mail a dizer que afinal não era possível aplicar o PART e que voltavam à estaca zero e, nessa sequência, tomaram essa posição, porque acharam que não podem aceitar só porque não têm outro tipo de serviço. Não temos serviços regionais, só temos serviços Intercidades. Não podem aceitar que populações fiquem prejudicadas por causa disso e, por isso, acham que devem de fazer pressão sobre a tutela para que realmente o PART seja aplicado em Vendas Novas e em Évora e a todos os utilizadores do intercidades.
271. Fizeram pressão também e, voltaram a frisar que é importante aumentar o número de comboios, porque estamos às portas de Lisboa e temos pouquíssimos comboios. Na reunião de agosto tinham garantido que iriam aumentar também o material circulante, coisa que também não aconteceu. Por isso, o Executivo tomou essa posição de exigir e reunir com a tutela, no sentido de tornar aplicável o PART ao serviço ferroviário.
272. O **Membro Ricardo Videira** agradece a palavra e agradece o esclarecimento do Senhor Presidente da Câmara e da Senhora Vice-Presidente e manifesta que são totalmente solidários com essa “chuva no molhado” que lhes trouxeram agora que é realmente importante, ao contrário do que a Bancada do Partido Socialista lhes deu a entender na sua intervenção em relação à Moção da Bandada do PSD.
273. Refere que é importante essa informação vir à Assembleia Municipal, até porque, de alguma forma, há um inverter de posições que decorre de uma falta de assumir um compromisso por parte de uma empresa pública, da CP. A tomada da posição pública faz todo o sentido.
274. Refere-se à Senhora Vice-Presidente e ao Senhor Presidente que a Bancada do PSD não considera que “constroem castelos com ar”, mas também não querem ficar a “ver passar comboios”. Aquilo que querem é garantir que efetivamente o PART é aplicado e, se de alguma forma, interpretou nas suas

palavras iniciais que o PSD entende que a Câmara Municipal não faz nada, não é isso. O que dizem é que demorou muito tempo para reagir e fizeram esse histórico, essa retrospectiva histórica para a Assembleia Municipal de setembro. A Câmara Municipal na interpretação da Bancada do PSD reagiu muito tarde. Essas exposições deveriam ter sido apresentadas muito mais cedo, porque o facto é que já se está em novembro e as pessoas continuam a pagar 200€ para se deslocar para chegar até Lisboa e depois lá ainda têm de ter outro passe para se deslocar de metro.

275. Menciona que, obviamente se encontram solidários com a Câmara Municipal. Revêm-se nessa tomada de posição e talvez fossem mais duros com o Governo, porque quem nomeou a administração da CP foi o Governo. Portanto, condena-se a postura da CP, sendo também importante alertar o Governo, porque foi o Governo que nomeou os senhores com que se vão reunir.
276. Dizer que são solidários, que entenderam agora sim o porquê de ter dado uma informação e que agora é diferente. O que foi dito na Assembleia Municipal da Landeira é que existiria um acordo e que se estaria a aguardar o envio desse protocolo. Entretanto, a CP mudou de posição. Solicitava era que lhe enviassem a resposta da CP para que fiquem documentados, quer o ofício inicial ou o e-mail inicial ou o segundo em que mudam de posição, por serem de facto solidários com a posição do Executivo.
277. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Esclarece que foi à reunião de Câmara não só o ponto de situação da reunião com a administração da CP que aconteceu em agosto, a nova administração dos cinco administradores foi nomeada em julho e em agosto reuniu com o Município de Vendas Novas e com o Município de Évora, que também é e acumulava na altura a Presidência da CIMAC. Em setembro, se não se equivoca na data, foi enviado um e-mail da Câmara Municipal a perguntar como estava a situação porque não tinham tido nenhuma resposta e a resposta a esse pedido do Executivo veio, o tal e-mail que deram conhecimento da Câmara a dizer que, de facto, era necessário elaborar o protocolo para depois aplicar a redução do tarifário.
278. A mudança de posição é fundamentada pela CP, como pensa que é clara, é a abertura de uma “caixa de pandora” com outras regiões. Tem muita pena, mas ao Executivo compete defender os seus e, portanto, ficar a ver “passar os comboios”, não ficam, sendo verdade com outros Governos de outras cores, que não a atual, se reduziram horários, nomeadamente, a abolição dos serviços regionais, que foi a maior perda que tiveram e aí a cor do Governo não era bem a mesma e essa sim era de lamentar e na altura não se lembra de ninguém do PSD criticar quando foi feita essa abolição de serviços que penalizou, mas sim os Vendasnovenses. No entanto, isso é passado. O que o Executivo quer é resolver e ver implementado o compromisso do Governo de aumentar o número de composições, de horários e de aplicar o PART a essa linha. Parece-lhes o caminho a seguir. Havendo um compromisso, que se cumpra. A CP, presume que argumentará que só depois da criação de novos serviços regionais é que o poderá fazer, porque foi o que fez em outras regiões do país, sendo que o Executivo não ficará por aí, não o aceitarão.
279. **A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

#### 11.º Ponto – INFORMAÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL

280. É colocado à discussão, pela **Presidente da Assembleia Municipal**, o 11.º ponto, tendo sido dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para ser feita a respetiva apresentação.
281. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Em relação ao período que versa a atividade municipal, salienta o arranque da obra da Rua da EPA e também o arranque da obra do Jardim dos Combatentes. Consubstancia que se refere à requalificação do Largo Dr. João Luís Ricardo. Está também assinada a consignação já para o estacionamento no centro tradicional que são as obras que tem neste momento em curso, bem como o fecho do processo do concurso público para as pavimentações.
282. Ao nível da atividade está tudo escrito ao nível da informação que foi prestada que já é apresentada de uma forma mais concreta, legível e adaptada à nova estrutura orgânica do Município, não tendo muito mais informação a dar, além da que está presente. Tem de eventualmente dar apenas mais uma

- informação, que tem a ver com o transporte a pedido, que pede também à Senhora Vice-Presidente que o apresente, por ser uma pasta que está com ela e que sabe que também é do interesse da Assembleia.
283. A **Vice-Presidente, Elsa Caeiro** refere que em relação ao transporte a pedido, já haviam falado numa Assembleia anterior, dizer apenas que estão a estudar e já andam a desenvolver esse estudo há algum tempo, a possibilidade de aplicar o transporte a pedido à Freguesia da Landeira, se bem, com as particularidades, não será um transporte a pedido semelhante ao que está a ser desenvolvido noutros Municípios com os táxis. Serão utilizados os transportes próprios do Município que já fazem o transporte das crianças para o desporto em Vendas Novas e que contam, muito em breve, poder vir a implementar esse sistema. Ainda estão a desenvolver os horários e a forma de marcação, porque será com uma marcação e não tem mais informações para já.
284. A **Presidente da Assembleia Municipal** refere que antes da nova intervenção tem de votar um prolongamento de 30 minutos.
285. Foram aprovados, por unanimidade, os prolongamentos dos períodos da ordem do dia em 30 minutos.
286. O **Membro José Leitão** refere que, sobre a Informação à Assembleia Municipal, em relação às contas que fizeram na outra vez sobre as Grandes Opções do Plano e as Taxas de Execução que apareciam, já soube que o próprio software tem um “bug” e então as últimas três colunas que aparecem não podem aferir nada que aquilo não funciona. Dar essa nota, sendo que depois perguntou e foi o que lhe disseram.
287. Continuam a achar que a informação em alguns setores é extremamente genérica, sendo uma prática que está instituída e que a Bancada da CDU não se cansa de lembrar que ela deveria de ser mais precisa.
288. Referir que gostariam de saber qual é a situação em relação à ETAR, se já foram apuradas responsabilidades se não foram, o que é que está a ser feito, o que vai ser feito, porque não têm qualquer tipo de informação.
289. Em relação ao Largo Dr. João Luís Ricardo passado um mês, pouco se vê de movimento naquela zona e acha, pelo que sabe, o contrato para a execução da obra era de 120 dias, ou seja, quatro meses. Começa a temer que possa vir a descambar, esperando que não, tendo em atenção as intempéries, sabem disso, esperando que isso não aconteça.
290. Em relação ao piso sintético, sabe que foi feita a entrega da obra, que a Câmara considerou que a obra não está acabada e gostariam de saber, no presente momento, qual o ponto da situação em relação ao campo de piso sintético.
291. Sobre a informação jurídica, que já parece quase a continuação dos episódios anteriores, tem um processo novo em que a Câmara aparece como ré, referente a um pedido de indemnização à Câmara por um acidente qualquer por danos não patrimoniais, não sabendo o que se passou, sendo o 1.8, é um processo novo que está na informação jurídica, solicitando a possibilidade de serem informados sobre o que aconteceu.
292. Depois, aparece, sendo a continuação dos episódios anteriores o 1.18 da entidade reguladora dos serviços de água e resíduos, que à duas Assembleias Municipais, o Senhor Presidente informou que isso era um processo que estava resolvido e que ia sair, continuando presente, com uma agravante, havendo um novo da mesma entidade em que diz o seguinte “na sequência de uma ação de fiscalização, verificou-se que a entidade gestora Câmara Municipal não implementou um programa de monitorização operacional nos termos previstos, (...), e incorreu na prática de uma infração prevista e punida na alínea b) (...), no valor de coima de tanto a tanto”, havendo depois na mesma uma segunda prática de irregularidade, ou seja, parece que em vez de se resolver, agravou-se a

questão, porque o processo se encontra presente, estando o novo processo e o outro mantem-se, solicitando também esclarecimento em relação a essa situação.

293. O **Membro Ricardo Videira** agradece a palavra. Começa por reforçar uma das questões colocadas pela Bancada da CDU, um tema que muito os preocupa, que tem a ver com a ETAR de Vendas Novas, reforçando e sistematizado as perguntas, questiona qual o diagnóstico, falando sobre isso há dois meses atrás, relativamente à ETAR e, quais as medidas que estão em implementação no presente.
294. Referindo-se ao Senhor Presidente, que de alguma forma deu a entender que há dois meses existiria um direccionamento em termos de responsabilidades, questionando-o se já existe responsabilidades apuradas em relação ao que aconteceu e o que está a ser feito para que não se repita, isso relativamente à ETAR.
295. Apresenta mais duas questões e tentando agrupar de alguma forma, para ser sistemático, em junho a sua Bancada trouxe à Assembleia uma questão relativamente à iluminação pública em que o Senhor Presidente descurou-se nas responsabilidades da EDP, mas obviamente, enquanto provedor dos interesses dos munícipes, também, pode e deve intervir junto dessa entidade quando o serviço que está a ser prestado não está em consonância com aquilo que são as premissas básicas para o serviço. Existem, para além do elevado número de luminárias que estão frequentemente apagadas, várias situações em que as luminárias estão com o cone de luz obstruído e isso acontece no centro da cidade, com as árvores a obstruir iluminação que é projetada. Na Rua António Coelho de Oliveira é o exemplo mais claro disso e o próprio horário de funcionamento que não está ajustado, questionando o Senhor Presidente sobre o que já foi feito ou se pensa fazer alguma coisa para corrigir e para interceder junto de quem de direito para que se corrijam essas questões.
296. Uma terceira pergunta sobre um outro tema que veio no presente dia a público, relativamente aos transportes das coletividades do Concelho. Receberam a informação, que a Câmara Municipal unitariamente terá dado a indicação que não disponibiliza mais o transporte aos domingos para as coletividades do Concelho. Gostavam, de alguma, forma discorrer sobre esse assunto e que justificassem em medida o mesmo se enquadra quando existem compromissos assumidos entre a Câmara Municipal e as coletividades do Concelho e que devem de ser cumpridos.
297. O **Membro José Filipe Barradas** saúda todos os presentes. Solicita um esclarecimento ao Senhor Presidente, referindo que está a ser feita uma construção no entroncamento da Rua Alexandre Braga com a Estrada Nacional que tem assim a apresentação de barracão, questionando se aquilo é para levar algum arranjo ou é para ficar assim, referindo que se for para ficar assim é uma aberração que está ali em termos arquitetónicos, referindo que a obra ainda não está concluída, estando só a fazer a pergunta para ficar esclarecido porque, para além de achar que está mal, já várias pessoas lhe foram perguntar se sabia, respondendo que por hora se vê um barracão, o que lá vai ficar não sabe.
298. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Em relação à ETAR, questão dos Membros José Leitão e do Membro Ricardo Videira informa o seguinte: depois da Assembleia Municipal de Setembro foram continuadas obviamente diligências de apuramento de responsabilidades, feitas análises compostas de 24 horas aos esgotos, para apurar o que saía de várias unidades do Parque Industrial e foi detetada a situação, tendo de usar palavras muito cautelosas porque o assunto é sensível como já o explicou na última Assembleia. Foi detetada a situação, o problema da injeção nos coletores foi identificado e foi tida uma reunião, quer com a AGDA que gere a ETAR, quer com a empresa em causa, com os consultores jurídicos e especialistas técnicos da Câmara Municipal e externos foi, no fundo, analisada a situação daquela empresa e chegaram a um compromisso tripartido para a resolução do problema. A última informação que tiveram foi de manhã com o Presidente da AGDA que, de facto, desde essa reunião que não entraram mais compostos nos afluentes e, não chegaram mais à ETAR de Bombel. O tratamento com peróxido de hidrogénio que está a ser feito, minimizou os cheiros emanados, a chuva também, obviamente, e a empresa assumiu que até final de janeiro tinha resolvida a situação que tinha detetado, que estava de facto em incumprimento e, portanto, o ponto de situação atual é esse. Havendo um compromisso de, até ao final de janeiro, assumido com a Câmara Municipal e a AGDA de resolução total do problema, na

verdade não tiveram mais problemas, ou já resolveram, ou estão a resolver ou a fazer alguma coisa diferente que não está no momento a causar mais problemas e, portanto, querem acreditar que há boa-fé. Somos uma cidade virada para área industrial, tem de ter todo o cuidado com esse tipo de situações, mas preservar a qualidade de vida das pessoas é para o Executivo o mais importante e, nesse patamar de equilíbrio, estão a gerir a situação e a verdade é que a inexistência do problema em princípio, poderá ter sido resolvido com a informação que obtiveram no presente, que desde essa reunião não aconteceu mais descarga nenhuma que contaminasse a ETAR e, estão em crer, que a situação estará em fase de resolução e é isso que esperam, que não haja boa-fé em todo esse processo para que tudo se resolva.

299. Em relação ao Jardim dos Combatentes, o prazo de empreitada da obra começa a contar com a entrega do Plano de Segurança e isso foi feito e o estaleiro começou a ser montado. Curiosamente, a empresa é a mesma que ganhou o concurso público que está a construir a Rua da Artilharia e, portanto, não cria um novo estaleiro de obra. Está a usar o estaleiro de obra atual, começaram a trazer as coisas para o estaleiro de obra que têm já montado e, efetivamente, segunda-feira começaram a abrir cabouco e a encher fundações no sítio onde vai ser o monumento de homenagem aos combatentes e, portanto, a obra já começou efetivamente no terreno. Agora há uma parte que não é visível que é a parte da montagem do estaleiro, porque não é ali, muito simplesmente porque têm o estaleiro já montado e não faz sentido estarem a ter dois locais para esse efeito.
300. Em relação ao campo de futebol em piso sintético, o ponto de situação também é muito simples. Houve o pedido da empresa para entrega definitiva da obra, foram detetadas irregularidades e parte de projeto não concluído e foi dado o prazo que a lei determina, sempre com pareceres jurídicos, que os suportam nas decisões. Foi dado o prazo que a lei determina para a conclusão e deve de estar a terminar muito em breve. Atualmente, a relva está colocada, a borracha que estava em falta em setembro já veio e já foi espalhada e vai ter de ser novamente “penteado” o relvado porque com a chuva agrega a borracha, não se conseguindo ainda fazer a passagem final com o pente. Têm a vedação concluída, têm as ruas concluídas, faltando os ensaios de qualidade ao relvado, a colocação de balizas, bancos suplentes e mobiliário desportivo e as ligações da EDP às torres de iluminação ao PT da EDP que está já pedido. Segundo sabe, são questões de pormenor pequenas, que faltam apenas para conclusão da obra, referindo que o prazo também já não falta muito e, portanto, o que acreditam é que a boa-fé que tiveram ao longo do processo, o voto de confiança que deram à empresa para ir fazendo a obra e para não irem para diferendo jurídico, acabou por lhes permitir concluí-la podendo, no momento, ser usada para treinos, o futebol de sete com balizas de futebol de sete já podiam ser utilizadas, mas sem receber a obra, não o vão fazer porque pode haver algum dano. Só depois de fazerem a receção definitiva da obra é que poderão, em princípio, começar a ser utilizado.
301. Em relação às questões jurídicas da criança, teve a ver com um evento desportivo no Estádio Municipal, em que um dos atletas se magoou num fixador de limitação do campo. O evento não é da Câmara Municipal, foi um evento em que cederam o Estádio a uma entidade terceira e, de acordo com o regulamento municipal, essa entidade é responsável pelo evento que organiza ali, muito embora os funcionários da Câmara acabem por dar apoio, como não pode deixar de ser.
302. Não está provado que a lesão da criança tenha sido com alguma coisa que estivesse no relvado. Os técnicos do Município, com muita experiência de terreno e anos de futebol, acreditam ter sido uma entrada com pitões a fazer o corte no joelho da criança. O pai é advogado e achou que devia mover um processo contra a Câmara Municipal, contra a Associação 1920, contra a Associação de Futebol de Évora e contra o Presidente, Luís Dias, contra a Vereadora, Ana Barros, Vereadora do Desporto pessoalmente, contra o presidente da Associação 1920, pessoalmente, por esse caminho e, portanto, é um processo novo que já se encontra na fase de inquérito.
303. Quanto às outras questões, de facto, já deu essa informação até o processo ser considerado fechado até despacho final do juiz, vai continuar a vir, porque ele está de facto em aberto à espera de deliberação final. O novo processo tem a ver com uma falha processual e há uma condenação ou não, há um processo pelo menos.



304. Referindo-se ao Membro Ricardo Videira, sobre a iluminação pública, luminárias e árvores, foram feitos vários contatos com a EDP e os técnicos da Câmara desdobram-se porque os Municípios fazem reclamações via aplicação, porque é o que compete. A Câmara Municipal paga iluminação pública que é uma entidade que é detentora da propriedade, manutenção e exploração, os técnicos do Município têm feito esse contato, essa pressão e o que acontece, como já o referiu há pouco, é que tem um projeto em PPI de 137 mil euros, para a substituição das luminárias no concelho de Vendas Novas e são praticamente todas, menos aquelas que já são em led e aí não há problemas, as zonas onde há danos são de mercúrio ou sódio, que são as luzes que apagam e acendem com intermitências ou que não acendem porque estão fundidas e aí a EDP não tem dado resposta, porque sabe que no prazo de semanas vão começar as obras de substituição e, portanto, presume que seja isso, sendo um facto que não tem vindo e era um serviço que a EDP tinha muito bom e que interessa ao Executivo. Se não tiver reparado, não recebem, não trabalham, não acende, não há consumo e a EDP Distribuição recebe em função dos consumos da rede. A verdade é que eles demoravam um dia ou dois a vir reparar cada luminária depois de reportado e agora não têm vindo. A questão das árvores, estão no presente a ser podadas, sendo a altura das podas. Estão também a fazer esse trabalho para tentar ao máximo limpar o ângulo de iluminação das campânulas.
305. Sobre a questão dos transportes ao domingo, é uma questão que não é nova, com algum espanto que a vê aqui abordada. A Câmara Municipal tem um número limitado de autocarros e tem um número limitado de motoristas e, neste ano, tem um acréscimo de quilómetros para as associações e, portanto, todos os fins-de-semana, os motoristas trabalharam e a verdade é que têm direitos dos trabalhadores que não estão no momento a ser cumpridos e que têm de ser, nomeadamente os dias de descanso semanal. Alguns funcionários têm acumulado dias de descanso semanal que se todos os tirassem no momento, não tinham transporte escolar. Tão simples quanto isso e portanto, entre o transporte para as associações desportivas que é uma competência secundária da Câmara Municipal de extrema importância, mas secundária da Câmara Municipal ou o transporte escolar em que têm de ter os motoristas para o fazer, porque as crianças têm de ir para a escola, tomaram a decisão de aos domingos, até ao final do ano não assumem novos compromissos, porque todos aqueles que já estavam assumidos mantêm-se. O caso da Equipa Sénior do Estrela, por exemplo, está garantido com a exceção de um pedido em que já tinham os autocarros requisitados, sendo que esse domingo já estava alocado, não havendo nenhum drama, a Câmara Municipal tem de gerir os meios em função do que tem e direcioná-los para onde tem o dever de o fazer, e o transporte escolar, e ter motoristas de semana é uma obrigação legal. O apoio ao Estrela Futebol Clube ou outro clube da terra é uma missão importantíssima que prestam mas é secundária e mais, o Membro Ricardo Videira fala em compromissos assumidos, sendo preciso algum cuidado com os termos. Não há compromissos assumidos nenhuns com transportes municipais que não estejam a ser cumpridos, porque os protocolos assinados com as associações atribuem um plafond de quilómetros a cada associação, mas sempre mediante disponibilidade de meios. Está no contrato, no protocolo, quando há disponibilidade, obviamente que vão, quando não há não vão, até porque tem no Concelho a utilizar transportes, trinta e tal associações. Se todas pedissem para o mesmo fim-de-semana, com três autocarros não conseguiam dar resposta.
306. Portanto, é abusivo dizer que há compromissos assumidos que não estão a ser cumpridos. É errado, é falacioso e não é verdade. Não há nenhum compromisso da Câmara Municipal com nenhuma associação, em matéria de transportes, que não esteja a ser cumprido e atribuem plafonds maiores em função das médias de gasto de quilómetros às associações, sabendo que no final do ano muitas gastam e ultrapassam, necessitando de apoios extraordinários do Município em quilómetros e outras não os gastam todos. Não vão fazer é como Pilatos, dão só cem quilómetros e ao cento e um não há. Não fazem isso, dão um plafond de flexibilidade e manobra às associações porque sempre que haja disponibilidade uma associação que tem dez mil quilómetros, por exemplo, e só gastou sete mil, se tiver disponibilidade, porque não há de ir? Mas se a associação tem dois mil e quinhentos quilómetros e são mais dez ou vinte quilómetros porque é que a Câmara Municipal, na posse das suas competências não há de aprovar esses quilómetros a mais. Tem de haver alguma flexibilidade na gestão dos quilómetros, mas que os quilómetros não são assumidos integralmente, no protocolo isso consta, em função da disponibilidade de meios, porque não conseguiam obviamente num ano, dar todos os quilómetros que estão assinados com as associações. Não têm meios para isso e, portanto,

- não há nada assumido em termos de compromissos que não esteja a ser cumprido, sendo essa a questão mais importante para si.
307. Compromisso é uma associação ter um x de quilómetros, se houver disponibilidade de meios, usa enquanto tem plafond e, muitas vezes, quando não tem, a Câmara Municipal mesmo assim facilita.
308. Em relação à questão do Membro José Filipe sobre o “barracão”, pode dizer em relação a isso e não é especialista e a Vice-Presidente antes de sair, passou a informação que é possível dar. O projeto passou na Câmara Municipal, passou pelos técnicos e cumpre a lei. Se é para ficar assim ou não, não sabe. Tecnicamente não faz ideia se aquilo é a versão final ou se vai lá alguma coisa por cima, não sabe. Espera que leve, porque há coisas que, por vezes, cumprindo a lei são horríveis e aquela é um exemplo em que ninguém se revê como é óbvio. Agora se cumpre a lei, não sabe que mecanismos é que a Câmara tem para dizer que não pode ser assim. O problema é esse, se cumpre a lei, mas que fica mal, fica.
309. O Membro João Perdigão refere que tem duas questões para fazer ao Senhor Presidente da Câmara, mas face às respostas que foram dadas, gostaria de passar a vez ao companheiro de Bancada.
310. O Membro Ricardo Videira, começando pelo fim, introduz, a questão do transporte. Obviamente que a Bancada do PSD parte do princípio que todas as entidades estão de boa-fé no processo. Obviamente que a Câmara Municipal e as coletividades de Vendas Novas, assim o pressupõem. Aquilo que sentem é que a gestão dos processos aos domingos não ficou clara ou há expectativas que não estão a ser cumpridas, pelo menos da parte das coletividades. Aquilo que não faz sentido é que isso não fique documentado no futuro. Dirigindo-se ao Senhor Presidente, deixando a questão clara, se existia uma tendência para que os motoristas tivessem uma sobrecarga de horários, porque não se adaptou medidas mais cedo para que se conseguisse planear esse final de ano de outra forma, sendo essa a questão que gostaria de deixar, para tentar de alguma forma minimizar algum constrangimento às coletividades e por outro prever o próximo ano que lhes parece que deve ser obviamente planeado de outra forma para que isso não se repita.
311. Aproveitando o ensejo e falando do campo de futebol em piso sintético, o tal que segundo o Senhor Presidente cujo atraso não prejudica ninguém, a pergunta que lhe fazem e que tem feito em todas as Assembleias Municipais é se tem uma data prevista para a conclusão da obra, uma data objetiva.
312. O Membro José Filipe Barradas refere que não se considera esclarecido, porque o esclarecimento foi pobre. Pode cumprir legalmente as dimensões mas a Câmara, em termos de arquitetura, pode não aprovar a colocação no centro da cidade junto à estrada nacional a colocação de telha que dantes era de roselite, agora é aquela telha sandwich, mas há telha de sandwich que imita a telha normal e a que está ali é de barracão mesmo, o que lhe parece que lhe fica muito mal se ficar assim. Pode estar a falar antes de tempo e pode estar previsto colocar algo em cima daquilo, que pensa que não, não é fácil, acha que o Senhor Migalhas não ganha o dinheiro a colocar coberturas em cima de coberturas. Ele ganha dinheiro é a fazer coberturas daquelas com telhas com dez metros ou mais de comprido, mas acha que os serviços da Câmara e quem vai ficar mal é a Câmara Municipal. Os serviços que deram parecer favorável, se é que deram parecer favorável àquela cobertura, na sua opinião deixa muito a desejar. Quem aprovou aquele projeto para ser colocado junto à estrada nacional, no centro da cidade de Vendas Novas, fica muito mal.
313. O Membro Tiago Aldeias fala ainda sobre a questão da ETAR e do Parque Industrial. Dirige-se ao Senhor Presidente referindo que este saberá melhor do que ninguém, que a empresa cometeu um erro ou já comete regularmente e, desta vez, cometeu-o de forma mais grave e isso causou prejuízos ao Município e à ETAR ou só o cometeu nesta vez, não sendo isso que está em causa. A questão é, se não se justifica, existindo procedimentos para fiscalizar as empresas e a verdade é que a Autarquia ficou lesada, mesmo que a empresa, com bom senso, resolva o problema, questiona se isso fica assim. Não há uma consequência para a empresa do erro que cometeu, porque a lei prevê consequências para as empresas quando cometem esses erros, sendo essa uma das questões.

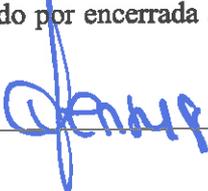
314. A outra questão é se não faz sentido uma maior fiscalização, não só a essa empresa mas a outras, que por vezes cometem erros no Parque Industrial, se não faz sentido que exista uma maior fiscalização por parte da empresa das águas, que será quem tem a possibilidade de o fazer, dos resíduos que são emitidos a partir do Parque Industrial, se não faz sentido que haja um maior controlo sobre isso para evitar que isso volte a acontecer e que volte a trazer prejuízos ao Município.
315. O **Membro João Perdigão** agradece a palavra. Apresenta duas questões em concreto. Uma que se prende com o compromisso do Senhor Presidente na Assembleia que decorreu em setembro na Landeira, face às obras na escola de Vendas Novas e à pressão que iria fazer junto do Governo, que na altura não se saberia qual seria e, face a isso, a pergunta é clara, é saber se já foram efetuadas após um mês, praticamente, da tomada de posse do novo Governo, as tais pressões que o Senhor Presidente referiu que iria fazer para a conclusão das obras na escola de Vendas Novas.
316. A segunda questão prende-se com o requerimento que efetuaram relativamente ao acesso pedonal à estação ferroviária e à qual já tiveram resposta e a pergunta também é clara, é no sentido de aferir se está a ser feita a monitorização relativamente àquele espaço, na medida que e ainda bem que tem chovido e bem, que é de chuva que se precisa, mas se estão a ser garantidas as condições de conforto e segurança, mesmo depois de ter dado a resposta que deu à sua Bancada, prende-se com a monitorização.
317. A **Presidente da Assembleia Municipal** questiona se o Membro João Perdigão se já tem a resposta à sua questão, confirmando que sim e antes de nova intervenção, refere que é necessário votar um prolongamento de 30 minutos.
318. **Foi aprovado, por unanimidade, o prolongamento do período da ordem do dia em 30 minutos.**
319. O **Presidente da Câmara Municipal**, referindo-se ao Membro José Filipe Barradas, refere que não tem mais informação, que foi aprovado e mereceu parecer favorável pelos técnicos da Câmara sim e passou na Câmara sim. Cumpre a lei, esteticamente não é bonito, não é e, provavelmente, ninguém do Executivo se apercebeu, em reunião de Câmara, do material que iria ser usado ali ou então até o técnico quando se diz painel sandwich ter pensado que era painel daquele a imitar a própria telha e não o é.
320. Refere que não tem mesmo informação para dar, podia tentar mas não consegue. Dizer o que não sabe também não.
321. Em relação às questões dos transportes para as associações, medidas mais cedo sim, deviam ter tomado medidas mais cedo, mas tentaram ajudar sempre todos até ao máximo e medidas mais cedo significava domingos fechados mais cedo para cumprir os dias de descanso semanal dos motoristas e que eles tem direito, significava mais cedo a Câmara Municipal deixar de fazer domingos, porque os domingos exigem um dia de descanso adicional durante a semana, comprometendo o serviço dos transportes escolares como disse anteriormente. Sendo simples, medidas mais cedo significava dizer que não mais vezes às associações e tentaram fazer ao contrário. Foi ao longo do ano ir permitindo e os funcionários ir gozando os dias quando era possível e agora que estão a chegar ao final do ano, permitir que se acerte esses dias, porque também sabem que eles não se sentem lesados e a Câmara também não. Agora as expectativas sim, de alguns clubes da terra sim, sem dúvida absolutamente nenhuma. Tudo o que puderem dar e mais alguma coisa que pudessem dar, será sempre muito pouco, isso não é mau necessariamente significa que estão a trabalhar, a defender as cores deles e os atletas deles e o trabalho que fazem diariamente e que é maioritário e, portanto, tudo o que dão, há posturas diferentes é verdade, mas tudo o que dão é sempre pouco e será sempre pouco. Já era pouco com a CDU, é pouco com o PS e um dia será pouco com outro partido qualquer. Isso irá acontecer, é normal, faz parte, agora estão presentes para gerir recursos públicos, servir a comunidade o melhor possível gerindo bem os recursos públicos e enquanto for Presidente de Câmara, não compromete transportes escolares para servir associações. Considera que o transporte escolar é prioridade número um, não pode contratar mais motoristas, senão vai aumentar as despesas com o pessoal e, mesmo que quisesse, não os arranjava. Não é fácil com os ordenados que se paga na administração pública conseguir motoristas para transporte coletivo de passageiros. Vão ter mais uma reforma no próximo

ano. É uma situação da alçada do Vereador Bruno Gomes que está a ser bem gerida e só a cortam em última instância, não assumindo novos compromissos, porque há uns que vão ser assumidos ao domingo. Os compromissos que estavam firmados mantêm-se, os novos é que não e as associações vão ter que se adaptar. Pelo país fora, o que não faltam são Câmaras Municipais que não dão nenhum transporte porque não têm capacidade por ter um associativismo muito grande e não têm meios, não necessitando de ir muito longe, aqui ao lado a vinte quilómetros, arranja quem não dê, porque não pode, porque não consegue e não é falta de vontade e se, se for a Évora é igual, porque não dá. Têm um tecido associativo que é muito maior que o de Vendas Novas, com muito mais dinâmica, com muito menos meios, sendo a realidade em Vendas Novas diferente. O Executivo dará sempre resposta, sempre que possível, fazem uma ginástica aliás e um reconhecimento que fica na Assembleia aos motoristas do Município que fazem das vidas pessoais segundo plano e, é importante reconhecer isso, quem faz esse serviço tem sábados e domingos sempre ocupados, dos cinco motoristas que fazem esse serviço, três autocarros todos os fins-de-semana, não é fácil e, portanto, há que reconhecer o trabalho deles, há que reconhecer o trabalho das associações e há que conjugar isso com o que é possível, sendo a gestão de recursos públicos. Não havendo desperdício, não há maneira, é dar o máximo, ajudar o máximo e fazer o melhor possível.

322. Em relação à data, não há, não dá para indicar. Quando estiver pronto, será inaugurado e aí o Senhor Membro Ricardo Videira enquanto Membro desta Assembleia, receberá um convite e nesse dia saberá quando é que é a data de inauguração, não se comprometendo com datas.
323. Em relação ao Membro Tiago Aldeias refere que o processo tem o acompanhamento das entidades que tutelam a área, da APA, SEPNA e se alguém tem competência para autuar serão eles, não será a Câmara e, portanto, aí leva para quem de direito esse trabalho.
324. Maior fiscalização, também não é a empresa que gere as águas. O sistema está dividido em altas e baixas, a ligação da casa das pessoas até à estação elevatória é responsabilidade da Câmara, da elevatória o que se passa lá dentro é da AGDA, empresa que gere as águas, da elevatória até à estação de Bombel é da Câmara novamente e a ETAR é considerada “altas” é deles e, portanto, a fiscalização disso compete a várias entidades, a monitorização também. Obviamente que “casa arrombada, trancas na porta”. Vão ter de estar muito mais atentos, muito mais, porque tem um Parque Industrial com anos suficientes e maturidade suficiente para perceberem quem é que lá tem e os que já lá estão já os conhecem e sabem quando é que há problemas e sabem que alguns são pontuais. Não tem problemas continuados no Parque, os vinhos com as lavagens das cubas pontualmente, das cortiças muito pouco, não tem problemas de maior, no Parque nunca tiveram. São coisas pontuais que não chegam sequer à ETAR, diluem no percurso. A presente situação não, esta questão não. Sobre esse processo não adiantará muito mais.
325. Em relação ao novo Governo, bem haja que já tomou posse o novo Governo da República Portuguesa, tem um mês para se instalar e pensa que os Senhores Secretários de Estado e os Senhores Ministros estão instalados e é altura sim de convidá-los a vir a Vendas Novas novamente, até verem as obras que foram feitas pelo anterior executivo do PS, com geringonça e de mostrar que aquilo foi bem feito mas precisam de mais e é um trabalho para ser feito muito em breve, que é convidá-los a vir a Vendas Novas ou irem lá para continuar esse trabalho.
326. Quanto ao acesso pedonal da Rua da EPA, foi dada a resposta escrita ao PSD, que fez uma solicitação via Presidente da Assembleia e que basicamente é aquilo, é monitorizada sim pelos serviços da Câmara Municipal. A fiscalização da própria obra vai monitorizando, que aos fins-de-semana não há obra, é muito difícil de garantir que o tout venant que é colocado no corredor de circulação se mantenha sem poças de água. É impossível, é uma obra, ao fim-de-semana não há ninguém lá, nem os serviços da Câmara, sendo que à segunda-feira é novamente retificado, sendo isso que sempre têm feito, mas como é uma obra traz sempre alguns inconvenientes, sendo inevitável, mas quando ficar feita pensa que será para o bem de todos.
327. **A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

328. Neste período não se registou qualquer intervenção do público presente na sessão.
329. Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida, votada e aprovada, por **unanimidade**, a minuta da ata, tendo a Presidente da Assembleia Municipal dado por encerrada a sessão quando eram 01 horas e 40 minutos do dia 23 de novembro de 2019.

A Presidente da Assembleia: 

O 1.º Secretário: Hugo Miguel Serodio Fender

**Anexos**



## RECOMENDAÇÃO

### **Melhoria dos Serviços Públicos em Vendas Novas - Conservatória**

A existência de serviços públicos de qualidade é um dos indicadores mais importantes no desenvolvimento de cada concelho do nosso País e representa uma proximidade entre cidadãos e Administração Central que deve ser valorizada, destacada e melhorada.

No entanto, nos últimos anos tem sido notória a degradação de um dos serviços públicos mais importantes do Concelho de Vendas Novas: o da nossa Conservatória.

De mês para mês, a incapacidade de dar resposta à procura de atendimentos é mais visível, filas intermináveis, falta de resposta, e a constante retirada de senhas até no máximo ao meio da manhã, demonstra claramente a deficiência e incapacidade atual deste serviço para a prestação de um serviço público de qualidade e que abrange as populações de Vendas Novas, das suas freguesias, e outras das redondezas que aqui se deslocam para resolver a sua vida.

Com tal situação verificada, muitos dos munícipes, estão a deslocar-se a outros concelhos, para simples gestos públicos como sejam o tratar das renovações dos cartões de cidadão, passaportes entre outros pedidos.

Sabendo a Assembleia que a Câmara Municipal já reuniu com a tutela a fim de resolver a situação, e que tudo tem feito para a melhoria de todos os serviços públicos no Concelho; sabendo igualmente que, decorrente das últimas Eleições Legislativas, já tomou recentemente posse um novo Governo Nacional, recomendamos que a Câmara Municipal de Vendas Novas, volte a solicitar ao nosso Governo a criação de soluções que permitam melhorar estes serviços que consideramos imprescindíveis na vida dos Vendasnovenses, nomeadamente com o reforço do número de recursos humanos deste serviço.

A bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal

22 de Novembro de 2019

**Moção dos Eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Vendas Novas**  
**Recomendar ao Governo e à Assembleia da República a inclusão de**  
**projectos, acções e medidas no Orçamento do Estado para 2020 para**  
**melhorar a vida dos Portugueses e o desenvolvimento de Portugal.**

É público que o actual quadro constitucional e legal estabelece as competências, as atribuições e as responsabilidades quer do Poder Central (Governo) quer do Poder Local (Municípios e Freguesias) na resolução dos problemas das populações assim como define os poderes, os recursos públicos (financeiros e outros) e os instrumentos que cada um dos citados Poderes pode utilizar para cumprir as suas responsabilidades legais.

Chama-se a atenção mais uma vez que ao Governo, independentemente da(s) força(s) política(s) que o representa(m) e sustenta(m), estão atribuídas as responsabilidades constitucionais e legais designadamente de resolver os grandes e a maioria dos problemas existentes no País e, logicamente, em cada região, distrito e concelho do País.

É por essa essencial razão que o Governo, entre 2004 e 2019 - nos últimos 16 anos, gastou, anualmente e em média, 97,98% do total das receitas dos Orçamentos do Estado enquanto todas as Câmaras Municipais e Freguesias do País, no mesmo período, gastaram, anualmente e em média, apenas os restantes 2,02% das receitas dos citados Orçamentos do Estado como se poderá confirmar através da análise do quadro e gráfico contidos no documento que se anexa (Anexo A);

Vale a pena salientar que se todas as Câmaras Municipais e Freguesias do País tivessem recebido, em 2019, em função da percentagem (3,09 %) que receberam do Orçamento do Estado de 2004, teriam recebido, em 2019, mais 977,4 milhões de euros (3.765 milhões de euros-2.788 milhões de euros) e a Câmara de Vendas Novas teria, em 2019, recebido mais 1.444.367 euros (5.565.985 euros-4.121.638 euros) o que evidencia a degradação e a redução da autonomia financeira do Poder Local, das Autarquias.

Sabe-se que os órgãos de soberania, o Presidente da República, a Assembleia da República e o Governo têm, no exercício das suas importantíssimas funções institucionais, o dever de agir e intervir para que a riqueza criada em Portugal e todos os recursos humanos, tecnológicos, científicos e naturais existentes e à disposição do País sejam devidamente potenciados, aproveitados e utilizados para se enfrentar e vencer com êxito as actuais dificuldades e problemas nacionais em benefício de todos os portugueses, não apenas de alguns, e de um Portugal soberano e desenvolvido.

Verifica-se a redução da autonomia financeira do Poder Local, ao longo dos anos, devido ao não cumprimento do "princípio constitucional de justa repartição de recursos entre o Estado e as Autarquias Locais" e da Lei das Finanças locais. É por essa fundamental razão que todas as Câmaras Municipais e todas as Freguesias do País receberam, em termos reais, menos 4,6 mil milhões de euros dos Orçamentos do Estado, nos últimos 9 anos, de 2011 a 2019, comparativamente ao que tinham recebido, no ano de 2010, e a Câmara Municipal de Vendas Novas, recebeu, em termos reais, menos 6,2 milhões de euros dos Orçamentos do Estado, nos últimos 9 anos, de 2011 a 2019, relativamente ao que tinha recebido, no ano 2010, como se justifica nos quadros e gráficos que se anexam (Anexos B e C);

Salienta-se que a riqueza criada anualmente em Portugal tem sido distribuída de forma desigual e injusta pelos portugueses, o que prejudicou a maioria dos portugueses e beneficiou uma minoria.

Afirma-se que a dívida pública portuguesa era, em 1975, apenas de 500 milhões de euros e, em julho de 2019, atingiu o impressionante valor de 251,1 mil milhões de euros, ou seja, teve, entre 1975 e 2019, um colossal aumento superior a 500 vezes mais. A dívida pública cresceu com todos os Governos constitucionais.

É justo e oportuno lembrar que os Eleitos Locais existem para defenderem e garantirem às populações, que representam legitimamente, o cumprimento dos seus interesses e direitos constitucionais, por isso, têm o dever de reclamar em especial do Governo e da Assembleia da República a efectivação dos interesses e direitos das referidas populações em especial do direito a uma vida justa e digna.

O Orçamento do Estado é um documento essencial para a vida dos portugueses porque nele está reflectida a política económica e social a realizar no País (em todos os seus Concelhos), os projectos, procedimentos, acções e medidas em que o Governo prevê gastar/utilizar os recursos públicos (financeiros e outros) para resolver os problemas existentes, para promover o bem-estar dos portugueses e o desenvolvimento integrado de todo o território (de todos os Concelhos) nacional

Com fundamento no acima exposto, a Assembleia Municipal de Vendas Novas, na sua sessão ordinariamente de 22 de novembro de 2019, delibera o seguinte:

**1.º Recomendar ao Governo e à Assembleia da República, aos Grupos Parlamentares e Deputados a inclusão dos seguintes projectos, acções e medidas no Orçamento do Estado para 2020:**

1. O reforço e a recuperação da autonomia financeira e política do Poder Local, perdida ao longo dos anos, o que exige a aprovação de uma nova Lei das Finanças Locais visto que com a actual Lei não será possível proceder legalmente à referida recuperação da autonomia financeira, para que as autarquias locais e os eleitos locais possam continuar a dar um contributo ainda mais importante, positivo e decisivo para a resolução dos problemas existentes e para servirem melhor as populações, os Portugueses e Portugal;
2. A criação e instituição das Regiões Administrativas do Continente, consagradas na Constituição da República Portuguesa desde 1976, sem quais não será possível e viável travar e inverter os processos de atraso económico e social, despovoamento, envelhecimento, assimetrias de desenvolvimento, desigualdades de oportunidades que, se verificam há décadas, no interior do País em especial no Alentejo. Por isso, o Alentejo perdeu, entre 1950 e 2018, mais de 300.000 (trezentos mil) habitantes e mais de 40% da sua população;
3. As transferências de novas competências para as Autarquias Locais nomeadamente:
  - a) Deverão ser sempre acompanhadas com todas as condições e os meios financeiros necessários e indispensáveis ao integral cumprimento e satisfação das referidas competências, no presente e no futuro;
  - b) Não poderão colocar em causa a universalidade de funções sociais do Estado;
  - c) Deverão contribuir para a coesão territorial e não para acentuar ainda mais as assimetrias regionais existentes e não para aumentar as desigualdades dos cidadãos em função dos Concelhos em que cada vive;
4. O alargamento da gratuidade, já consagrada aos manuais escolares, às fichas de trabalho a todos os alunos da escolaridade obrigatória do ensino público;
5. A criação de uma rede pública de creches gratuitas, ou soluções equiparadas, para todas as crianças até aos 3 (três) anos;
6. A eliminação das taxas moderadoras, o reforço de meios e a contratação dos profissionais em falta no Serviço Nacional de Saúde;
7. A criação de um adequado regime de financiamento às entidades detentoras dos Corpos de Bombeiros e de um novo Estatuto Social do Bombeiro consagrando o direito a carreiras dignas e justas para os bombeiros sapadores, municipais e restantes agentes da proteção civil;
8. A reposição da idade de reforma aos 65 anos para todos os trabalhadores;
9. A garantia da reforma por inteiro e sem penalizações com 40 anos de descontos;
10. O aumento geral e real das pensões e reformas no mínimo de 40 euros mensais ao longo da presente legislatura e no mínimo de 10 euros mensais a partir de janeiro de 2020;
11. O aumento geral e real dos salários para todos os trabalhadores e o aumento do Salário Mínimo Nacional para 850 euros para os sectores público e privado;
12. O reconhecimento integral do tempo de serviço prestado para efeitos de progressão na carreira na administração pública, nomeadamente dos professores, militares das forças armadas, funcionários judiciais, forças e serviços de segurança;
13. A redução, em todo o País, dos preços nos transportes públicos, visando a sua gratuidade, e a fixação na Lei das responsabilidades do Estado no Programa de Apoio à Redução Tarifária;
14. O alargamento da prestação social para a inclusão, reforçando os direitos das pessoas com deficiência;
15. A criação de um regime de preços máximos nos combustíveis e na electricidade e a redução do IVA na electricidade, no gás natural e gás de botija para 6%;

16. O **aumento do investimento público** e do financiamento para dotar dos meios (equipamento, mobiliário, instalações e outros meios) indispensáveis e contratar os profissionais em falta nos serviços públicos e funções sociais do Estado, com prioridade para a saúde, a educação, a segurança social, os transportes públicos e a cultura, para servir melhor as populações do Concelho de Vendas Novas e de todos os concelhos do País;
  17. O **preenchimento com brevidade dos lugares não preenchidos** nos Serviços da Conservatória do Registo Predial de Vendas Novas;
  18. O aproveitamento da ligação ferroviária Sines-Caia para o transporte de passageiros e de mercadorias **com o investimento público em estações de passageiros e cais de mercadorias** em Vendas Novas, Évora e Alandroal;
  19. A construção, não basta estar prevista, do novo **Hospital Central público do Alentejo**, em Évora;
  20. A criação de um **regime de IVA de caixa**, para micro, pequenas e médias empresas, com pagamento após boa cobrança;
  21. A agilização da atribuição do **Estatuto da Agricultura Familiar**, garantindo maiores apoios ao regime de pequena agricultura, apoio técnico do Ministério da Agricultura e promoção do escoamento da sua produção a preço justo;
  22. O reforço dos **meios humanos e materiais** das entidades públicas que **têm como missão o combate à corrupção e à evasão fiscal**;
  23. A realização de uma política fiscal para *“operar as necessárias correcções das desigualdades na distribuição da riqueza e do rendimento...”* conforme o previsto na alínea b), artigo 81.º da Constituição da República, **para desagrar a tributação dos rendimentos do trabalho e para aumentar a tributação dos elevados rendimentos do capital**, cujas respectivas receitas deverão ser aplicadas para melhorar a vida dos portugueses;
  24. A **distribuição da riqueza criada em Portugal deverá ser feita de forma justa**, de acordo com a Constituição da República, por todos portugueses **para reduzir substancialmente o número total, cerca de dois milhões, de portugueses que vivem actualmente em situação de pobreza, ou seja, sem as condições para terem uma vida minimamente justa e digna**;
  25. O **aumento significativo da produção nacional** através de financiamento público e do aproveitamento e utilização eficaz e inteligente dos recursos humanos (desempregados), tecnológicos, científico e naturais subaproveitados existentes no nosso País.  
 Pois, o **único processo possível, viável e legal**, salva-se melhor opinião devidamente justificada, **de reduzir e resolver os actuais e grandes problemas nacionais, que estão a prejudicar a vida da esmagadora maioria dos Portugueses, é aumentar significativamente a produção nacional, produzir muito mais para dever muito menos, para reduzir importações, para criar emprego, para reduzir, combater e vencer a pobreza e os problemas que estão a impedir, de facto, todos os Portugueses de terem uma vida livre, justa, digna e melhor e de Portugal ser um país desenvolvido, sustentável, soberano e melhor para todos os seres humanos.**
- 2.º **Pedir responsabilmente a intervenção empenhada em especial dos Excelentíssimos Senhores: Presidente da República; Presidente da Assembleia da República; Primeiro-Ministro; Presidentes dos Grupos Parlamentares (PS, PSD, BE, PCP, CDS/PP, PAN e VERDES) e dos Deputados (CH, IL e L) da Assembleia da República para ajudarem a viabilizar e a dar vida ao conteúdo da presente Moção em benefício de todas as crianças, jovens, idosos, mulheres e homens e de Portugal.**

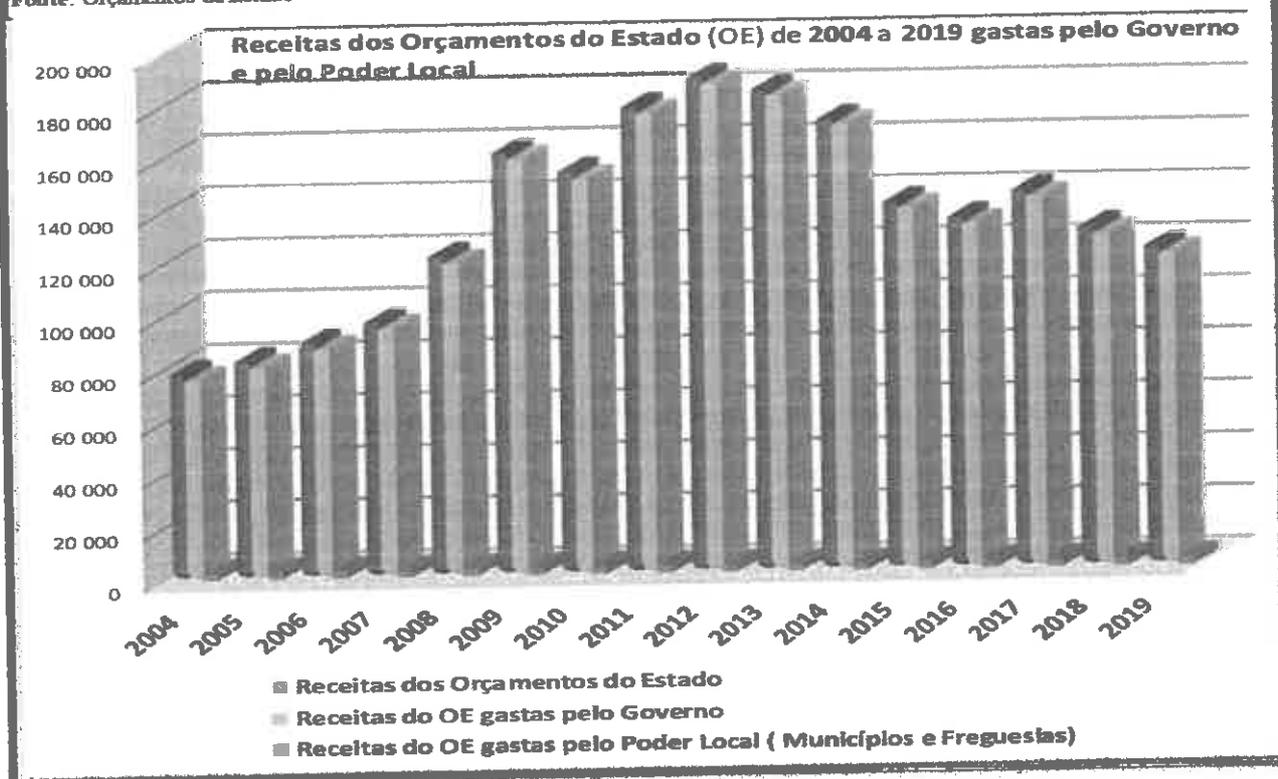
Vendas Novas, 22 de novembro de 2019

Os Eleitos da CDU da Assembleia Municipal de Vendas Novas.

O quadro e gráfico infra foram construídos com base nos Orçamentos do Estado de 2004 a 2019.

| <b>Recargas dos Orçamentos do Estado (OE) de 2004 a 2019</b><br>gastas pelo Governo e pelo Poder Local (308 Municípios e todas as Freguesias) |                                    |       |                                                 |      |                                               |      |                                                                  |      |                                   |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------|-------|-------------------------------------------------|------|-----------------------------------------------|------|------------------------------------------------------------------|------|-----------------------------------|-----|
| Anos                                                                                                                                          | Governo                            |       | Poder Local (308 Municípios e 4.259 Freguesias) |      |                                               |      | Recargas do OE gastas pelo Poder Local (Municípios e Freguesias) |      | Recargas dos Orçamentos do Estado |     |
|                                                                                                                                               | Recargas do OE gastas pelo Governo |       | Recargas do OE gastas pelos 308 Municípios      |      | Recargas do OE gastas por todas as Freguesias |      | Recargas do OE gastas pelo Poder Local (Municípios e Freguesias) |      |                                   |     |
|                                                                                                                                               | (Milhões €)                        | %     | (Milhões €)                                     | %    | (Milhões €)                                   | %    | (Milhões €)                                                      | %    | (Milhões €)                       | %   |
| 2004                                                                                                                                          | 76 346                             | 96,91 | 2 251                                           | 2,86 | 184                                           | 0,23 | 2 435                                                            | 3,09 | 78 781                            | 100 |
| 2005                                                                                                                                          | 80 674                             | 97,01 | 2 298                                           | 2,76 | 189                                           | 0,23 | 2 487                                                            | 2,99 | 83 161                            | 100 |
| 2006                                                                                                                                          | 87 292                             | 97,23 | 2 298                                           | 2,56 | 193                                           | 0,21 | 2 491                                                            | 2,77 | 89 783                            | 100 |
| 2007                                                                                                                                          | 94 748                             | 97,44 | 2 298                                           | 2,36 | 193                                           | 0,2  | 2 491                                                            | 2,56 | 97 239                            | 100 |
| 2008                                                                                                                                          | 119 340                            | 97,86 | 2 406                                           | 1,97 | 198                                           | 0,16 | 2 604                                                            | 2,14 | 121 944                           | 100 |
| 2009                                                                                                                                          | 158 607                            | 98,31 | 2 513                                           | 1,56 | 208                                           | 0,13 | 2 721                                                            | 1,69 | 161 328                           | 100 |
| 2010                                                                                                                                          | 150 674                            | 98,15 | 2 625                                           | 1,71 | 211                                           | 0,14 | 2 836                                                            | 1,85 | 153 510                           | 100 |
| 2011                                                                                                                                          | 175 222                            | 98,54 | 2 397                                           | 1,35 | 193                                           | 0,11 | 2 590                                                            | 1,46 | 177 812                           | 100 |
| 2012                                                                                                                                          | 186 013                            | 98,69 | 2 284                                           | 1,21 | 184                                           | 0,10 | 2 468                                                            | 1,31 | 188 481                           | 100 |
| 2013                                                                                                                                          | 181 284                            | 98,66 | 2 284                                           | 1,24 | 184                                           | 0,10 | 2 468                                                            | 1,34 | 183 752                           | 100 |
| 2014                                                                                                                                          | 169 825                            | 98,72 | 2 025                                           | 1,18 | 184                                           | 0,11 | 2 209                                                            | 1,28 | 172 034                           | 100 |
| 2015                                                                                                                                          | 137 659                            | 98,22 | 2 306                                           | 1,65 | 187                                           | 0,13 | 2 493                                                            | 1,78 | 140 152                           | 100 |
| 2016                                                                                                                                          | 131 404                            | 98,12 | 2 327                                           | 1,74 | 189                                           | 0,14 | 2 516                                                            | 1,88 | 133 920                           | 100 |
| 2017                                                                                                                                          | 141 267                            | 98,20 | 2 393                                           | 1,66 | 195                                           | 0,14 | 2 588                                                            | 1,80 | 143 855                           | 100 |
| 2018                                                                                                                                          | 126 919                            | 97,97 | 2 428                                           | 1,87 | 198                                           | 0,15 | 2 626                                                            | 2,03 | 129 544                           | 100 |
| 2019                                                                                                                                          | 119 059                            | 97,71 | 2 580                                           | 2,12 | 208                                           | 0,17 | 2 788                                                            | 2,29 | 121 846                           | 100 |

Fonte: Orçamentos de Estado



A análise do quadro e o gráfico evidência nomeadamente:

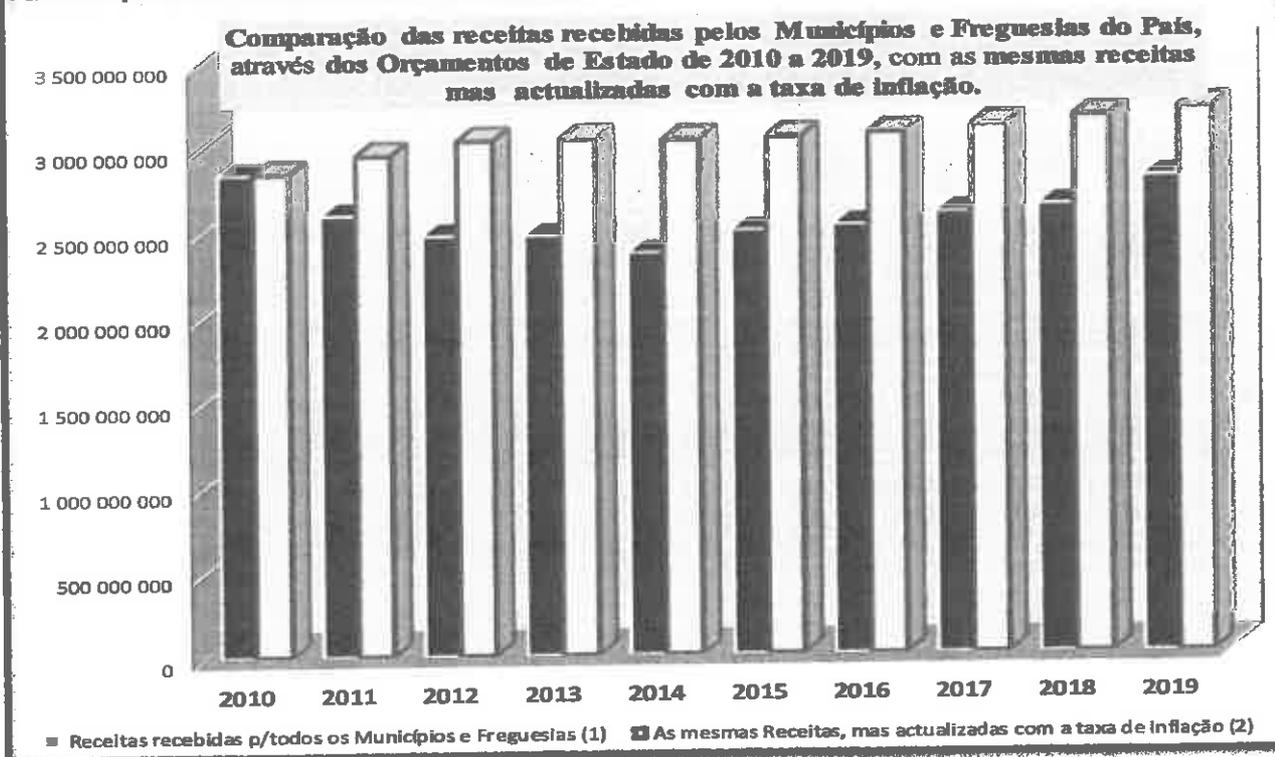
- A redução da autonomia financeira do Poder Local, das autarquias;
- Os Municípios e Freguesias do País receberam menos em percentagem dos Orçamentos do Estado de 2005 a 2019 em relação ao que receberam em percentagem (3,09%) do Orçamento do Estado 2004;
- Os Municípios e Freguesias do País receberiam, em 2019, mais 977,4 milhões de euros do Orçamento do Estado de 2019, se recebessem em função da percentagem (3,09 %) que receberam do Orçamento do Estado 2004
- A Câmara de Vendas Novas teria recebido mais 1.444.367 euros do Orçamento do Estado 2019, se tivesse recebido em função da percentagem (3,09%) que recebeu do Orçamento do Estado 2004.

Os Municípios e Freguesias do País receberam, em termos reais, **menos 4,6 mil milhões de euros** dos Orçamentos do Estado 2010-2019, nos **últimos 9 anos**, em relação ao que tinham recebido, no ano 2010.

O quadro e gráfico infra foram construídos com fundamento nos Orçamentos do Estado 2010-2019.

| <b>Comparação das receitas (em euros) recebidas por todos os Municípios e Freguesias do País, através dos Orçamentos do Estado de 2010 a 2019, com as mesmas receitas (em euros), mas actualizadas com a taxa de inflação (ano base:2010)</b> |                                                |                                                   |                                                                  |                                                                        |                          |                                          |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------|---------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------|--------------------------|------------------------------------------|
| <b>Anos</b>                                                                                                                                                                                                                                   | <b>Receitas recebidas pelos 308 Municípios</b> | <b>Receitas recebidas por todas as Freguesias</b> | <b>Receitas recebidas p/todos os Municípios e Freguesias (1)</b> | <b>As mesmas Receitas, mas actualizadas com a taxa de inflação (2)</b> | <b>Taxa Inflação (3)</b> | <b>Diferença (em euros) (4)= (1)-(2)</b> |
| 2010                                                                                                                                                                                                                                          | 2 625 840 322                                  | 211 843 202                                       | 2 837 683 524                                                    | 2 837 683 524                                                          |                          | 0                                        |
| 2011                                                                                                                                                                                                                                          | 2 397 864 675                                  | 193 639 454                                       | 2 591 504 129                                                    | 2 941 258 973                                                          | 3,65                     | -349 754 844                             |
| 2012                                                                                                                                                                                                                                          | 2 283 996 289                                  | 184 038 450                                       | 2 468 034 739                                                    | 3 022 731 846                                                          | 2,77                     | -554 697 107                             |
| 2013                                                                                                                                                                                                                                          | 2 284 229 497                                  | 184 038 450                                       | 2 468 267 947                                                    | 3 031 800 042                                                          | 0,30                     | -563 532 095                             |
| 2014                                                                                                                                                                                                                                          | 2 176 235 813                                  | 184 564 577                                       | 2 360 800 390                                                    | 3 020 885 562                                                          | -0,36                    | -660 085 172                             |
| 2015                                                                                                                                                                                                                                          | 2 302 605 962                                  | 187 106 381                                       | 2 489 712 343                                                    | 3 035 989 989                                                          | 0,50                     | -546 277 646                             |
| 2016                                                                                                                                                                                                                                          | 2 326 908 229                                  | 189 402 646                                       | 2 516 310 875                                                    | 3 054 205 929                                                          | 0,60                     | -537 895 054                             |
| 2017                                                                                                                                                                                                                                          | 2 393 304 022                                  | 194 852 338                                       | 2 588 156 360                                                    | 3 096 964 812                                                          | 1,40                     | -508 808 452                             |
| 2018                                                                                                                                                                                                                                          | 2 428 479 824                                  | 197 775 207                                       | 2 626 255 031                                                    | 3 143 419 284                                                          | 1,50                     | -517 164 253                             |
| 2019                                                                                                                                                                                                                                          | 2 579 606 459                                  | 208 125 685                                       | 2 787 732 144                                                    | 3 193 713 993                                                          | 1,60                     | -405 981 849                             |
|                                                                                                                                                                                                                                               | 23 799 071 092                                 | 1 935 386 390                                     | 25 734 457 482                                                   | 30 378 653 955                                                         |                          | -4 644 196 473                           |

Fontes: Orçamentos do Estado 2010-2019, INE e ANMP



O quadro e o gráfico supra **mostram claramente a redução, a degradação e o enfraquecimento da autonomia financeira do Poder Local, das autarquias, pois:**

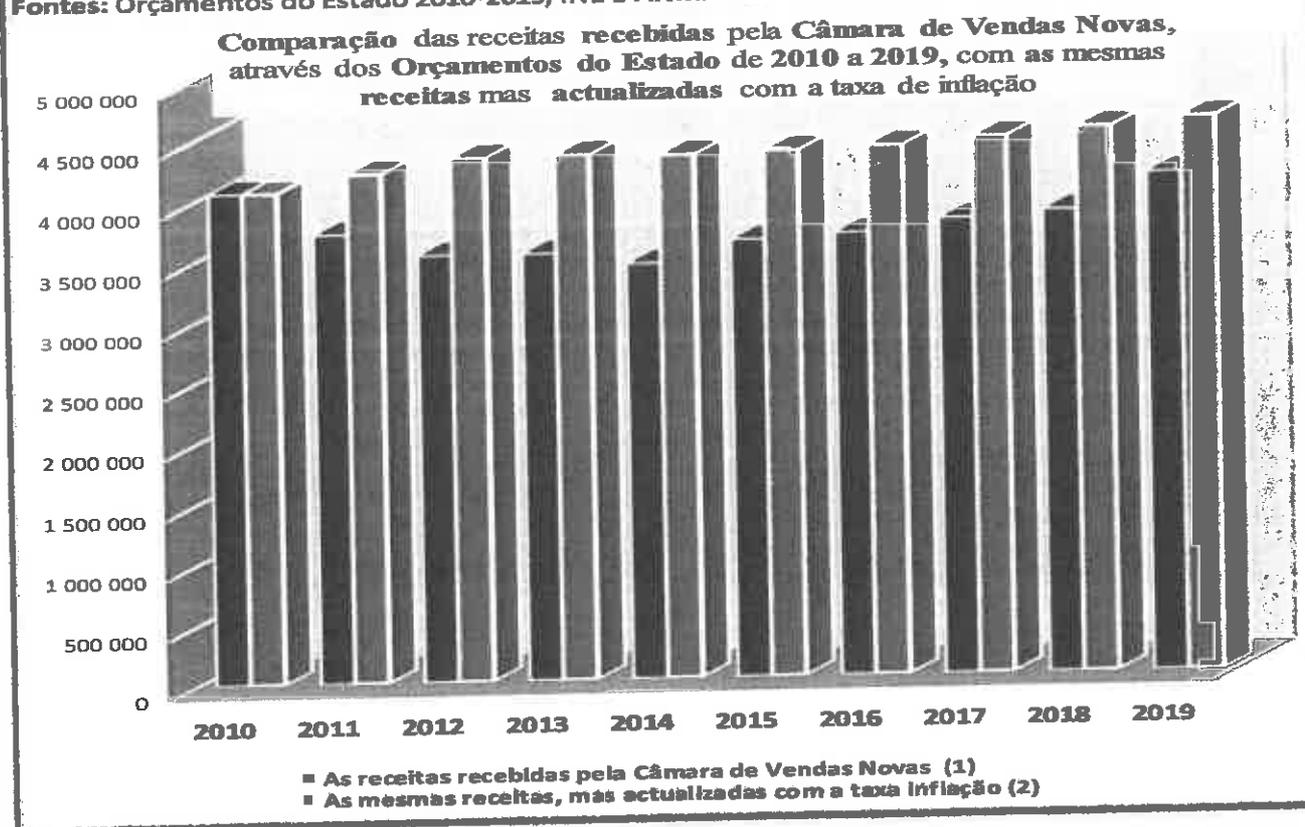
- Os Municípios e as Freguesias receberam menos, em termos nominais e reais, em cada ano dos últimos 9 anos, de 2011 a 2019, comparativamente ao que tinham recebido, no ano de 2010;
- Os Municípios e Freguesias receberam menos o significativo montante de 4,62 mil milhões de euros, em termos reais, nos últimos 9 anos, de 2011 a 2019, em relação ao que tinham recebido, no ano de 2010;
- Os Municípios e as Freguesias irão receber, no corrente ano de 2018, menos 405,9 milhões de euros, em termos reais, do que tinham recebido, no ano de 2010, há nove anos.

A Câmara (Município) de Vendas Novas recebeu, em termos reais, menos 6,2 milhões de euros dos Orçamentos do Estado 2010-2019, nos últimos 9 anos, em relação ao que tinha recebido no ano 2010.

O quadro e gráfico infra foram construídos com base nos Orçamentos do Estado 2010-2019.

| Comparação das receitas (em euros) recebidas pela Câmara de Vendas Novas, através dos Orçamentos do Estado de 2010 a 2019, com as mesmas receitas (em euros) recebidas, mas actualizadas com a taxa de inflação (ano base:2010) |                                                       |                                                              |                   |                                   |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------|-------------------|-----------------------------------|
| Anos                                                                                                                                                                                                                            | As receitas recebidas pela Câmara de Vendas Novas (1) | As mesmas receitas, mas actualizadas com a taxa inflação (2) | Taxa Inflação (3) | Diferença (em euros) (4)= (1)-(2) |
| 2010                                                                                                                                                                                                                            | 4 069 298                                             | 4 069 298                                                    |                   | 0                                 |
| 2011                                                                                                                                                                                                                            | 3 719 486                                             | 4 217 827                                                    | 3,65              | -498 341                          |
| 2012                                                                                                                                                                                                                            | 3 535 067                                             | 4 334 661                                                    | 2,77              | -799 594                          |
| 2013                                                                                                                                                                                                                            | 3 533 528                                             | 4 347 665                                                    | 0,30              | -814 137                          |
| 2014                                                                                                                                                                                                                            | 3 436 157                                             | 4 332 014                                                    | -0,36             | -895 857                          |
| 2015                                                                                                                                                                                                                            | 3 618 714                                             | 4 353 674                                                    | 0,50              | -734 960                          |
| 2016                                                                                                                                                                                                                            | 3 663 124                                             | 4 379 796                                                    | 0,60              | -716 672                          |
| 2017                                                                                                                                                                                                                            | 3 768 529                                             | 4 441 113                                                    | 1,40              | -672 584                          |
| 2018                                                                                                                                                                                                                            | 3 825 057                                             | 4 507 730                                                    | 1,50              | -682 673                          |
| 2019                                                                                                                                                                                                                            | 4 121 638                                             | 4 579 853                                                    | 1,60              | -458 215                          |
|                                                                                                                                                                                                                                 | <b>37 290 598</b>                                     | <b>43 563 630</b>                                            |                   | <b>-6 273 032</b>                 |

Fontes: Orçamentos do Estado 2010-2019, INE e ANMP



O quadro e o gráfico supra mostram com clareza a redução e o enfraquecimento da autonomia financeira da Câmara (Município) de Vendas Novas, nos últimos 9 anos, de 2011 a 2019, pois:

- A Câmara Municipal (Município) de Vendas Novas recebeu menos 6,27 milhões de euros, em termos reais, nos últimos 9 anos, comparativamente ao que tinha recebido, no ano de 2010;
- A Câmara (Município) de Vendas Novas recebeu menos, em termos nominais e reais, em cada ano dos últimos 9 anos, de 2011 a 2019, em relação ao que tinha recebido, no ano de 2010;
- A Câmara Municipal (Município) de Vendas Novas irá receber, no corrente ano de 2019, menos 458.215 euros, em termos reais, do que tinha recebido, no ano de 2010, há nove anos.



## Moção

### **O PASSE FERROVIÁRIO DA LINHA DO ALENTEJO TEM DE SER INCLUÍDO NO PROGRAMA PART**

O Despacho n.º 1234-A/2019, de 4 de fevereiro, veio regular o Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos (PART) previsto no artigo 234.º da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro - Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2019.

O PART é um programa de financiamento das Autoridades de Transporte para o desenvolvimento de ações que promovam a redução tarifários nos sistemas de transporte público coletivo de passageiros, assim como a expansão da rede e o aumento de oferta de serviços, tendo por objetivo *“...combater as externalidades negativas associadas a mobilidade, nomeadamente o congestionamento, a emissão de gases de efeito de estufa, a poluição atmosférica, o ruído, o consumo de energia e a exclusão social”*.

Por outro lado, visa promover a coesão territorial ao salvaguardar que regiões limítrofes (Áreas Metropolitanas e ou Comunidades Intermunicipais), se possam articular para encontrar soluções tarifárias que beneficiem ambos os territórios, evitando descontinuidades tarifárias acentuados nas deslocações entre os seus territórios, com a oferta de tarifários reduzidos e uniformes, materializados na celebração de contratos inter-administrativos, através dos quais os cidadãos passam a ter acesso uma oferta de transportes público. s a um preço consideravelmente mais baixo, para viagens realizadas entre essas regiões contíguas.

#### **Ora, considerando que:**

O Município de Vendas Novas, integra a Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central (CIMAC), geograficamente, contigua com a Área Metropolitana de Lisboa;

Os dados estatísticos divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, a propósito do recenseamento geral da população 2011, Censos 2011, disponíveis em <http://www.ine.pt/investigadores/Quadros/Q642.zip>, permitem apurar que da população ativa, residente no Município de Vendas Novas, 26% desloca-se para outros municípios, por aí exercer a sua profissão;

Destes residentes, 66% deslocam-se diariamente para a Área Metropolitana de Lisboa, por aí exercerem as suas profissões e, não obstante a implementação e

objetivos do PART, estes Vendasnovenses, continuam a pagar os mesmos **201,80€ (duzentos e um euros e oitenta cêntimos)**, de passe mensal, para quem utiliza o transporte ferroviário, só **para chegarem a Lisboa;**

Aí chegados, caso utilizem outros transportes públicos de passageiros têm de adquirir novos títulos de transportes, cujos custos acrescem ao já elevado valor, anteriormente referido;

O exposto, permite-nos afirmar que ao invés de outros cidadãos residentes em diversos territórios, que diariamente se deslocam também, para a Área Metropolitana de Lisboa, por aí exercerem as suas profissões, os Vendasnovenses, que se deslocam por os mesmos motivos, continuam desde o início do programa, a não ter acesso a qualquer redução no custo do respetivo passe social;

**Situação que a manter-se, cria desigualdades entre os cidadãos, e impede que o programa cumpra os seus objetivos, designadamente a promoção da equidade e igualdade de acessos.**

Assim, face ao exposto, a Bancada do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Municipal de Vendas Novas, reunida em 22 de novembro de 2019, no Fórum Cultural a Praça, que delibere exigir ao Governo, para que incentive as diversas entidades responsáveis nesta matéria, a promoverem os seguintes acordos, a celebrar entre:

1. A CP – Comboios de Portugal, e a Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, tendo em vista a inclusão no Programa PART do Passe Ferroviário da Linha do Alentejo, e;
2. A articulação entre as Autoridades de Transportes contíguas, no caso a Área Metropolitana de Lisboa e a Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, tendo em vista a obtenção de uma solução tarifária para que o Passe da Linha Ferroviária do Alentejo seja válido nos transportes que servem a Área Metropolitana de Lisboa.

Por último, que também delibere no sentido de se providenciar pela remessa da presente Moção a Suas Excelências o Presidente da Assembleia da República, o Primeiro-Ministro, o Ministro das Infraestruturas e Habitação e aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República

Vendas Novas, 22 de novembro de 2019

A Bancada do PSD na Assembleia Municipal de Vendas Novas

## Recomendação

### Postos de carregamento de Veículos Elétricos

A Mobilidade Elétrica é um importante contributo para a mobilidade sustentável e para o aumento da eficiência energética no transporte. Espera-se que este contributo seja cada vez maior, à medida que a autonomia dos veículos elétricos aumenta e, por conseguinte, um número crescente de utilizadores possa aderir a esta nova forma de mobilidade.

A Mobilidade Elétrica é hoje uma das vertentes mais visíveis deste novo paradigma da Mobilidade Sustentável, motivada pela crescente dependência energética do petróleo e pelo impacto ambiental que daí resulta.

Assim, na área da Mobilidade Elétrica, os veículos elétricos são "o rosto" deste novo paradigma das deslocações em meio de transporte. Ao contrário de um veículo convencional ou híbrido, o carro elétrico não usa um motor de combustão. Por esta razão é um veículo sem emissões de gases poluentes.

No mais a Mobilidade Sustentável "chegou para ficar" e o Município de Vendas Novas não pode ficar atrás dos demais, sob pena de se tornar menos atrativo e sustentável, uma vez que a qualidade vida dos cidadãos está totalmente ligada à qualidade ambiental, à mobilidade, ao lazer.

Neste contexto, a Bancada do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Municipal de Vendas Novas, reunida em 22 de novembro de 2019, no Fórum Cultural a Praça, que delibere recomendar à Câmara Municipal de Vendas Novas:

- a) A promoção de todas as diligências necessárias que visem a instalação de postos para carregamento de veículos elétricos no Município de Vendas Novas, e;
- b) A colocação de sinalética vertical adequada, transformando os respetivos locais da via pública, em locais reservados ao abastecimento de veículos elétricos.

Vendas Novas, 22 de novembro de 2019

A Bancada do PSD na Assembleia Municipal de Vendas Novas